



Universidade Federal
de Campina Grande

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CULTURA ESCOLAR, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NO COLÉGIO ALFREDO
DANTAS (1945-1975)**

MARIA LETÍCIA COSTA VIEIRA

Campina Grande – PB
2022

MARIA LETÍCIA COSTA VIEIRA

**CULTURA ESCOLAR, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NO COLÉGIO ALFREDO
DANTAS (1945- 1975)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas.

Orientadora: Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade.

V657c

Vieira, Maria Letícia Costa.

Cultura escolar, memória e sensibilidades no Colégio Alfredo Dantas (1945-1975) / Maria Letícia Costa Vieira. - Campina Grande, 2022.

148 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.

"Orientação: Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade".

Referências.

1. História da Educação – Campina Grande-PB. 2. Instituição Escolar. 3. Colégio Alfredo Dantas (CAD). 4. Ditadura Militar. 5. Práticas Educativas. I. Andrade, Vivian Galdino de. II. Título.

CDU 37(813.3)(091)(043)

MARIA LETÍCIA COSTA VIEIRA

**CULTURA ESCOLAR, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NO COLÉGIO ALFREDO
DANTAS (1945-1975)**

Texto dissertativo avaliado em 06/12/2022 com o aceito APROVADO

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Dr.^a Vivian Galdino de Andrade – Orientadora
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/ UFCG**

**Prof.^a Dr.^a Patrícia Cristina de Aragão – Examinadora Externa
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**

**Prof. Dr. Iranilson Buriti – Examinador Interno
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG**

**Prof.^a Dr.^a Melânia Mendonça Rodrigues – Suplente Externa
Universidade Federal de Campina Grande- UFCG/PPGE**

**Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior – Suplente Interno
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 09:00h (nove horas) do dia 06 (seis) de dezembro de 2022 (dois mil e vinte e dois), de forma presencial na sala 101 do bloco BC2 do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo(a) aluno(a) **Maria Leticia Costa Vieira**, intitulada: "Cultura Escolar, Memória e Sensibilidades no Colégio Alfredo Dantas (1945-1975)", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "APROVADA", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Vivian Galdino de Andrade - Orientador(a), Iranilson Buriti de Oliveira - Examinador(a) Interno(a) e Patrícia Cristina de Aragão - Examinador(a) Externo(a). Assina também a presente Ata o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino e o Coordenador do PPGH José Otávio Aguiar, para os devidos efeitos legais.

Parecer: *Esta dissertação atende a todos os requisitos apontados pelo PPGH, às proposituras de linha III e a proposta de produção de uma pesquisa de mestrado. Aponta o traço teórico-metodológico da pesquisa, o trabalho com os fatos. A banca recomenda a publicação.*

Lista de Presença

Orientador (a)	Vivian Galdino de Andrade	<i>Vivian Galdino de Andrade</i>
Examinador(a) Interno(a)	Iranilson Buriti de Oliveira	<i>Iranilson Buriti</i>
Examinador(a) Externo(a)	Patrícia Cristina de Aragão	<i>Patrícia Cristina de Aragão</i>
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	<i>Yaggo F. de Aquino</i>
Coordenador	José Otávio Aguiar	<i>José Otávio Aguiar</i>

Campina Grande-PB, 06 de dezembro de 2022.

Para minha família, meu alicerce...
Para minhas e meus amigos, minha fonte de luz...
Para aquelas pessoas que me concederam suas
memórias...
Para a Letícia menina, sonhadora e curiosa...

AGRADECIMENTOS

O período de pesquisa e inferência dessa dissertação foi marcado por um contexto histórico que com certeza terá espaço nos livros e por muito tempo em nossas memórias. A Pandemia de Covid-19 modificou nossa forma de viver e existir, conseqüentemente, nossa forma de estudar e pesquisar também mudou. Fica aqui meus sentimentos aos que não conseguiram sobreviver a esta doença.

Agradeço aos meus pais, *Maria Helena e José Rivel*; dois seres humanos de excelência, que dedicaram suas vidas a nossa criação e educação. Obrigada por me tornarem essa mulher forte, sonhadora e corajosa. Amplio os meus agradecimentos aos meus queridos irmãos, afinal, não sei como minha vida seria sem a existência de *Leonardo e Laerte*; dois homens exemplares, que tenho sorte e orgulho de ser irmã. Amo vocês quatro incondicionalmente.

Quando entrei no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH-UFCG) jamais imaginei que a professora *Vivian Galdino* seria minha orientadora, e que felicidade desde a notícia até o presente momento. Essa dissertação ganhou fôlego com Vivian, ela pegou minha mão e me ajudou a caminhar, serei eternamente grata por suas correções, orientações e parceria. Muito obrigada, querida Vivian.

Deixo aqui, meu agradecimento ao Professor *Paulo Loureiro* por me deixar entrar pela porta da frente do Colégio Alfredo Dantas (CAD) e pesquisar sobre a história da instituição e conseqüentemente da sua família. Obrigada pelo compromisso com a História.

O que somos sem amizades verdadeiras? Recordo dos dias de sonho, de quando ainda era aluna na graduação em História e andava nos corredores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) ao lado de *Milena Xavier*, passamos por tanta coisa e que bom que você sempre me acolheu e acreditou nos meus sonhos loucos. Obrigada, querida Xavier.

João Neto se encaixa enquanto amigo e familiar, me sinto feliz em todos os nossos encontros, e segura para reclamar sobre os problemas banais da vida adulta. João é luz, alegria e loucura. Obrigada por sempre, meu bem.

Dentro da UEPB, fiz amizades que foram comigo para o mestrado, dentre esses amigos, o meu querido amigo *Franciel Rodrigues*, ou como sempre o chamei, Fran. Franciel sem dúvidas foi uma das melhores amizades intelectuais que construí. Tenho orgulho do quanto crescemos, amigo. Obrigada por nossa parceria, por toda paciência e por ser o meu primeiro leitor em tantos textos.

Jilton Lucena também foi um desses amigos que esteve comigo desde a graduação, hoje somos irmãos, transformamos o coleguismo em melhor amizade. Digo, querido amigo, você

foi meu apoio, aquele que escutou minhas aflições, que me mandou respirar, que entendeu minhas ansiedades. Obrigada por me incluir na família, por não me deixar sentir a solidão da vida acadêmica.

Luiz Gervazio e Liliann Freitas; duas referências das discussões e estudos sobre gênero, quantos conselhos me deram? Obrigada por toda sinceridade, apoio e credibilidade. Minha dissertação e eu tivemos sorte de ter o olhar e a sensibilidade de vocês. Muito obrigada, queridos amigos.

Jean Felix também compõe esse quadro de grandes amigos, um dos meus leitores, companheiro de escadaria, amigo sem fronteiras. Obrigada, por sua luz, amizade e respeito, Jean.

Fora dos muros do mundo acadêmico também tive grandes amigos, aqueles que me viram ir e voltar ao Colégio Alfredo Dantas, escutaram minhas muitas ideias, acreditaram comigo no sonho do mestrado e hoje me reconhecem Mestre. Agradeço a minha amiga de infância *Louren Miranda*, ela, com toda certeza, me viu sonhar e me escutou muitas vezes falando sobre história e filosofia. Amo você, tenho orgulho das mulheres que nos tornamos.

Nesse mesmo fio agradeço a *Jéssyca Renalle*, uma amizade que se construiu dentro da Pandemia, e que faz diferença nos meus dias. Obrigada por escutar meus áudios gigantescos e ter sempre um bom conselho.

Agradeço a um dos amigos que fiz dentro da segunda graduação, o querido amigo *Fábio Alexandrino*. O que seria de mim sem Fábio em Filosofia? Faz-me rir em momentos inapropriados e me ajuda a não desistir. Obrigada, querido amigo.

Sem a companhia virtual de alguns colegas, esta dissertação não seria a mesma, muito menos eu. Aqui, agradeço ao querido *Paulo Samuel*, amizade construída em uma das disciplinas do mestrado, e que representa todos os bons amigos virtuais. Sua voz calma me passou firmeza e tranquilidade em várias conversas.

Agradeço aos professores que compõem minha banca. Professora *Patrícia Aragão* foi a primeira professora que me apresentou a pesquisa no mundo acadêmico e não faria sentido não a ter em minha banca, vendo o amadurecimento desta pesquisa. *Professor Iranilson Buriti*; sinto enorme gratidão por ter lido minha pesquisa, me auxiliado no percurso autoral e por ter aceito meu convite para a banca. Meu muito obrigada.

Agradeço também aos professores que foram auxiliares nas disciplinas dentro do PPGH, que me direcionaram para uma discussão mais ampla, instruíram-me sempre em favor do meu crescimento intelectual. Professora *Marinalva Lima*, Professor *Giuseppe Ponce Leon*, Professor *Ramsés Nunes*, Professora *Keilla Queiroz* e Professora *Joedna Reis*.

Meus profundos agradecimentos às *peessoas que confiaram suas memórias a mim*, e me auxiliaram na tentativa de ressignificar a história do CAD, dentro de um contexto tão duro, essas pessoas confessaram suas mágoas, seus dias felizes, suas recordações mais puras e sensíveis. Meu muito obrigada aos ex-alunos: *Adoniran Ribeiro, Anselmo Ronsard, Geruza Ferreira; Homero Loureiro, Maria Goretti, Joselito Alves* e a ex-professora *Cleonice Agra do Ó*.

Por fim, agradeço pela vida de cada uma dessas pessoas, que resistiram a três longos anos de Pandemia de Covid-19 e que foram imprescindíveis em diversos momentos até a concretização de toda a pesquisa.

Muito obrigada!!!

RESUMO

Essa pesquisa envereda pelos caminhos da História da Educação Paraibana, mais especificamente de uma instituição escolar; o Colégio Alfredo Dantas (CAD), localizado em Campina Grande/PB. Nosso recorte temporal situa-se entre os anos de 1945 a 1975, período que demarca a gestão de Severino Loureiro e as mudanças normativas e pedagógicas que passam a identificar a instituição. Neste texto, dialogamos com a conjuntura política que reverberou na Ditadura Militar, assim como buscamos refletir a história do educandário a partir da sua relação com a cidade. Para tanto, dialogamos com as discussões de Luciano Faria Filho (e suas contribuições sobre Cultura Escolar), Sandra Pesavento (a respeito da educação das sensibilidades) e Jacques Le Goff (com o conceito de memória), bem como com as reflexões de Alessandro Portelli (sobre as narrativas orais). Metodologicamente adentramos no caminho oferecido pela análise do discurso, a partir das leituras de Michel Foucault, com vistas a analisar o conjunto de documentos catalogados em nossa pesquisa. Ainda nessa direção contamos com a vertente metodológica da História Oral Temática, para a coleta dos dados orais. No universo das fontes consultadas, acessamos o arquivo escolar (físico e virtual), jornais de época e correspondências. Até o presente momento, constatamos que a cultura escolar própria do CAD possui intensa conexão com o período histórico estudado, ecoando nas memórias dos sujeitos que fazem parte da história da cidade de Campina Grande. A trajetória de Severino Loureiro reverbera na missão de educar uma cidade para o crescimento, imbricada nas marcas e vestígios da Ditadura Militar e nos seus mecanismos de repressão e silenciamento. Assim, abrimos as portas para o texto que se segue.

Palavras-chave: Instituição escolar; CAD; Ditadura Militar.

ABSTRACT

This research is based on the paths of the History of Paraíba Education, more specifically a school institution; the Alfredo Dantas College (CAD), located in Campina Grande/PB. Our time frame is between 1945 and 1975, a period that demarcated the management of Severino Loureiro and the normative and pedagogical changes that began to identify the institution. In this text, we dialogue with the political conjuncture that reverted in the Military Dictatorship, as well as we seek to reflect the history of the schoolearian from its relationship with the city. To this end, we dialogue with the discussions of Luciano Faria Filho (and his contributions on School Culture), Sandra Pesavento (about the education of sensitivities) and Jacques Le Goff (with the concept of memory), as well as with the reflections of Alessandro Portelli (on oral narratives). Methodologically we enter the path offered by discourse analysis, from the readings of Michel Foucault, to analyze the set of documents cataloged in our research. Still in this direction we have the methodological aspect of Thematic Oral History, for the collection of oral data. In the universe of sources consulted, we access the school archive (physical and virtual), period newspapers and correspondence. To date, we have observed that the school culture proper to CAD has an intense connection with the historical period studied, echoing in the memories of the subjects who are part of the history of the city of Campina Grande. Severino Loureiro's trajectory reverberates in the mission of educating a city for growth, imbriated in the marks and vestiges of the Military Dictatorship and its mechanisms of repression and silencing. So we open the doors to the following text.

Keywords: School institution; CAD; Military Dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Imagem aérea do Centro de Campina Grande.....	42
Figura 2: Transições arquitetônicas do Colégio Alfredo Dantas	43
Figura 3: Alunos do CAD nos anos 1960	56
Figura 4: Fachada do Colégio Alfredo Dantas antes da Reforma.....	59
Figura 5: Fachada do Colégio Alfredo Dantas após a reforma de 1975	60
Figura 6: Mapeamento da rede de sociabilidade educacional do Professor Severino Loureiro na Paraíba	74
Figura 7: Professor Severino Loureiro e Professora Alcide Cartaxo	81
Figura 8: Fardamento do CAD	108
Figura 9: Grêmio Escolar Umberto Castello Branco	116
Figura 10: 07 de setembro de 1952.....	118
Figura 11: Corpo Docente Feminino 1962	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fonte Oral (Professora)	27
Tabela 2: Fontes Orais (Alunos)	28
Tabela 3: Fontes impressas	29
Tabela 4: Fontes Utilizadas	30
Tabela 5: Quadro de Diretores da Gestão Loureiro	30
Tabela 6: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil (1940- 1970)...	47
Tabela 7: Evolução do analfabetismo no Brasil (1940- 1970).....	48
Tabela 8: Orçamento geral das atividades didáticas do CAD	67
Tabela 9: Instituições escolares.....	72
Tabela 10: Quadro de prefeitos em Campina Grande entre os anos de 1964 e 1977.....	101
Tabela 11: Quadro de governadores da Paraíba entre os anos de 1961 e 1978.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAD - Colégio Alfredo Dantas

CIAC - Centro de Integração Acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MOBRAL - Movimento Brasileiro para Alfabetização

PIBIC - Programa de Iniciação Científica

PPGH - Programa de Pós-graduação

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

OSP - Organização Social e Política do Brasil

EMC - Educação Moral e Cívica

Sumário

<i>Primícias...</i>	14
I. O início do percurso	19
II. A escolha das rotas	24
III. Um mapa de orientação para trilhar os caminhos	34
Capítulo I- O Colégio Alfredo Dantas, Campina Grande e a “Finalidade Vital da Educação”	36
1.1 O colégio e a cidade	41
1.2 Escolas Anexas do CAD e sua formação profissional	63
Capítulo II-Um professor, gestor e intelectual em campina grande: Severino Loureiro e o CAD	70
2.1 “ <i>Multiplicava os loiros da vitória...Nas lides do universo educativo</i> ”	76
2.2 “ <i>Missionário da Educação</i> ”	87
2.2.1 Redes de sociabilidades: meios para concretizar sua missão educacional	90
Capítulo III-A Ditadura Militar, a Cultura Escolar e as Práticas Educativas no CAD..	99
3.1 Memórias estudantis: “ <i>Ela tinha tentáculos na educação</i> ”	110
3.2 Memória docente: “ <i>Eu estava lá, eu estava lá...</i> ”	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	141
Anexo I: Planta baixa do Colégio Alfredo Dantas em 1968	141
Anexo II: Correspondência de Argemiro de Figueiredo -1955	141
Fonte: Acervo do CAD.	141
Anexo III: Parecer Consubstanciado – Comitê de Ética	142
Anexo IV – Desfiles cívicos	147
APÊNDICES	148
Apêndice I- Instrumento de Coleta de Dados	148

*Primícias...***“O colégio, com a cidade, está evoluindo”**

Fundado em 1919 até 1931, o Colégio Alfrêdo Dantas foi o único Colégio que ministrou educação secundária nesta cidade.

O seu ilustre fundador, Tenente ALFREDO DANTAS CORREIA DE GÓIS, reservou sempre uma parcela de seu orçamento para dar bolsas de estudo aos alunos carecidos que desejavam prosseguir elevando seus conhecimentos, além dos precários estudos primários- em grupo escolar, digo, em duas escolas isoladas e um Grupo Escolar fundado em 1924.

Com seu falecimento ocorrido em 1944 ano em que o Colégio- fez suas bodas de prata, eu SEVERINO LOPEZ LOUREIRO, já de seu corpo docente eu adqueri por compra a sua Exma. Sra. Maria de Azevedo Dantas em 1945.

De 1931 a esta data a cidade se desenvolveu vertiginosamente.

A iniciativa particular surgiu impetuosa, multiplicaram-se os Colégios particulares (Severino Lopez Loureiro, Acervo Escolar do CAD, 1973)¹.

Uma mesa de madeira robusta, repleta de papéis, correspondências e atas empilhadas, o cheiro de móveis antigos e as paredes enfeitadas com os retratos dos desfiles cívicos e eventos que o Colégio Alfredo Dantas (CAD) participou, adornavam a sala do diretor Severino Lopez Loureiro. Sentado na cadeira de gestor da instituição, há 28 anos assumia a direção do Colégio Alfredo Dantas, experiência que compilou suas lembranças para escrever o relatório anual sobre o educandário.

Os escritos, acima citados, remontam à criação do Instituto Pedagógico², e narram os feitos de uma escola que possivelmente surgia em meio a uma plateia carregada de um sentimento de esperança, que evocava para a cidade a fundação de uma instituição educativa que se comprometesse com o processo de civilidade e modernidade da época. Criado em 1919, a escola surgia em meio a uma atmosfera que rondava a cidade, com ares de progresso³. O desejo pela civilidade e, sobretudo, pelo avanço econômico era evidente e tomava a educação como fator de desenvolvimento em Campina Grande.

¹ Parte do Relatório do Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande, referente ao exercício de 1972.

² O Instituto Pedagógico é a instituição que posteriormente vem a ser o Colégio que tomamos como objeto de estudo em nossa pesquisa, sendo chamado assim até os anos 1943. Em seu currículo oferecia do primário ao secundário, e cursos Comercial (voltado a economia e administração) e Normal (voltado ao magistério).

³ A tese de doutoramento “Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)” de Vivian Galdino de Andrade (2014) é uma possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre esses ares que rodeavam a cidade.

Era na educação dos sujeitos para a civilidade, para o trabalho, para a higiene e para os bons costumes que Campina Grande se tornaria efetivamente moderna, diziam os discursos. Afinal, era no bom funcionamento do “corpo humano” que se tinha um “corpo urbano” polido e bem educado (ANDRADE, 2014, p. 60).

A educação dos sujeitos, como afirma Andrade (2014), é incorporada como missão para o educandário. A cidade necessitava desse “corpo urbano”, a ser instruído e moldado também no CAD, uma instituição que, como salienta o discurso do Severino Loureiro (1973), crescia no mesmo ritmo da cidade.

A instituição que trabalhamos em nossa pesquisa, assumia para si a missão de educar os cidadãos e cidadãs campinenses em busca de uma sociedade civilizada desde seu princípio. Ela vivenciou um processo de metamorfose, passando por três fases: a primeira fase denominada de Instituto Pedagógico, nome que a intitulou durante os anos de 1919 a 1942; na sua segunda fase passou a ser denominado Ginásio Alfredo Dantas⁴, contemplando os anos de 1943 a 1949, e apenas em 1950 o colégio recebeu o nome que permanece até hoje; de Colégio Alfredo Dantas.

Nossa pesquisa investiga a instituição em seus últimos anos enquanto Ginásio Alfredo Dantas, perpassando o período de sua transição para Colégio Alfredo Dantas. Era de nosso interesse analisar as práticas educativas e sensibilidades no CAD recém institucionalizado, tendo em vista suas mudanças nessa trajetória.

Sobre a fundação do CAD, recorreremos à imaginação da alegria, do entusiasmo, da juventude, dos ruídos e barulhos que conduziam a correria nas rampas do Colégio, o toque para o intervalo ou para entrar na sala de aula, a cor dos fardamentos, as festividades emblemáticas, traços que se misturam as memórias escolares. Os bons feitos do primeiro dono da instituição, o Tenente Alfredo Dantas, se fazem presentes no nome que intitula a escola em duas de suas fases. Isso também nos direciona a imaginar traços de um dia cinza, em que os gritos dos corredores e as risadas dos alunos silenciaram, em respeito a morte do Tenente, em 1944. Esse fato direciona a mudança de gestores, levando Severino Loureiro a assumir a instituição em 1945.

⁴ O início de nosso recorte temporal (1945) contempla o Colégio ainda com essa nomenclatura, para não confundir os leitores, optamos por chamar em nossa dissertação desde o início a instituição de Colégio Alfredo Dantas, seu nome atual.

Esse movimento de rememoração nos fez reconhecer que o CAD pertence ao corpo de escolas tradicionais da cidade⁵ de Campina Grande, e que, ao longo da sua história concebeu a responsabilidade de educar a sociedade campinense, permeando diferentes lugares sociais. Educandário presente na vida da cidade desde os idos de 1919, se costurando à memória social da cidade, é ainda nos dias atuais parte integrante da dinâmica educacional do município, nos permitindo historicizar seus lugares de representação ao longo do tempo.

O cenário de pesquisa está posto: o Colégio Alfredo Dantas, suas materialidades, sensibilidades, cultura escolar e os sujeitos que compõem seu corpo estudantil e docente, sua estrutura física e funcional, entre os anos de 1945 e 1975. O conceito de cultura escolar afirma-se como

um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização (JULIA, 2001, p.10).

Ao constatar que esse conjunto de normas que definiam o CAD se modificou na troca de gestões, nossa inquietação nos levou a demarcar o recorte a partir dessa transição. Neste intento, o recorte temporal inicial é marcado pela transição de gestores (da gestão Dantas para a gestão Loureiro), e as mudanças e movimentos advindos dessa ocasião. Os idos de 1945, nos coloca em contato com a nova gestão e a sua missão de implantar uma educação cidadina, envolta por uma conjuntura de modernização. Já o ano de 1975 está marcado pelo fim da gestão do Professor Loureiro enquanto diretor da instituição.

Politicamente⁶ temos o fim da Era Vargas em 1945, momento turbulento, e percorremos boa parte da Ditadura de 1964. Esta dissertação é fronteira, experimento desses dois momentos, uma conjuntura de transição educacional, entre a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 1961, e as discussões que encaminharam a promulgação de uma nova LDB, em 1971. Entre a promulgação da Constituição de 1946 e a de 1967. É um período que permeia, ainda, os chamados Anos de Chumbo da Ditadura Militar e as transformações sociais e culturais

⁵ No mesmo contexto, existia outras escolas que eram referência em ensino, como o Colégio Imaculada Conceição (CIC- Damas), e o Colégio Estadual de Campina Grande, também conhecido como Estadual da Prata.

⁶ Politicamente perpassamos em nosso recorte temporal (1945- 1975) os Governos dos respectivos presidentes: Getúlio Vargas (1930 – 1945); José Linhares (1945 – 1946); Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951); Getúlio Vargas (1951 – 1954); Café Filho (1954 – 1955); Carlos Luz (1955); Nereu Ramos (1955 – 1956); Juscelino Kubitschek (1956 - 1961); Jânio Quadros (1961); Ranieri Mazzilli (1961); João Goulart (1961 – 1964); Ranieri Mazzilli (1964); Humberto Castelo Branco (1964 – 1967); Artur da Costa e Silva (1967 – 1969); Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974); Ernesto Geisel (1974 – 1979).

ocorridas por meio dele à época, as reformas e os enfrentamentos causados por ela no trabalho pedagógico dos docentes, bem como seus sintomas no cotidiano escolar.

Neste âmbito, precisamos estar cientes que a cultura escolar é parte integrante do que compõe o social, sendo moldada por ele e constituinte dele. Os valores cívicos e situações cotidianas entram na escola, constituindo-se em elementos de uma Pedagogia da Cidade⁷, interpretada “como materialidade instrutiva, corpo e campo gestor de educabilidades” (MEDEIROS NETA, 2010, p. 212). Da mesma forma em que é tecido no processo de socialização mediado/gestado na cidade. Pode-se dizer, assim, que o CAD foi/é uma instituição⁸ relevante para produzir e socializar condutas, formas de convivência, repertórios intelectuais e valores socialmente dispostos em Campina Grande, desde sua fundação. Neste norte, trabalharemos com articulações e representação de uma cara cultura escolar, categoria conceitual própria da História da Educação, sendo ela

[...] a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares (FARIA FILHO, 2007, p. 195).

Desta forma, a Cultura Escolar é a alma da escola, e conseqüentemente é a alma de uma sociedade que reconhece o valor da educação. Como ressalta o autor, ela nos apresenta o repertório que compõe de forma particular a instituição escolar. Seus sujeitos, suas festividades, seu quadro de professores, os valores e regras ativos na escola, os métodos, as práticas e a arquitetura, elementos tecidos no dia-a-dia da escola, por seus agentes.

Nossas inquietações para esta dissertação nos levaram a querer problematizar o Colégio Alfredo Dantas (CAD), suas práticas educativas e formas de representação, olhando para a transição de gestores (da gestão Dantas para a gestão Lopez Loureiro), e as mudanças e movimentos advindos dessa ocasião. Estávamos cientes que a mudança de direção afetava a administração da instituição, tanto nos princípios normativos quanto nas questões pedagógicas. Foi isso que nos levou a mapear como objeto de estudo o recorte da administração de Severino

⁷ Do mesmo modo esse conceito pode ser abordado a partir dos estudos de VEIGA (1997), a autora compreende que “a ação educadora da cidade é plena de representações que se definem no confronto entre as práticas cotidianas da população e a ação de técnicas e políticos” (p.107).

⁸ O Colégio Alfredo Dantas continua em atuação até a data desta pesquisa, hoje abrigando além do ensino fundamental e médio, uma faculdade de cunho privado. Desta forma, percorre a história de Campina Grande a mais de 100 anos.

Loureiro, desde de sua fase na direção⁹ (entre os anos 1945 - 1968) até o momento em que ainda atuava ativamente nas decisões que cercavam sua condição como proprietário do educandário. Aliado a isto, buscamos entender ainda a conjuntura que rondava a escola diante das transformações educacionais ocorridas com a dinâmica ditatorial.

Concomitante a essa cena, para além desse processo de transformação curricular, cultural e de gestão, nosso recorte abraça períodos ditatoriais, desejando compreender o contexto das reformas educacionais e seus efeitos na dinâmica escolar de Campina Grande, a partir do CAD. Estudar as duas Ditaduras (1945- 1975) e as políticas educacionais do Estado ditatorial implica reconhecer a importância da educação e suas influências na política, o que se torna imprescindível em nosso estudo. Tempos autoritários perpassaram este período e foram sentidos a partir do exercício constante da disciplina, na obrigatoriedade do hino cantado, nos fardamentos enviesados pelas demarcações militares, nos discursos do gestor Severino Loureiro em prol da pátria e da família, até indicações dos militares a respeito dos professores que ficariam responsáveis pelo componente curricular ‘Moral e Cívica’ e ‘OSPB’, disciplinas decorrentes das imposições feitas com as LDB’s, além de uma forte tendência tecnicista que contemplava a educação de todo o Brasil neste recorte. A Ditadura Militar, em si, representa o crescimento das forças capitalistas em nosso país, que utilizou da educação para sua ascensão econômica.

Refletindo sobre esse contexto, observamos que precedente a LDB de 1971, dez anos antes, foi estabelecida em 1961 a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n° 4024/1961), onde “Os interesses dos grupos privados na educação se evidenciaram ao longo das disputas que marcaram a aprovação da LDB de 1961” (LOURENÇO, 2011, p.22), nela foram instituídas a obrigatoriedade do ensino regular, sendo voltada para a base do currículo nos três âmbitos educacionais, o ensino fundamental, médio e superior.

Esta LDB destrinchou como deveria ser regida a educação, pensando na organização do trabalho pedagógico, que englobava a participação e inclusão dos alunos com algum tipo de especialidade, e foi muito importante para a formação de professores da rede pública, todavia, tinha suas lacunas. É importante pensar como essa primeira LDB permeou o cotidiano escolar de forma nacional, como também, em Campina Grande a partir do CAD.

Já a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases N° 5692/1971 esteve relacionada com as necessidades que a legislação de 1961 não respondia, sendo afirmada a precisão de renovados

⁹ O Colégio Alfredo Dantas é um negócio de família, e que após a saída de Severino Loureiro da direção, outros personagens da família loureiro assumiram essa função.

parâmetros e diretrizes, que satisfizessem o novo momento em que a sociedade brasileira estava. É possível reconhecer que apenas alguns artigos da LDB de 1961 permaneceram como eram, principalmente aqueles que exaltavam a liberdade e o princípio das bandeiras do liberalismo, fatores preponderantes nas três LDB's que entraram em vigor (a de 1961, a segunda de 1971 e a atual, de 1996). A respeito desse novo momento social, Sá (2006) observa que

No plano educacional, o Estado institui, a partir da reforma de 1971, os Estudos Sociais, mesclando História e Geografia às Disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Os conteúdos e os objetivos das disciplinas História e Geografia foram direcionados para um modelo propagandista e cívico de educação, em consonância com a política repressiva do Estado ditatorial (SÁ, 2006, p. 56).

Essa política do Estado ditatorial que vai adentrando os muros das escolas, penetrando as salas de aula, suas disciplinas e seu cotidiano escolar, corrobora com a ideia de que “essa reforma educacional propagada acolhia ao chamado para a concepção de um projeto nacional que propiciava o desenvolvimento e a prosperidade do país” (PENA et al, 2019, p.7). Vale salientar que, o preço que foi pago para tais “avanços” foi alto, perceptíveis nos danos sociais, culturais, políticos e econômicos que o período ditatorial causou ao país. Em Campina Grande, nosso cenário de pesquisa, não aconteceria diferente. Foi nesse cenário turbulento, com silenciamentos, conflitos e rupturas, que decidimos fixar nossa pesquisa, com vistas a investigar uma instituição e seu cotidiano escolar frente às mudanças causadas por esse período ditatorial.

I. O início do percurso

Foi o tempo que dedicaste a tua rosa que a fez tão importante... (O Pequeno Príncipe – Antoine de Saint-Exupéry, 2015, p.74).

Os anos que passamos nas escadarias da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB-Campus I), nos corredores da CIAC¹⁰, foram marcados pelos encontros com professores e colegas, debates e tardes de leitura na biblioteca, de aquisição de inúmeros livros emprestados que conduziram nossa trajetória intelectual, sendo responsáveis por construir a estrada que nos encaminhou até aqui.

Desde o primeiro ano na graduação em História (2016) nos empenhamos em ocupar lugares, participando de projetos de extensão, palestras, monitorias em eventos, quando enfim,

¹⁰ Centro de Integração Acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB- Campus I).

houve o encanto pela pesquisa, com a entrada no Programa de Iniciação Científica (PIBIC), o qual abriu portas para a participação em produções acadêmicas, bem como com o encontro desbravador com as linhas teóricas e metodologias de pesquisa diversas.

Estávamos no meio da graduação, remexendo espaços, tentando entender nosso lugar na historiografia, buscando possíveis temas para pesquisar na conclusão do curso. Neste entremeio, já tínhamos trabalhado com as vozes de mulheres negras, professoras da educação paraibana, com suas histórias de vida, suas narrativas que se manifestam em sensações, com suas formas de representação.

Precisávamos de algo que representasse os princípios de educação na cidade em que nascemos, em que nossa identidade foi formada, deste modo, nossas inquietações se inscreveram acerca da cultura educacional local e foi a partir dessa perspectiva que foram lançadas as bases para o nosso objeto de investigação, o Colégio Alfredo Dantas, popularmente conhecido como CAD.

A partir daí, foram-se semanas pensando em como abordar a história de uma das primeiras instituições escolares da cidade de Campina Grande a lidar com o ensino profissionalizante, nesse percurso, que é também sensorial, imaginamos as gerações que também percorreram esses corredores e escadarias. Observamos os fardamentos, suas cores, seus tecidos. Projetamos as lembranças que os ex-docentes e discentes tinham sobre aquele lugar, o cheiro da pipoca na saída do colégio, o ponto que esperavam as paqueras, o assento no ônibus, a relação da escola e dos estudantes com a cidade.

O processo de gestar um caminho investigativo envolve muitos elementos, que coloca o historiador diante de muitas nuances e uma delas foi a de buscar entender a missão da escola dentro da proposta de educação da cidade, qual sua importância para o projeto civilizador da época.

Desta forma, pensamos o Colégio Alfredo Dantas enquanto um espaço de experiência que evoca lembranças, saudades e sensibilidades, afetos que nos conduziram por caminhos possíveis para entender a história da cidade de Campina Grande e a educação da sua sociedade numa dada época. Pesquisar sobre o CAD passou a ser o principal objetivo, e foi com essa pesquisa que finalizamos o curso de graduação em 2019. Na confecção da monografia¹¹ percorremos caminhos relacionados ao contexto histórico-educacional, a importância da instituição para pensar a sociedade campinense nos meandros formativos, educacionais e

¹¹ Intitulada: Práticas de Memória na Cultura Escolar no Colégio Alfredo Dantas (1968- 1987). Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/21336/1/PDF%20%20MARIA%20LET%20C3%8DCIA%20COSTA%20VIEIRA.pdf>.

culturais durante a Ditadura Militar (1964-1985), recorte temporal que se inscreve como um período que marcou todos os espaços da sociedade brasileira.

Esse contexto militar entrou na cultura escolar e nas práticas educativas do CAD (assim como em outras instituições educacionais), permeou seus espaços físicos e a mentalidade daqueles que fizeram parte da instituição, por meio da disciplina, da ordem, dos discursos, das normas e regras, bem como da implementação de reformas como a LDB de 1971, atravessando o contexto histórico e a trajetória de vida dos sujeitos campinenses, utilizando a educação como ferramenta. Percebemos que os tempos autoritários adentraram no CAD pela porta da frente, com os traços já mencionados, e com outros, como a criação de um Grêmio Estudantil nomeado Castello Branco, coordenado pelo Professor Severino Loureiro e com a participação dos seus alunos.

Naquele momento, em que os primeiros passos desta pesquisa se iniciavam, nosso objeto de estudo nos permitiu entender como a educação conseguia movimentar redes de sociabilidades e de sensibilidades, ligando “sentidos dados pelos homens ao mundo com o conjunto das condições de existência de uma determinada época” (PESAVENTO, 2007, p.14). Compreendíamos que a formação dos sujeitos se dava dentro e fora das salas de aula, sendo a escola um dos lugares que afeta a existência dessas pessoas.

Em 2020 submetemos à seleção de mestrado para a linha III, História Cultural das Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, um projeto que inicialmente era voltado apenas ao período da Ditadura Militar, dando continuidade ao que tinha sido pensado na graduação. Mas, idas ao arquivo escolar reviraram nossas expectativas de investigação, nos dando novas formas de olhar e sentir o colégio. O encontro com papéis envelhecidos, correspondências, documentos educacionais, documentos pessoais do Severino Loureiro, atas de reuniões, se transformaram em um verdadeiro tesouro em nossas mãos.

Ao iniciar as investigações na linha de pesquisa desejada, que se organiza em torno de investigações sobre a história das instituições escolares, suas práticas educativas e sociabilidades, buscamos maneiras de ressignificar a história do CAD, compreendendo o longo contexto das reformas educacionais e seus efeitos na dinâmica escolar (sensibilidades escolares), assim como nos pareceu caro investigar a gestão de Severino Lopez Loureiro, proprietário e diretor da escola durante o período estudado (1969-1979), visando entender como sua atuação no campo da educação influenciou os projetos educacionais da instituição no período recortado.

Nesse sentido, este estudo se situa no campo da História da Educação, que a partir da História Cultural se empenha em discutir a cultura escolar contemplada na história das instituições de ensino, por meio das narrativas orais de antigos discentes e professores do CAD, bem como de seu arquivo escolar. As sensibilidades se constituem como imprescindíveis nesse processo, pois para o historiador cultural é “preciso ler nas fontes históricas os sentimentos, as emoções e os sentidos. Signos do sensível” (SOARES Jr., ANDRADE, 2018, p.12), representações históricas que conferem percepções sobre a vida e as experiências dos sujeitos. Com essa constatação, a História Cultural das Práticas Educativas vai ganhando forma e firmando sua importância.

Investigar como as memórias escolares foram se constituindo dentro de um período composto por rupturas e mudanças abre caminhos para refletir sobre novas formas de produção e conhecimento sobre as sensibilidades, principalmente no que tange ao campo da História da Educação e suas redes de sociabilidades. A história das instituições escolares acontece, nesse contexto, “[...] quando tomamos a educação na sua especificidade, como ação propriamente pedagógica, cuja forma mais conspícua se expressa na escola” (SAVIANI, 2005, p.29), na história de seus sujeitos e de seus intelectuais, nos mais diversos contextos políticos/educativos.

Esse diálogo entre a História da Educação e a História Cultural, permite conceber que “A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p. 15). Ou seja, é possível pensar a História da Educação a partir de outros prismas: refletindo sua cultura escolar, os sujeitos, as suas práticas educativas, os movimentos e eventos culturais, as festividades. Nesse âmbito, concebemos as memórias e narrativas orais como arquivos vivos, documentos que nos dão viabilidade para a construção de uma história escolar composta por diferentes vias de acesso e interpretação.

Desta forma, na esteira das elaborações, vamos sendo guiados pelas transformações dos modos do fazer historiográfico, nos voltando para as sensibilidades ofertadas pelas dimensões do fenômeno educativo escolar e suas formas de representação, fatores imprescindíveis para as pesquisas que tomam as experiências dos sujeitos enquanto fontes, cientes que “a experiência é o primeiro lugar, um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova” (LARROSA, 2016, p. 26). Essa discussão corrobora com a concepção de que

[...] as sensibilidades corresponderiam a uma relação originária dos homens com a realidade, expressa por sensações e pela percepção, que, de forma individual e partilhada, implicam a tradução da experiência humana no mundo. Sendo, contudo, um processo subjetivo, brotado do íntimo de cada

indivíduo, como uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. Sendo a sensibilidade uma forma de ser e estar no mundo, ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica (PESAVENTO, 2005, p. 128).

Tais aspectos aqui citados constituem objeto de diálogo entre os campos da historiografia já mencionados como base de nossa pesquisa, nos permitindo discutir as práticas diversas que serão perscrutadas por nós nas narrativas orais e arquivísticas permeadas por sensibilidades. Como anuncia Taborda de Oliveira (2012)

A exploração do mundo se dá pela via do corpo – dos sentidos corporais – e é esse o caminho que levaria à consolidação dos processos de formação. Em outros termos, produziria ou transformaria sensibilidades (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

A memória é uma narrativa situada, que produz e transforma sensibilidades (OLIVEIRA, 2012). Tomada pela História como fonte para sua escrita, a memória institui lugares, sujeitos, instituições, definindo regras de enunciação sobre o que aconteceu (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). Deste modo, tomando como fontes as memórias orais e documentais, nossa pesquisa visa contribuir mais especificamente em dois aspectos, a saber: trata sobre dois períodos representativos, o primeiro referente a mudança de gestor, que reflete uma nova etapa educacional na instituição, e em segundo, a Ditadura Militar, que deve ser constantemente revisada e estudada, tomando o CAD como mais um meio de inculcar um modelo civilizatório e normativo.

A partir do desejo e da inquietude que gestamos, voltamos nosso olhar para a historiografia paraibana e campinense acerca da história da educação. Percebemos que nela é possível encontrar pesquisas que discutem perspectivas variadas sobre a participação das instituições escolares no processo de modernização e higienização da cidade, mas que deixou em aberto diversas outras possibilidades a respeito de como o cotidiano escolar foi produzido nessas instituições em outros recortes historiográficos e como esse cotidiano contribui para a compreensão das trajetórias dessas instituições a partir da produção de uma cultura própria da escola.

A dissertação de Alexandro dos Santos (2017), “*Cultura física para a família campinense’: Higiene e Educação Física no Instituto Pedagógico- Campina Grande- PB (1931- 1942)*”, analisa os discursos que circularam no Instituto Pedagógico – Campina Grande, entre os anos de 1931 e 1942, abordando a implantação do ensino de Higiene e Educação Física, que buscava atender os preceitos da ordem social civilizatória em voga na época, nos fazendo

enxergar a importância da instituição que posteriormente vem a ser o Colégio Alfredo Dantas para a modernização e elaboração de uma sociedade moderna.

O trabalho *“Memória e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968- 1978)”*, de Thaisy Lanny de Albuquerque (2011), nos ajudou a pensar como analisar uma instituição de ensino, nesse caso, o Colégio Estadual de Campina Grande, também conhecido como Estadual da Prata, buscando problematizar o cotidiano escolar durante o AI-5 e as interfaces e relações estabelecidas durante esse período na escola.

A tese de doutoramento *“Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)”* de Vivian Galdino de Andrade (2014) foi o estudo que mais se aproximou da nossa proposta de investigação, pois trata de discutir o papel desempenhado pela instituição no projeto de modernização da cidade de Campina Grande, durante os anos de 1919 a 1942.

Encontramos, para além das pesquisas mencionadas um rico arcabouço de trabalhos produzidos no âmbito da linha III do PPGH, assim como fruto das pesquisas realizadas no Programa de Educação Tutorial de História (PET) da graduação em História da UFCG, na época sob a coordenação da professora Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento.

Diante desta trajetória narrada até então, propomos começar a pensar o CAD em recortes e perspectivas diferentes das apresentadas pelos colegas, olhando o Colégio a partir da troca de gestão, pensando em como esse movimento transformou a cultura escolar da instituição, dentro de um contexto turbulento permeado pelas interferências educacionais introduzidas pela Ditadura Militar e pelos processos sociais, culturais e políticos que ela provocou.

Investigar o Colégio Alfredo Dantas, em suas diferentes formas de representação, significados e sentidos, dentro de um recorte que ainda não foi investigado permeia a contribuição desta pesquisa, que conta com narrativas orais, documentos singulares e o desejo de destacar sua influência na cidade de Campina Grande, nos sujeitos que por ela passaram, através do sensível, da memória, dos ruídos, dos discursos e dos processos de sua metamorfose que ecoaram, à época, em Campina Grande.

II. A escolha das rotas

Enquanto pesquisadores somos levados a escolher caminhos que nos direcionam ao contato com as metodologias e com as fontes. Em nossa pesquisa, optamos metodologicamente pelo uso de fontes orais e documentais, instrumentos valiosos e imprescindíveis para o que propomos estudar. Portelli (1997, p.31) salienta que as “Fontes orais contam-nos não apenas o

que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”, as vozes, os discursos, as narrativas, conseguem transportar certezas, realizar vontades, concretizar pensamentos. De forma não menos diferente estariam as fontes documentais, registros de um passado que se deseja desvendar.

Durante o tempo em que ocupamos o lugar de graduanda em História, enveredamos nos estudos no campo da História da Educação, sob a orientação da professora Patrícia Cristina de Aragão¹², responsável por nossa entrada na iniciação científica. Nesse momento, fomos sendo apresentadas as novas formas de olhar os sujeitos, aprendendo assim a ouvir o outro de forma atenta e sensível.

Hoje, Historiadora, reconhecemos a carência ética de aprender a ouvir, de conceder a escuta. Muitas vezes somos levados pelas teorias e conceitos, pelas aulas repletas de conteúdo, que nos inundam de conhecimento, mas que também nos levam a esquecer o poder da oralidade, daqueles que nos emprestam voz, partilham emoções palpitantes com brilho nos olhos. As fontes orais contam dessa nossa primeira identidade no universo acadêmico, conseguindo despertar um forte desejo de entender a História a partir do íntimo dos sujeitos, a ver e sentir o mundo através de suas sensibilidades, estas que hoje sentimos não apenas nas narrativas, mas em todo o conjunto de fontes.

Os papéis, correspondências, fotografias, tecidos, jornais e revistas falam de histórias vivas, que pulsam a cada leitura sobre elas realizadas. É como se aspectos do passado se fizessem presentes a cada parágrafo percorrido, narrativas abertas que confessam suas histórias crivadas por pontos de vista. Quando começamos a pensar nosso percurso, não sabíamos por qual parte estrear, então iniciamos pelo meio, pelo que remexe a mente com formas de pensar a História e seus contextos.

Nossa primeira vertente metodológica para coleta de dados é a História Oral Temática, que se volta a fundamentar a prática de evocar memórias, conduzindo o pesquisador a um caleidoscópio que ressignifica as narrativas históricas produzidas, as quais nos ajudam a interpretar o movimento que desencaixota o passado escolar. Cada sujeito guarda em si histórias vivas, fragmentos da realidade, conjunturas e contextos particulares, que se misturam a outras realidades do coletivo, nos realocando a um tempo que tanto investigamos ao longo da nossa formação. Para pensar a memória, tomamos o pensamento de Le Goff (1990b)

Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos, mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos

¹² Professora doutora, do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba (Campus I- UEPB).

textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é uma conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retro, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem (LE GOFF, 1990b, p.407).

Trabalhar com a Cultura Escolar do CAD nos permite falar sobre a memória coletiva e a história olhando para o passado através de “dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos”, como classifica Le Goff (1992, p. 535). O nosso objeto de estudo se configura enquanto um documento/monumento, que ecoa sobre a história da cidade de Campina Grande.

A memória e o arquivo escolar são as fontes basilares desta pesquisa, apresentam outras dimensões ao debate historiográfico, como Le Goff (1990b) evidencia, existe um movimento de salvamento da memória por meio do registro e análise, não apenas em textos, mas nas palavras, imagens, gestos, objetos. Por meio dela, o historiador consegue visualizar múltiplos caminhos, o que acaba possibilitando um mergulho em um mar de sensibilidades, envolto pelas memórias, pelas experiências do cotidiano e pelos sentidos e representações que marcaram uma sociedade numa determinada época. Ela é

[...] uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato (MEIHY, HOLANDA, 2015, p.18).

Em nossa pesquisa, utilizamos como critério de inclusão somente sujeitos¹³ que atuaram enquanto docentes ou ainda discentes do Colégio Alfredo Dantas durante o período estudado. Tal recorte esteve também condicionado a disponibilidade do encontro dessas fontes. Vale destacar que ao longo da pesquisa fomos em busca de outros sujeitos que integrassem o corpo profissional da instituição, desejávamos escutar suas vozes, lembranças e sensibilidades vividas dentro do CAD, no entanto, apesar de várias tentativas de encontrá-los, não obtivemos êxito. Como um dos instrumentos de coleta de dados utilizamos a entrevista, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da história oral temática. Estávamos cientes que

Por partir de um assunto específico e previamente estabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade, portanto, é mais dirigida, ainda

¹³ Para tanto, submetemos nosso projeto ao Comitê de Ética, e recebemos o aceite (em anexo, página 143), para darmos continuidade a nossa pesquisa assegurando aos nossos entrevistados nossa responsabilidade com a integridade dos mesmos.

que seja inviável supor objetividade absoluta em expressões de fala espontânea. [...] Dado seu caráter específico, a história oral temática resalta detalhes da história pessoal do narrador que interessam por revelarem aspectos úteis a instrução dos assuntos centrais (MEIHY, RIBEIRO, 2011, p.88-89).

A partir da história oral temática, como salienta a citação acima, conseguimos esclarecer eventos definidos, resgatando detalhes, faíscas e resquícios de história que compõe o conjunto de memórias escolares. Dentro do escopo das instituições escolares, estas oralidades

[...] emergem memórias permeadas de percepções e sensações que têm por foco a experiência no espaço escolar e nos permitem indagar, principalmente, de que formas os estudantes habitaram o espaço escolar e como foram afetados por ele (GRIMALDI E ALMEIDA, 2020, p.4).

Destarte, são essas experiências possíveis de serem registradas através da oralidade, principalmente quando cruzada com o arquivo. Um conjunto de detalhes que nos ajudam a entender como e de que forma os discentes e docentes foram afetados pelo espaço escolar. Buscamos “[...] explorar o que a palavra experiência nos permite pensar, o que a palavra experiência nos permite dizer, e o que a palavra experiência nos permite fazer no campo pedagógico” (LARROSA, 2016, p. 38).

As narrativas de docentes e discentes estão carregadas de experimentações desse lugar, de singularidades, de um conjunto de marcas que ficam guardadas nas memórias e “[...] determinam a forma e a substância não só do mundo, mas também de nós mesmos, de nosso pensamento e de nossa experiência” (LARROSA, 2016, p. 58). Trabalhamos com dois grupos de sujeitos, o primeiro formado por uma ex-professora, que atuou na instituição entre os anos de 1963- 1976 e, o segundo grupo, referente aos alunos da instituição, que englobam diferentes temporalidades. Neste bojo, contamos com um núcleo de oito entrevistados.

Tabela 1: Fonte Oral (Professora)

NOME	IDADE	PROFISSÃO	ATUAÇÃO
Cleonice Agra do Ó	82 anos	Professora Aposentada	1963 - 1976

Tabela produzida pela autora, 2021.

A professora ocupou o lugar enquanto aluna e também docente do CAD, nos permitindo ter acesso a essas ambas experiências. Nosso objetivo, ao entrevistar Cleonice Agra do Ó estava atrelado às inquietações sobre como era ser professor em um período demarcado por repressões e silenciamentos, do que tiveram que abrir mão para ministrar suas aulas e o que foram

obrigados a acrescentar para cumprir a legislação educacional vigente? Que modelo de cidadãos eram obrigados a formar?

Encontramos outros ex-professores do Colégio Alfredo Dantas, no entanto, só Cleonice estava dentro do nosso marco temporal. Dentro desta pesquisa, os ex-professores que por coincidência também foram alunos da instituição foram incorporados no quadro de discentes e nos forneceram ricas narrativas sobre suas experiências escolares nesse período ditatorial

Aliado a isso, infelizmente constatamos a ausência de documentos no arquivo escolar que nos fornecessem embasamento para conhecer quem eram os professores do CAD dentro desse recorte. Em contrapartida, o mesmo arquivo nos disse muito a respeito de práticas, fardamentos, eventos, mas, silenciou a respeito dos docentes que lecionaram em suas salas de aula.

Acerca da coleta dos depoimentos orais, foi realizada em dois momentos: a primeira parte foi efetuada ainda no ano de 2019 (no período da graduação em História, por se tratar do mesmo objeto de estudo para a produção do trabalho de conclusão de curso). A segunda etapa foi realizada entre os anos de 2021 e 2022, já com a finalidade de produção desta dissertação. Presentes em todo o texto que compõe esta pesquisa, essas narrativas orais foram utilizadas com mais intensidade no primeiro e terceiro capítulos desse trabalho.

Na confecção do roteiro de questões investigamos os traços que ficaram na memória dessa professora, marcos e vestígios de um passado que precisa ser revisitado e analisado constantemente. As respostas que encontramos, responderam mais do que pretendíamos, pois falam sobre os não ditos, as manifestações e as marcas da Ditadura Militar de forma singular. De forma semelhante aconteceu com os discentes da instituição, apresentados na tabela a seguir:

Tabela 2:Fontes Oraís (Alunos)

Nome	Idade	Profissão	Anos em que estudaram
Maria Goretti Pereira de Aquino	62 anos	Aposentada (secretária)	1968 - 1974
Homero Loureiro Filho	67 anos	Funcionário público federal	1969 - 1977
Joselito Alves	57 anos	Motoboy	1975 - 1984
Geruza Ferreira Da Silva Costa	81 anos	Aposentada (professora)	1958 - 1962
Adoniran Ribeiro dos Santos	64 anos	Professor de História pela UEPB	1969 - 1976
Anselmo Ronsard Cavalcanti	62 anos	Professor	1975 - 1977
Paulo Loureiro	62 anos	Professor	1967 - 1977

Tabela produzida pela autora, 2021.

Costurar e ressignificar suas memórias, foi essa a sensação que tivemos quando confeccionamos uma versão para a história dessa instituição escolar. Por meio dessas lembranças foi possível chulear pedaços de vidas, que somam tematicamente aos contornos elucidativos sobre o ensino, as práticas educativas e pedagogias construídas dentro e fora da escola. Mais do que perceber a construção das normas e imposições, essas memórias nos permitiram analisar a recepção e a circulação dessas mudanças dentro do contexto ditatorial.

Como aferido na Tabela 2, conseguimos uma maior quantidade de entrevistas com discentes dentro das décadas de 1960 e 1970. Enquanto as primeiras décadas do nosso marco temporal, 1940 e 1950, foram melhor apreendidas pelas fontes documentais que estavam disponíveis no arquivo escolar, entre elas:

Tabela 3:Fontes impressas

Correspondências
Recibos bancários
Recortes de Jornais
Fotografias
Documentos (anotações, bilhetes, panfletos)
Títulos (formações, cargos e especializações)
Telegramas

Entre as falas, ecoaram marcos afetivos com o CAD, representados nas participações em desfiles cívicos, festividades escolares, aulas, reuniões, traços de um contexto educacional que marcou a trajetória dos depoentes. Estas sensibilidades conduzem ao que acentua Alberti (2004), quando afirma que

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu (ALBERTI, 2004, p.14).

Compartilhamos o sentimento de que escutar habitualmente é uma tarefa complexa, prestar atenção aos detalhes, observar os gestos, as interrupções na fala, as manifestações de sentimentos e emoções, a necessidade de percepção ao interpretar as sensibilidades dos discursos, são procedimentos que consomem parte dos estudos com a História Oral. Mas, diante

de um olhar mais atento, ainda se torna possível confrontar estas vivências com outras fontes, registros diversos dessa história multifacetada e compartilhada entre os sujeitos discentes e docentes, presentes também no arquivo escolar da instituição. Entre essas fontes utilizamos:

Tabela 4:Fontes Utilizadas

Arquivo pessoal do professor Severino Loureiro	Correspondências, diplomas, discursos e fotografias
Jornais	Diário da Borborema Gazeta do Sertão Jornal da Paraíba
Arquivo escolar	Atas de reunião, Relatórios anuais, registros de eventos, quadro de professores, fardamentos
Arquivo virtual	Fotografias e documentos

Tabela produzida pela autora, 2021.

No arquivo escolar¹⁴ nos deparamos com um armário de madeira que guardava pastas e cadernos de fotografias antigos, por vezes escritos à mão pelos gestores e professores do Colégio Alfredo Dantas¹⁵. Ao nos encontrarmos com ele e suas materialidades, articulamos às memórias e às sensibilidades dos sujeitos escolares entrevistados, colhendo detalhes, recortes, possíveis desfechos e continuidades. Gentilmente o professor Paulo Loureiro¹⁶, atual diretor da instituição, passou tardes conversando, desenhando e compilando conosco a história da sua família, que é também atravessada pela história do CAD.

Tabela 5:Quadro de Diretores da Gestão Loureiro

ANO	DIRETOR(A)
1945	Severino Lopez Loureiro Alcide Cartaxo Loureiro
1958 a 1968	Severino Lopez Loureiro José Cartaxo Loureiro

¹⁴ O arquivo escolar foi encontrado, analisado, catalogado e digitalizado no prédio do Colégio Alfredo Dantas. O acervo fica em pastas e cadernos, copilado e datado na maioria das fontes. Existe para além do arquivo escolar, um arquivo pessoal referente a família Loureiro e em especial a vida e trajetória do intelectual Severino Lopez Loureiro.

¹⁵ Essa tarefa de arquivar foi feita de forma atenta e sensível por uma das antigas gestoras da instituição, a professora Rosa Loureiro, entre os 1974- 1983.

¹⁶ Neto do professor Severino Loureiro. Assumiu a direção da escola, assim como seus tios fizeram desde que o Colégio passou a fazer parte da família Loureiro. Sendo assim, a instituição escolar aqui estudada tonou-se também, parte da tradição familiar.

1972	Jacinto Neves Santos
1974 - 1990	Rosa Maria Cartaxo Loureiro Jacinto Neves Santos
1984	Rosa Maria Cartaxo Loureiro Maria Lígia Loureiro Santos (Diretora Pedagógica) Jacinto Neves Santos (Diretor Pedagógico – adjunto)
1996 - Atual	Paulo Gustavo Loureiro Marinho

Tabela produzida pela autora, 2022.

O CAD, além de uma instituição escolar, é um negócio de família. Na tabela 5 podemos perceber que a direção da instituição passa por vários familiares, um empreendimento passado de geração para geração, entre pais e filhos. Até a presente data desta pesquisa, o atual coordenador é Paulo Loureiro, neto do Professor Severino Loureiro. Notamos ainda que, no período estudado, eram gestões conjuntas, o Professor Loureiro assume desde 1945 a direção da escola e ao longo dos anos divide a gestão com sua esposa até os idos de 1961, e com outros membros até 1975, quando se desliga do educandário. Ou seja, Severino Loureiro permanece até o ano de 1968 enquanto diretor, e como proprietário do CAD sua participação era ativa (de acordo com os documentos datados até o ano de 1975) na colaboração em eventos, palestras e formações. O que vale ressaltar é que sua presença sempre esteve na instituição, mesmo após o período por nós estudado, até seus últimos anos de vida.

Nossos encontros com o arquivo, com suas pastas repletas de folhas amareladas, desbotadas pela ação do tempo, nos ajudaram a retornar ao passado, assim como fazemos com as caixas de fotografias na casa de nossos avós, ao adentrar aquela sala de arquivo nos sentimos em casa, tomamos “o arquivo como lugar de guarda da memória coletiva, dos elementos fundadores da identidade social e de prova histórica dos acontecimentos do passado” (ASSIS, 2009, p.35).

Passamos tardes lendo e digitalizando histórias vivas, apreendendo curiosamente as correspondências, analisando fotografias, interpretando documentos, compreendendo redes de sociabilidades que foram importantes para todo o contexto educacional campinense, e que tinham a participação do professor Severino Lopez Loureiro.

Diante disso, não como não constatar que arquivo é uma importante ferramenta para nossa pesquisa, pois

[...] é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia, e no mesmo tom, o irrisório e o trágico, onde o importante para a administração é saber quem são os responsáveis e como puni-los (FARGE, 2009, p.14).

Essa “*brecha no tecido dos dias*” é o que torna o arquivo singular, as fotografias em preto e branco, os recortes de jornais que registram o percurso da escola na cidade, as correspondências, os documentos, discursos proferidos em festividades, os tecidos dos fardamentos e suas cores, cada traço desse arquivo remonta a história de muitas gerações que passaram pelo colégio e são imprescindíveis para nosso estudo - nossos depoentes -, inseridos na juventude dos anos de 1970. O arquivo escolar ampara nossas inquietudes e provoca outras, ele nos ajuda a descrever o efeito do real, a destrinchar os currículos, a enveredar pelas normas, a revisitar a história de forma palpável, salientando que

O exercício do arquivo integra-se no processo de conhecimento e compreensão da cultura escolar. Os fundos arquivísticos são constituídos por documentos específicos, produzidos quotidianamente no contexto das práticas administrativas e pedagógicas; são produtos da sistemática “*escrituração*” da escola e revelam as relações sociais, no seu interior, foram sendo desenvolvidas pelos actores educativos (MOGARRO, 2006, p. 79-80).

Como acentua Mogarro (2006), os arquivos são resquícios do cotidiano do Colégio, são produtos de uma cultura escolar, registros que revelam aspectos sobre os sujeitos e suas trajetórias. No CAD, o arquivo escolar adquire uma especificidade, ele é privado e pessoal, sendo constituído pelos guardados da Família Loureiro, de seus feitos. Sua finalidade está em imortalizar a memória do Professor Severino Loureiro.

A experiência dentro do arquivo é empolgante, o mesmo se configura enquanto extenso, dentro de pastas, plastificados, uma tentativa de evitar que ação do tempo os atinja. Existe uma gama de fotografias de variadas décadas, cartas, certidões e documentos diversos, assim como recortes de jornais.

O arquivo em formato virtual¹⁷, construído na gestão Paulo Loureiro, está configurado como uma linha do tempo, disponível no site da instituição. Ele é um verdadeiro memorial, foi organizado e alimentado pelos documentos, registros e fotografias compilados pela família

¹⁷ Disponível em: <https://www.alfredodantas.com.br/memorial/>

Loureiro durante suas gestões, e foi imprescindível em nosso processo de costurar dados, datas e documentos.

Os jornais são também nossos aliados (Diário da Borborema, Gazeta do Sertão e Jornal da Paraíba), neles encontramos a marcante representação do Professor Loureiro na cidade, sua história como educador e as concepções que ele defendia para a educação campinense. Essas “fontes jornalísticas são para o historiador um importante meio para a reconstituição do passado e explicação dos fenômenos políticos” (BAZAGA; ROMANO, 2012, p. 2). Mas, mais que isso, são discursos interessados e perpassados pelas relações de poder. Como afirma Leite (2015)

[...]a imprensa não apenas interfere nas questões políticas, mas em diversos setores da vida social, na articulação e disseminação de idéias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir em sua historicidade, o que a torna uma fonte inesgotável de pesquisa e estudo (LEITE, 2015, p.5).

Não poderíamos deixar de observar os sinais que esses discursos encontrados nos jornais nos revelam. São fragmentos, como afirma Leite (2015) “de idéias, valores, referências, memórias, ideologias, modos de pensar e agir” que compõem a História e merecem ser revisitados. Todavia, enquanto documento histórico que é construído, não deve ser tomado como reflexo de um dado contexto, mas sim, como uma forma de representação. Sabendo que

Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas (CAPELATO, 1988, p. 24-25).

Essas relações a serem desvendadas surgem com aspectos peculiares, os jornais são verdadeiras formas de registro de um cotidiano distante do nosso. As fontes jornalísticas são meios pelos quais as comunidades representam suas práticas sociais, culturais, econômicas e políticas. Como afirma Capelato (1988, p.24) a imprensa mesmo que no passado, consegue agir no presente, já que através dela conseguimos “engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas”.

Diante desse percurso pelas fontes assinalado até aqui, nos apropriamos da Análise do Discurso. Para Albuquerque Jr. (2021, p.235), os discursos “se tornam a matéria mesma da análise do historiador, que descobre que todos os documentos ou testemunhos são formas de discurso” (ALBUQUERQUE JR, 2021, p. 235). Tal método de análise nos ajuda a

compreender que a produção de um discurso, seja verbal ou não verbal, está carregada de intenções, e que “ao serem vistos como monumentos, não são apenas ornamentos retóricos, nem argumentos de provas no discurso do historiador” (ALBUQUERQUE JR, 2021, p. 235), são fragmentos da realidade, portas para o passado e seus múltiplos contextos. Sendo assim, este método nos auxiliou a decifrar as fontes consultadas como redes de uma instituição, discursos que normatizam e enunciam formas de estar, aprender e representar o CAD.

Com sua tradição geracional, vivenciada ao longo dos seus 103 anos (1919-2022), o Colégio pode ser lido a partir de outras miradas, dos discursos que sobre ele dizem algo, como menciona Foucault (1996), permitindo pensar como a memória dos ‘arquivos’ e das ‘narrativas’ é parte constitutiva de uma instituição, que se (re)inventa e que se perdura no tempo, mobilizando e agenciando diferentes elementos para dizer algo sobre si e formar sujeitos articulados a seus valores e visões de mundo.

Desta forma, essa pesquisa reúne oral e documental, caminhos que se entrelaçam para se acessar o interior das representações e compreender uma dada realidade social, assim como os documentos e materialidades encontrados dentro do arquivo físico, que manifesta vida e minúcia de detalhes. Concebendo que

Historicizar a educação é colocar em reflexão comportamentos, sensibilidades, gestos e imaginação existentes em livros, jornais, revistas e diversas instituições de sociabilidade. A escola age e tem a pretensão de ser mediadora cultural, agência transmissora de saber e processos educacionais, mas também como uma espécie de conformadora de sensibilidades e de formas de ler e atuar no mundo em que vivemos. A cultura que perpassa os valores de uma sociedade acaba sendo um seletivo e normativo que constitui a cultura escolar (ANDRADE, 2014, p.38).

Ao entendermos a importância dessa “cultura que perpassa os valores de uma sociedade”, vislumbramos que nosso estudo reflita os signos do sensível, que tenhamos conseguido refletir a pedagogia da cidade envolta pela pedagogia dos sentidos (TABORDA, 2012) da escola e suas formas de representação.

III. Um mapa de orientação para trilhar os caminhos

Quadro nenhum está acabado,
disse certo pintor;
Se pode sem fim continuá-lo,
primeiro, ao além de outro quadro
que, feito a partir de tal forma,
tem, na tela, oculta, uma porta

que dá a um corredor
que leva a outra e a muitas portas.
(João Cabral de Melo Neto, 1997, p. 77).

Em nossa pesquisa, abrimos três portas principais para se pensar o Colégio Alfredo Dantas, mas, como afirma o autor da epígrafe acima, “quadro nenhum está acabado”, nossa leitura sobre essa instituição secular e suas formas de representação é apenas uma forma de tantas outras que podem surgir.

O desenvolvimento está dividido em três capítulos. Em nosso primeiro capítulo, intitulado “**O Colégio Alfredo Dantas, Campina Grande e a “Finalidade Vital da Educação”**”, contextualizamos a instituição, as escolas anexas e o ensino profissional, assim como, pensamos a relação da instituição com a cidade de Campina Grande. Para tanto, percorremos nosso recorte temporal apontando os acontecimentos históricos, as transformações educacionais e as rupturas que a levaram a produzir sua história no período estudado.

Em nosso segundo capítulo, intitulado “**Um professor-gestor intelectual em Campina Grande: Severino Loureiro e o CAD**”, refletimos e problematizamos o educador intelectual Severino Loureiro, investigando seus caminhos de formação, sua trajetória como professor e gestor, seus percursos dentro do universo educacional campinense e paraibano, entendendo sua importância profissional e intelectual em várias instituições na Paraíba.

E finalizamos, com o terceiro capítulo, intitulado “**A Ditadura Militar, a cultura escolar e as práticas educativas no CAD**”, com vistas a compreender o cenário nacional militar e as experiências escolares que ele gestou, para docentes e discentes do CAD.

Deste modo, caro leitor, o convidamos a trilhar os caminhos apontados em nossa dissertação, como João Cabral de Melo Neto bem ressalta, no poema de abertura desse tópico intitulado “*A lição da pintura*”, abrindo este caminho estamos sujeitos “*a uma porta que dá a um corredor que leva a outra e a muitas portas*”.

CAPÍTULO I

O COLÉGIO ALFREDO DANTAS, CAMPINA GRANDE E A “FINALIDADE VITAL DA EDUCAÇÃO”



Desfile de 7 de setembro em 1969. (Fonte: Acervo do CAD).

A imagem de abertura deste capítulo retrata a Praça da Bandeira cercada por homens, mulheres e crianças, jovens que desfilavam fardados representando seus respectivos colégios. Era um dia de sol, as árvores dos canteiros balançavam fazendo sombra. Tamanho orgulho de ali estar parecia emoldurar as faces dos alunos da instituição, que representavam os valores e a formação por ela ofertada em pleno 7 de setembro, dia em comemoração à Pátria. A fotografia que inaugura nosso capítulo parece registrar a importância do Colégio Alfredo Dantas para seus alunos e para a cidade de Campina Grande.

Adoniran Ribeiro, discente da instituição nos anos 1960, e dela docente na década seguinte, em 1970, participou da comemoração de seu cinquentenário, a mesma celebrada pelos antigos alunos do CAD no ano de 1969, registrada na imagem em que seguram uma faixa saudosista “*Os ex-alunos saúdam o cinquentenário do Colégio Alfredo Dantas*”. Para ele a tradição é a base da escola, como aponta a seguir:

A importância do Colégio Alfredo Dantas é muito grande, porque olhe, pra você ter uma ideia, como eu disse no início da minha entrevista, eu tenho 61 anos de idade e tive a felicidade desse ano de 2019 participar da festa do centenário do Alfredo Dantas, e me lembro que participei também do cinquentenário, [...], a qualidade do ensino no Colégio Alfredo Dantas, a seriedade dos seus diretores sempre foi indiscutível, tanto que não é por acaso que um colégio consegue sobreviver tanto tempo mantendo um padrão de qualidade excelente (Entrevista - Adoniran Ribeiro, 2019).¹⁸

Em sua narrativa, Adoniran nos apresenta um sentimento de orgulho e satisfação, que ressalta a seriedade da instituição e do seu corpo de diretores. Sua narrativa e a fotografia apontam um duplo significado, ao mesmo tempo em que enobrecem a pátria, eles também enaltecem o CAD, utilizando da sua bem-sucedida trajetória na cidade para justificar sua relevância social. Comportamentos patrióticos, misturados com a representação do CAD e os traços da cidade. Os desfiles cívicos eram planejados como aula, arquitetados nos mínimos detalhes, um espetáculo teatralizado em prol da manifestação do nacionalismo como parte integrante das práticas educativas do colégio.

Dois anos após esse desfile, dentro do acervo do colégio, encontramos uma palestra pensada para os professores da Rede de Ensino Paraibana, que nos leva a uma leitura ainda mais profunda sobre o Colégio Alfredo Dantas, Severino Loureiro e a missão atribuída aos docentes a partir da educação.

Senhores Diretores, estimados colegas.

¹⁸ Antigo aluno e ex-professor do CAD, em entrevista.

Antigamente o ensino era estático. A educação era fundada no ensino livresco, que não cabe na escola de hoje, mais formativa do que informativa. Com efeito, urge que nosso ensino coloque sempre mais ênfase na formação que na mera informação.

Queremos que aqueles a quem nos cumpre transmitir conhecimentos e habilidades, antes de mais nada se tornem “pessoas” conscientes e responsáveis. Educação para a liberdade e felicidade do indivíduo. [...]

A pedagogia atual – diz Lourenzo Luzuriaga- reconheceu a finalidade vital da educação, ao transformar a escola tradicional de aprendizado intelectual na escola do “aprender-a-viver”. Assim a escola se transformou em “comunidade” vital, onde se cuida dos alunos sob todos os aspectos de sua vida e onde eles por sua vez, participam da vida da escola.

Todos somos responsáveis pela educação.

Educar, é criar condições tais que o indivíduo e a comunidade se descubram a si mesmos e se afirmem no tempo e no espaço, aproveitando e orientando a capacidade natural da inteligência[...] (Severino Lopez Loureiro, 1971, Acervo CAD).¹⁹

Em um auditório lotado, possivelmente também em um dia de sol típico de Campina Grande, cadeiras enfileiradas, diretores e professores atentos escutavam um chamado. O discurso aclamado os inquietava, colocando em suas mãos a responsabilidade pela educação paraibana. Nesta palestra proferida em um curso de Reciclagem Pedagógica²⁰ em 1971, escutam falar sobre um ensino estático e improdutivo, realizado aos moldes dos discursos preestabelecidos. A educação por muito respirou os ares do que convinha saber, constituída por informações memorizadas e enciclopédicas, que não abriam brechas para reflexões e novas perspectivas.

Tais cursos de reciclagem são atualmente chamados de cursos de formação continuada, tendo em vista o tom, muitas vezes pejorativo, que o termo reciclagem carrega quando apropriado na formação docente. O curso, ministrado pelo professor Loureiro, carregava a busca por competência que adequassem o atual contexto educacional as necessidades da época.

Ao ler o discurso proferido, é possível concebê-lo como um convite, o semear de uma educação que criaria condições para que *“o indivíduo e a comunidade se descubram a si mesmos e se afirmem no tempo e no espaço”*. Longe dos moldes de uma educação tradicional, esse discurso proferido no ano de 1971 é um chamado para uma *“educação para a liberdade e felicidade do indivíduo”* por meio do saber.

Ao confessar essa necessidade de que o indivíduo e a comunidade, juntos, descubram seu tempo e espaço, o palestrante enuncia a relação que a educação tece entre a cidade e a

¹⁹ Palestra proferida no Curso de Reciclagem Pedagógica, promovida pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba, Governo de Ernany Sátiro, 1971.

²⁰ Essa nomenclatura do Curso, enquanto Curso de Reciclagem Pedagógica estava presente no documento original.

escola. Ela seria o motor que alavancaria a realização de um projeto cidadão esperado, o de empregar sujeitos prontos para a sociedade.

As práticas educativas, advindas da Cultura Escolar, seriam as engrenagens que veriam esse projeto se materializar. Elas podem ser interpretadas como um conjunto característico de ações que “[...] permitem articular, descrever, analisar, de forma complexa, os elementos-chave que compõem o fenômeno educativo escolar” (FARIA FILHO, 2007, p.195). Dito de outro modo, a Cultura Escolar é uma cultura à parte da cidade, ela se caracteriza por traços particulares e manifestações presentes no cotidiano da instituição educativa. Pensar uma relação entre a cidade e a escola, nos faz ponderar o interior da instituição e as partes externas a ela, para entendermos as tessituras gestadas entre o meio social e o universo educativo.

Desta forma, qual a “finalidade vital da Educação?”. Cursos de reciclagem, como esses, seriam passíveis de capacitar os docentes para essa renovação educacional? Qual o papel do Colégio Alfredo Dantas nessa conjuntura? Que intencionalidades a escola e seus representantes carregava?

O CAD está imerso no coração da cidade, foi/é responsável por constituir parte da identidade social campinense, a partir das relações entre os sujeitos e suas práticas educativas, sendo assim, consideramos a história do educandário como parte da história da cidade, tendo em mente que as instituições educativas são

[...] necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem (SAVIANI, 2005, p.28).

Sendo assim, pensando a partir de Saviani (2005) elegemos o Colégio Alfredo Dantas enquanto uma instituição do social, ele abraçou desde sua fundação essa missão de corresponder as necessidades da cidade, dos discursos de cada época, funcionando a favor do crescimento dos sujeitos que estudaram e construíram suas identidades dentro de suas paredes e fora delas.

Introduzimos este capítulo pensando os anos finais do nosso recorte temporal e no discurso que permeava a cena, fazendo um caminho inverso ao escutar um chamado para uma educação libertadora própria do ano de 1971. Esse caminho foi pensado buscando revelar que o início ao final do nosso recorte (1945 a 1975) o CAD foi marcado por ser referência em ensino, e a educação e os processos de educabilidade da instituição marcam a história da cidade e da sociedade campinense. Nas próximas páginas refletimos os contextos que perpassaram a

história da instituição e sobretudo do Severino Loureiro enquanto diretor do educandário, essa é a cena do nosso primeiro capítulo, atrelada a relação da cidade com a escola e os contextos que perpassam essa conjuntura.

Concomitante a esse cenário, nos apropriamos do conceito de Pedagogia da Cidade, noção que nos ajuda a entender como as redes de educabilidade se apresentam imprescindíveis no processo de escrita da História da Educação e das práticas educativas, pois

Múltiplos podem ser os olhares direcionados para as cidades e suas histórias escritas no espaço pelas práticas de homens, mulheres e crianças. Nesse sentido, à pedagogia da cidade pode ser compreendida a partir do entendimento de educabilidade como uma demarcação investigativa. [...] (MEDEIROS NETA, 2010, p.213).

A educabilidade, ou seja, a responsabilidade de educar da instituição e suas práticas educativas imersas na Cultura Escolar, perpassam a vida dos sujeitos e afetam as práticas culturais e suas manifestações. Elas se misturando e se diluem nas representações da cidade, em seus marcos históricos, dados que emergem no arquivo da escola e na voz dos sujeitos vívidos, que abrem suas memórias e nos deixam entrar.

As representações são demarcadas como formas de ler o mundo, enquanto subjetividades individuais e coletivas de uma sociedade, elas nos ajudam a interpretar como foram concebidas e recepcionadas as práticas culturais que cada comunidade produz sobre si e sobre o outro. Em nosso estudo as pensamos a partir da noção de Chartier (1991), que as define em duas:

Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma ; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p. 183).

Essas representações estão na forma como os sujeitos são constituídos, em como eles recepcionam os acontecimentos históricos e tecem suas leituras sobre o mundo que os rodeia. Essas produções, discursivas e imagéticas, são capazes de construir um arcabouço de símbolos que associa um grupo ou comunidade a uma determinada localidade ou contexto.

No discurso do professor Loureiro se inscreve a representação de uma voz de referência educacional, colocando em cena a escola que deveria se transformar em “comunidade” vital, *“onde se cuida dos alunos sob todos os aspectos de sua vida e onde eles por sua vez, participam*

da vida da escola”. A escola em seu discurso representa uma ferramenta para atingir a finalidade vital da educação.

Sendo assim, refletir sobre essa finalidade vital da educação, nos remete refletir sobre a cidade, sua comunidade e a missão exercida pela escola através da educação. Entendendo que “[...] a cidade é investida de uma orientação pedagógica expressa em seu *modus vivendi*, nos cenários, nas ritualizações e nas instituições e, a educabilidade é uma constante dessa orientação [...]” (MEDEIROS NETA, 2010, p.213).

Esse *modus vivendi* revela formas de viver, de ler o mundo, de aprender e ensinar. A palestra que abriu esse capítulo se relaciona com essas formas, é a abertura de um curso de formação pedagógica, que convoca os professores a ensinar em novos moldes, por uma educação vital, que permeia todos os campos do social. Admitindo que

Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável, têm uma história que nós não apenas queremos, mas também necessitamos conhecer (SAVIANI, 2013, p.28).

O CAD se perpetua na sociedade campinense, demarca um lugar. Como salienta Saviani (2013), o caráter durável dessas instituições escolares reflete algo que deve ser lido, pesquisado, investigado. Destarte, convido, caro leitor, a mergulhar nas páginas e caminhos que se seguem, desbravando que história seria essa que “*necessitamos conhecer*”, permeada pelos signos da cidade, dos seus discursos e necessidades.

1.1 O colégio e a cidade

Sediado no centro de Campina Grande, no coração da cidade, desde os anos de 1930, o Colégio Alfredo Dantas funciona em um prédio robusto na rua Marquês do Herval- nº39²¹. Com dois leões dourados na fachada, símbolos da instituição presentes desde o primeiro prédio que sediava o colégio, essas representações foram gravadas em seu fardamento, e se inscrevem como monumentos da cidade. Ao redor do seu corpo físico, ficam prédios antigos e a conhecida praça do Calçadão da Cardoso Vieira²², espaços de sociabilidade, que também marcam a história da cidade. Como ilustra a imagem 1:

²¹ Antiga sede do Grêmio de Instrução Campinense, onde passou a funcionar, além dos cursos já existentes, a Escola de Instrução Militar, nº 243, incorporada ao Tiro de Guerra Nacional. (Fonte: acervo Colégio Alfredo Dantas).

²² O Calçadão foi criado na Rua Cardoso Vieira, entre as ruas Venâncio Neiva e Marquês de Herval, em 1975. Após passar por uma reforma, quando foi ampliado duas vezes, o local voltou a ser reduzido para o tamanho

Figura 1: Imagem aérea do Centro de Campina Grande



Fonte: Google Maps (Marcações feitas pela autora, 2022).

O círculo em vermelho aponta o Colégio Alfredo Dantas, atravessando a Rua Marquês do Herval. Em azul localizamos o Calçadão da Cardoso Vieira, e um pouco mais a frente, em amarelo a espacialidade da Praça da Bandeira. O mapa consegue ilustrar o CAD no centro da cidade de Campina Grande, em diálogo com outros espaços de sociabilidade. Situado no que costumemente se chamava “Ferro de engomar”, o CAD estava próximo desse ambiente popular entre os jovens da época e que mantém, até o presente momento, festividades carnavalescas e culturais da cidade.

No entorno da escola, imaginamos os sujeitos percorrendo calçadas, se desviando após escutar o barulho dos automóveis, que de forma acelerada passavam no centro da cidade. As folhas das árvores, situada em frente ao Colégio, balançavam com o vento, que trazia consigo os sons dos gritos dos alunos após o término das aulas, descendo sem controle pelas rampas recém-construídas no novo prédio da escola. Para aqueles que já possuíam autonomia de ir para casa, precisavam obedecer aos sinais e as faixas de pedestres, enquanto outros discentes se acumulavam nas calçadas aguardando seus pais lhes pegarem. Momentos assim refletem as calçadas e ruas que perpassam a escola como lugares de sociabilidade, para discentes e

original na década de 1990. (Fonte: <https://cgretalhos.blogspot.com/2014/10/cg-150-anos-o-calcao-da-cardoso.html#.YaIpt9DMLIU>).

transeuntes da cidade, uma vez que “seus circuitos urbanos e suas representações possuem uma ação educadora, que orienta os sentidos dos sujeitos” (ANDRADE, 2014, p. 23).

Nessa conjuntura da cidade, a educação carrega em si um lugar, que se mistura com tramas já existentes. Os marcos materiais, afetivos, sensíveis e culturais atravessam essa história. Pensar sobre o espaço educativo dentro da cidade evoca uma problematização sobre o cenário citadino, seu contexto político, manifestações e práticas culturais, uma rede de sociabilidades que transporta significados e representações.

A arquitetura da escola compõe o patrimônio urbano da cidade, ela se constitui como mais um monumento que a representa, que sobre ela fala e dita símbolos modernos, é o que podemos perceber na seguinte fala de Severino Loureiro:

Senhores:

Estou vivendo, agora, um momento de profunda emoção, ao inaugurar oficialmente a última etapa da modernização do prédio do Colégio “Alfredo Dantas”, o mais antigo educandário de Campina Grande, fundado a 17 de fevereiro de 1919.

O fundador, Ten. ALFREDO DANTAS CORREIA DE DÓES, vencendo obstáculos e inauditos, provando com fatos, que não visava lucros, mas somente proporcionar à Campina Grande uma instituição de ensino que fosse parcela eficiente no seu desenvolvimento que, então, se avantajava.

Foi, sem dúvida, precursor do ensino técnico desta cidade, fundando os cursos propedêutico, de perito contador e conseguindo equiparar o Colégio a escola Normal do Estado.

O Colégio cresceu com a cidade, sendo já causa atuante na sua prosperidade vertiginosa. [...]

A sua esposa, Dona Maria de Azevedo Dantas, resolveu vender o estabelecimento no fim do ano. Eu o adquerí. De suas mãos benfazejas o recebí no dia 1º de janeiro de 1945.²³ (Severino Lopes Loureiro, 1975).

O discurso proferido por Severino Loureiro inaugura a modernização arquitetônica do CAD, traços de um passado que elege a escola como marca de uma identidade coletiva para a cidade. Os discursos têm esse poder, eles “não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades” (ALBUQUERQUE JR, 2021, p. 235). Segue imagens das evoluções arquitetônicas do Colégio Alfredo Dantas:

Figura 2: Transições arquitetônicas do Colégio Alfredo Dantas

²³ Discurso proferido na inauguração das reformas do CAD, 1975.



Fonte: Site CAD - <https://alfredodantas.com.br/site/nossa-historia/>

As imagens acima ilustram as transições arquitetônicas do Colégio Alfredo Dantas e demonstram sua tentativa de acompanhar o crescimento da urbe, que se idealizava cada vez maior. Atravessando gerações, os leões na entrada do prédio perpetuam os aspectos tradicionais da instituição. A imagem foi acessada por meio acervo virtual do CAD²⁴, um sítio eletrônico que se compromete com a memória e o conhecimento da história dessa instituição na rede.

Sendo um dos mais antigos educandários da cidade, pioneiro do ensino técnico-profissional, um colégio referência de uma época. Em 1945, após ter adquirido o colégio, Severino Loureiro assumiu para si a missão que já vinha sendo exercida pela instituição, a de ajudar na “prosperidade vertiginosa da cidade”. Campina Grande estava crescendo e vivenciava transformações urbanas que foram imprescindíveis para seu desenvolvimento comercial e econômico, necessitando de jovens preparados para trilharem o caminho da prosperidade a que era eleita. Esse era o discurso.

O ano de 1945 foi marcado por uma instabilidade política em Campina Grande, em apenas um ano foram nomeados dois prefeitos. Até o mês de março Vergniaud Borborema Wanderley era prefeito, tendo seu mandato perdurado de 20 de agosto de 1940 até 1º de março de 1945. Durante sua gestão efetivou uma verdadeira revolução arquitetônica²⁵ na cidade

[...] entre 1940 e 1945, o prefeito inovador, com o argumento de melhor qualidade de vida sob os aspectos da salubridade, circulação e estética, empreendeu a revolução urbana da cidade, promovendo um verdadeiro bota-abaixo de quase tudo que representava o passado, demolindo casebres e casarões coloniais (BRITO; STEINMULLER, 2021, p.91).

Sucedendo-o, assumiu o cargo Severino Gomes Procópio, por poucos meses, cujo mandato teve princípio em 1º de abril de 1945, tendo finalizado em 6 de novembro do mesmo

²⁴ Conheça o acervo virtual da instituição no seguinte endereço: <https://alfredodantas.com.br/site/nossa-historia/>

²⁵ Ao mesmo tempo que realizava sua revolução arquitetônica, Vergniaud Wanderley iniciava um processo de apagamento histórico da cidade, demolindo os prédios da época colonial e redirecionando as ruas e praças da cidade.

ano. Em seguida, Raimundo Viana de Macêdo assumiu o posto e findou sua gestão em 22 de agosto de 1946. Essa troca de prefeitos continuou durante dois anos. Essa instabilidade política foi reflexo do que acontecia nacionalmente, um processo de redemocratização após o fim da Era Vargas que se desenrolava a conta-gotas. Como afirma Brito e Steinmuller (2021, p. 94) “durante este período de dois anos de transição para a redemocratização, Campina Grande praticamente estagnou, passaram-se sete prefeitos nomeados e nenhuma obra importante”.

Assim, nesse período a cidade passou por um conjunto de reformas urbanas, por vezes turbulentas, visando o alinhamento com o projeto da época, que buscava o embelezamento, expansão e modernização dos espaços citadinos. Sobre esse processo de modernização, temos que:

As mudanças ocorridas no espaço urbano de Campina Grande (acontecia em várias cidades e capitais brasileiras nas três primeiras décadas do século XX), nas administrações de Vergniaud Wanderley parecem fazer parte desse conjunto de valores novos que já vinha há décadas sendo experimentados no continente europeu e que, aí, em grande parte se contrapunham aos valores e práticas associadas ao Antigo Regime, muito embora no Brasil assumam uma dimensão bastante singular, marcadamente autoritária e envolvendo uma complexa teia de relações sociais (OLIVEIRA, 2016, p.16).

Essa intervenção que ocorreu na década de 1940 guardou marcas autoritárias que, segundo Oliveira (2016), ressaltam o movimento de urbanizar a cidade, interferindo no cotidiano dos campinenses. De forma violenta foi moldado o centro da cidade, mendigos e prostitutas, cortiços e as demais representações que destoam do projeto de modernização e progresso da época foram afastadas, em prol de um projeto embelezador e higienista.

O educandário toma para si a missão de corresponder às exigências que uma cidade moderna faz. Para além das reformas arquitetônicas que veremos posteriormente, a escola investiu na criação de cursos em 1950, “ao serem criados os Cursos Clássicos e Científico, sofrendo então a primeira reforma, com a expansão e atualização de suas condições físico-pedagógicas” (Folheto do Centenário de Severino Loureiro, 2001) ²⁶, novas salas foram criadas e espaços foram acoplados²⁷, buscando acompanhar as reformas educacionais da época.

No cenário nacional, ainda em 1942 o ensino secundário foi reformulado, e posto em dois modelos, Clássico e Científico, essa reforma adveio das prescrições da chamada de Reforma Capanema. O surgimento dessa reformulação está vinculado a um debate que a educação brasileira vinha enfrentando a algum tempo, como ratifica Souza (2009)

²⁶ Informações encontradas no arquivo escolar do CAD.

²⁷ Verifique a planta- baixa da instituição, datada do ano de 1968, no anexo I, página 140.

O debate sobre a seleção cultural para a educação secundária no Brasil atravessou o século XX e esteve no cerne de inúmeras polêmicas. As disputas em torno do currículo colocaram em questão a legitimidade da cultura humanista predominante em confronto com a educação científica cada vez mais valorizada (SOUZA, 2009, p.73).

Desse modo, o ensino Clássico contemplava um aspecto mais humanista, em seu currículo eram ministradas as disciplinas de latim, grego e filosofia, disciplinas que não estavam presentes no curso Científico, que como Souza (2009) afirmou anteriormente, estava cada vez mais valorizado, por se tratar de estudos que eram a expressão das necessidades da sociedade e do mundo moderno. Compreendendo que

No final dos anos 1940, o ditame essencial para o ensino secundário dependia da introdução da visão de trabalho como forma de engrandecimento humano para os jovens. O ensino secundário não deveria atender a fins puramente intelectuais, mas considerar que existia uma carga de energia humana estacionada, ou mal-empregada, que poderia ser produtiva e eficiente (BRAGHINI, BONTEMPI JR, 2012, p.248).

“O ensino secundário não deveria atender a fins puramente intelectuais”, nesse sentido, o ensino entre as décadas de 1940 e 1950 foi direcionado em prol de empregar as energias dos jovens em atividades ditais como mais produtivas e uteis para o advento da modernidade, é o que explana a citação acima. Movida por esses princípios, já na década de 1950, Campina Grande trazia os ares de uma cidade dita moderna e populosa para o interior. Oliveira (2016) afirma que

Campina Grande aparece na década de 1950 como o 13º município mais populoso do país, com 173.206 habitantes, número expressivo se pensarmos que, em 1907, tinha apenas 17.041 habitantes. Naquele ano, a chegada da estrada de ferro transformou o antigo entreposto comercial no grande mercado de algodão sertanejo e, depois, no pólo do comércio do interior da Paraíba e estados vizinhos (OLIVEIRA, 2016, p.13).

Essa vertente moderna foi incluída como cerne da proposta pedagógica da escola, era preciso formar os sujeitos para atuar na cidade. Dentro desta premissa, professor Loureiro empreendeu a necessidade de ofertar bolsas de estudo, tradição que já vinha do antigo dono da instituição. Sobre aspectos dos projetos filantrópicos do CAD na década de 1950, encontramos em relatório que

A segunda fase- O fundador morreu em 1944; e eu, Severino Lopez Loureiro, já então professor do estabelecimento, comprei o Colégio em 1945. Esta instituição cresceu com a cidade, alarguei, constantemente, a assistência aos

mais carecidos. A partir de 1950 a esta data a média de bolsistas foi de 40 alunos anualmente (Severino Lopez Loureiro, 1975. Arquivo Escolar).²⁸

O trecho do Relatório das atividades filantrópicas do Colégio Alfredo Dantas nos apresenta o compromisso que a instituição educativa firmou com a sociedade campinense e com a cidade. Ofertar bolsas de estudo possibilitaria um número maior de sujeitos que iriam ter acesso a formação técnica, e assim, retornariam para a sociedade exercendo suas funções no comércio da cidade que cresce.

Fomos chamados a investigar os números do analfabetismo nesse contexto, entre as décadas de 1940 e 1970 constatamos uma problemática: a sociedade paraibana, em sua grande parcela, era analfabeta. Ao investigar a perspectiva de uma educação profissional, temos acesso aos índices de analfabetismo paraibano entre 1940 e 1960²⁹. Segundo os censos do IBGE dessas décadas, a Paraíba, em 1940, tinha uma das taxas mais altas de analfabetismo, 87,1%, em 1960 a taxa foi para 61,8%, revelando dados preocupantes para uma cidade que se queria comercial e moderna.

Pensando esses dados nacionalmente, temos:

Tabela 6: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil (1940-1970)

Ano	Analfabetos (%)
1940	56.17
1950	50.48
1960	39.35
1970	33.01

Fonte: Tabela construída pela autora com base nos dados dos Censos Demográficos do IBGE, 2022.

Com base na Tabela 6, é possível constatar um declínio na taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, entre os anos de 1940 e 1970. Em 1940 a população analfabeta constituía mais de 50% dos sujeitos de 15 anos ou mais, um dado preocupante e que coloca em vista as reformas e incentivos na educação durante o período.

Os idos de 1950 apresentam “a organização do ensino secundário para a formação de uma elite condutora, segundo a Lei Orgânica do Ensino Secundário” (BRAGHINI, BONTEMPI JR, 2012, p.245). As Leis Orgânicas foram consequências do Estado Novo, decretadas entre os anos de 1942 e 1946, que abarcaram todas as etapas educacionais do

²⁸ Relatório das atividades filantrópicas do Colégio Alfredo Dantas, Professor Severino Lopez Loureiro, em 1975.

²⁹ Buscamos também os índices referentes a cidade de Campina Grande na década de 1940/1950/1960 e 1970, mas não obtivemos sucesso.

primário e do ensino médio. Elas “se justificavam pela ideia de que o mundo vinha sendo regido por ‘novos imperativos’ culturais que a escola brasileira deveria adotar a fim de fomentar o desenvolvimento do país” (BRAGHINI, BONTEMPI JR, 2012, p. 242).

Entre as décadas de 1940 e 1970, de acordo com a tabela que segue, observamos que o número de analfabetos do Brasil tenha minimamente diminuído, mas permanecia como um problema social da época, intrínseco a maior parte da sociedade brasileira, o que representava significativa dificuldade para o projeto de sociedade que o Governo e a sociedade aspiravam.

Tabela 7: Evolução do analfabetismo no Brasil (1940- 1970)

Ano	População de mais de 15 anos	Analfabetos de mais de 15 anos	Taxa de analfabetismo	População de 15 a 39 anos	Analfabetos 15 a 19 anos	Taxa de analfabetismo
1940	23.639.769	13.279.899	56.17	16.515.300	8.937.282	54.11
1950	30.249.423	15.272.432	50.48	20.911.777	9.964.060	47.64
1960	40.187.590	15.815.903	39.35	27.017.011	9.422.610	34.87
1970	54.336.606	17.936.887	33.01	35.954.488	9.911.744	27.56

Fonte: Censos demográficos de 1940, 1950, 1960 e 1970 (ROMANELLI, 2020, p.78).

O analfabetismo nas quatro décadas explanadas na tabela 7 se apresenta enquanto problema resistente e com resultados de diminuição sutis. Ao analisarmos os dados acima, percebemos que os números referentes ao analfabetismo cresceram de forma absoluta ao longo dos anos, mas em números relativos, decresceram de forma tênue (ROMANELLI, 2020). Esses números podem ser referentes ao movimento de ensino supletivo no Brasil, principalmente entre 1950 e 1960.

Um desses movimentos de ensino supletivo no Brasil foi o Movimento Brasileiro para Alfabetização (MOBRAL), que surgiu em 1967, com a ambiciosa missão de alfabetizar cerca de 11 milhões de brasileiros em quatro anos, e almejando exterminar o analfabetismo até o ano de 1975. Além desse forte desejo, existia o significativo incentivo para a educação profissionalizante.

Ainda na década de 1960, no auge dos seus cinquenta anos, em 1969, o Colégio Alfredo Dantas (assim como outras instituições) atravessava um contexto social e político complexo. A Ditadura Militar vigente desde os idos de 1964 passou a entrar nas escolas, abrindo caminhos para efetivação de suas ideologias através dos recursos educacionais. Cada vez mais “O conceito de boa educação para os jovens passou a ser regulado segundo a relação estabelecida entre o processo de escolarização e o mundo do trabalho”. (BRAGHINI, BONTEMPI JR, 2012, p. 249). A respeito desse contexto, Romanelli (2020) afirma:

As exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dá o mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas (ROMANELLI, 2020, p. 62).

Desse modo, temos o auge de uma tendência Pedagógica Tecnicista, como certifica a citação acima, existia a necessidade de eliminar o analfabetismo e introduzir qualificações para o mundo do trabalho. Nesse rumo, a criação de cursos profissionalizantes atrelados ao ensino básico é uma forte tendência educacional, movimento que atingiu diretamente o público de 15 anos ou mais.

A referida tendência pedagógica, de cunho tecnicista, tinha como finalidade moldar os comportamentos dos sujeitos, condicionados às novas técnicas que surgiam no contexto, modeladoras de comportamentos que disciplinavam também os docentes para a aquisição de novas habilidades pedagógicas à serviço da formação para a mão de obra do país. Os objetivos ditatoriais foram enraizados nessa conjuntura, o principal deles por meio da educação, que imputava a construção de uma identidade nacional, por meio da juventude, colocando em perspectiva ideologias que alinhassem os corpos, a um padrão disciplinado, obediente e dócil³⁰.

Em busca da concretização do seu projeto educacional, a Ditadura Militar promulgou leis e diretrizes que transpareciam uma legitimidade para suas imposições. Essas promulgações dialogavam com o modelo econômico vigente. Para além disso, buscavam garantir que a escola fosse uma ferramenta para a difusão dos valores conservadores, do amor à pátria, criadora de corpos disciplinados e formadora de “homens de bem”, desde os primeiros anos na escola. Adoniran Ribeiro recorda

Olhe, eu fazer referência ao colégio, mas levando em consideração todo um contexto que incluíam outros colégios, porque na verdade, esse período em que eu comecei a estudar, foi o período do início da Ditadura Militar, então havia uma influência muito grande do governo militar sobre a educação, inclusive foram criadas disciplinas ideológicas, como Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil, e pra você ter uma ideia, as próprias fardas predominantemente tinham a cor caqui e as demarcações da série que cada aluno participava tinham uma imagem completamente militar e as bandas que puxavam os desfiles das datas cívicas, eram chamadas bandas marciais, então significa dizer que foi um período muito militarizado, e a

³⁰ O conceito de corpos dóceis foi formulado por Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975, desenvolvendo a genealogia como método para análise das relações de poder- saber em sua capilaridade.

educação portanto em grande medida refletiu isso. (Entrevista - Adoniran Ribeiro, Entrevista, 2019).

Ao longo da narrativa de Adoniran Ribeiro, vamos identificando traços da cultura impositiva estabelecida na Ditadura Militar para o campo da Educação, seja na criação das disciplinas com intenções ideológicas, na constituição da indumentária ou no forte apreço as datas e comemorações cívicas. Para Foucault

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2010, p. 9).

As intenções dos representantes da Ditadura estavam nesse movimento que menciona Foucault (2010, p. 9) “organizado e redistribuído por um certo número de procedimentos”, seja visual, material ou simbólico. Se fazer presente nas diferentes formas de disciplina e discurso, conjurando seu poder de dominação e coerção social, em nosso foco de análise, na educação, em contato com a juventude, “o futuro da nação”.

Concomitante a esse período ditatorial, surgiu a valorização das escolas particulares, que transpareciam ar de superioridade em relação às instituições de cunho público. A desqualificação e deterioração do ensino público acontecia a partir do discurso de uma melhor educação para os jovens em escolas particulares, o mito da escola particular que oferecia uma educação distinta foi instaurado.

Em anos anteriores a 1964, estudar em instituições públicas era sinônimo de capacidade e competência, sendo estas consideradas escolas com qualidade e rigor. Destarte, a Ditadura foi invertendo essa concepção, e implementando um pensamento controverso, em que as escolas privadas eram espaços para uma elite, com educação qualificada, com competências e práticas para preparar seus alunos para a continuação de seus estudos nas universidades. Por sua vez, as escolas públicas receberam o rótulo ingrato de uma escola sem organização, feita para alunos que logo necessitariam deixar os estudos e entrar no mercado de trabalho, pensamento que atravessa nossa história educacional.

Sendo assim, durante esse período, a educação foi permeada por discursos e ações advindas das correntes do poder³¹, dentro e fora das escolas e universidades, discursos que buscavam acionar comportamentos, tendo em vista que

O golpe civil-militar de 1964 teve um profundo impacto na sociedade brasileira: movimentos sociais foram calados, instituições foram fechadas, o Congresso ficou à mercê dos atos arbitrários impetrados pelo novo regime. Uma nova dinâmica política, enfim, inaugura-se, a qual não deixará também de afetar a área da educação, seja nas novas demandas colocadas para as escolas, seja na própria reestruturação do sistema, em todos os níveis, a começar pela unificação do antigo “primário” com o “ginásio” e chegando ao ensino superior, que também sofreu profundas reformulações e configurou-se num novo modelo (LOURENÇO, 2011, p.17).

Como salienta Lourenço (2011) na citação anterior, existiu uma dinâmica política, que afetou todos os níveis sociais, e a educação não ficou de fora. Em contrapartida, na sociedade brasileira a escola foi considerada o principal meio para o contato com a educação e o conhecimento. Sendo assim, a escola foi usada como ferramenta, compreendendo a definição que Silva (2006) nos fornece sobre escola

A escola é uma instituição da sociedade, que possui suas próprias formas de ação e de razão, construídas no decorrer da sua história, tomando por base os confrontos e conflitos oriundos do choque entre determinações externas a ela e as suas tradições, as quais se refletem na sua organização e gestão, nas suas práticas mais elementares e cotidianas, nas salas de aula e nos pátios e corredores, em todo e qualquer tempo, segmento, fracionado ou não (SILVA, 2006, p. 206).

Ao considerar a escola enquanto uma instituição social, e assumir que a mesma é reflexo dos “*confrontos e conflitos oriundos do choque entre determinações externas a ela e as suas tradições*”, é possível assimilar que as tradições próprias da escola provocam marcas em sua conjuntura, bem como nas formas em que ela deva ser administrada, em seu cotidiano educacional e na vida dos sujeitos que pertencem a instituição.

O CAD, nessa cena, representou referência de ensino qualificado em Campina Grande, oferecia cursos técnicos profissionalizantes comercial e normal, assim como sua cultura escolar estava marcada pela motivação de fornecer jovens profissionais para o mercado de trabalho.

³¹ Começa a nascer uma «anatomia política», que é também uma «mecânica do poder»; define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se deseja, mas para que funcionem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determinam. A disciplina fabrica assim corpos submetidos e exercitados, corpos «dóceis». A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (FOUCAULT, 1975, p.117).

Por hora, vale ressaltar que em um curso de Reciclagem Pedagógica, ministrado no ano de 1971, existe um chamado da Secretária de Educação Paraibana ao seu corpo de gestores e docentes, com vistas a responsabilizá-los pelos rumos de uma nova educação em Campina Grande. Ainda neste discurso, observamos

[...] A escola tradicional, preocupou-se muito em transmitir a cultura do passado, mas não se interessou bastante para projetá-la dentro do presente. A nossa nova educação ao se traçar as linhas mestras de uma filosofia educacional integrada às exigências locais e aos planos desenvolvimentistas, visa antes de tudo, romper este estado de coisas. Precisamos de uma educação para nossos dias (Severino Lopez Loureiro, 1971, acervo CAD).³²

“Linhas mestras de uma filosofia educacional integrada às exigências locais e aos planos desenvolvimentistas”, as palavras do Professor Loureiro se referem às imposições ocorridas na LDB de 1971 e na visão de educação norteada pelos ares da Ditadura Militar, uma educação que buscava a valorização nacional, a disciplina e a formação profissionalizante.

Que educação “para nossos dias” seria essa?³³ Na cena estava uma educação que passava por turbulentos processos, um dos mais importantes foi a implementação da LDB de 1971, como já mencionada, ano que foi pensado e proferido esse discurso. Essa nova Lei de Diretrizes e Bases corria por moldes diferentes da anterior, instituída dez anos antes.

Nos idos de 1961 a primeira LDB foi promulgada como tentativa para solucionar problemas sociais, políticos e econômicos que o país enfrentava, sendo pensada ainda no governo de Getúlio Vargas, foram treze longos anos de debate, mas apresentava muitas lacunas. Por sua vez, a segunda LDB, em 1971, apresentou maiores impactos na educação, e sofreu forte interferência das ideologias ditatórias. Dentre as diferenças entre as duas diretrizes, na primeira concepção da LDB, os anos obrigatórios para estudo eram apenas quatro, em 1971 foi ampliada essa obrigatoriedade, para oito anos. Essa mudança foi conquistada a partir de pressões nacionais e internacionais, já que o Brasil era o último país da América Latina que mantinha esse formato de quatro anos.

Uma outra mudança no universo educacional brasileiro, estava relacionada à aplicação de um exame de admissão que era obrigatória na LDB de 1961, para só assim, o aluno ingressar no antigo 2º Grau, a LDB de 1971 encerrou esses exames, permitindo que todos os alunos continuassem seus estudos,

³² Acervo Escolar do CAD, palestra proferida no Curso de Reciclagem Pedagógica, promovida pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba, Governo de Ernany Sátiro, 1970.

³³ Abordaremos as reformas mais impactantes sofridas no campo da educação nas décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970 no próximo tópico, que se refere a educação profissionalizante e suas implementações.

A Lei 5692/71 apresenta dois pontos fundamentais a extensão da escolaridade obrigatória, compreendendo agora todo o denominado ensino de 1º grau, junção do primário ginásio e a generalização do ensino profissionalizante no nível médio ao 2º grau antigo (GERMANO, 1990, p. 237).

Destarte, a Ditadura Militar representou um movimento forte que buscou silenciar outros tipos de sistemas, que fossem contra seus ideais de disciplinarização, nacionalismo e avanços do capitalismo, e para tanto, utilizou instrumentos de dominação e doutrinação, e a escola se configurou enquanto meio para suas convicções.

As mudanças ocorridas nos currículos escolares são lembradas até a contemporaneidade, pois as intenções da Ditadura Militar ficaram evidentes. Dentro desse pacote de transformações, foram implementadas duas novas disciplinas a partir do Decreto-Lei Nº 869 de 1969, a primeira intitulada “Organização Social e Política Brasileira – OSPB”, que permeou o Ensino Médio e Superior, e a segunda, “Educação Moral e Cívica”, presente no Ensino Médio, sabendo que

Apoiando-se nas tradições nacionais, a Educação Moral e Cívica teria por finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da *preservação do espírito religioso*, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, *sob a inspiração de Deus*; b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; d) o culto à pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e grandes vultos de sua história; e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva visando ao bem comum; h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (CUNHA, 2014, p.369).

Essas disposições que estavam enraizadas na disciplina de Educação Moral e Cívica se atrelavam a um estilo de cidadão que a Ditadura queria formar. Desejava-se um sujeito que cultuasse a bandeira e os “*valores espirituais e éticos*” de nacionalidade, buscava-se a unidade nacional, a valorização da nação e o sacrifício por esta. A narrativa de Maria Goretti, antiga aluna do CAD que estudou entre os anos de 1966 e 1974, remonta a essa conjuntura

Tinha um professor de Moral e Cívica que ele praticamente negava tudo que o professor de Geografia dizia, ele era uma figura. Era interessante, porque ele

ensinava a gente sobre o amor que a gente tinha que ter a bandeira, ele falava da bandeira como se a bandeira fosse uma entidade, como se estivesse iluminada, a gente tinha que praticamente se ajoelhar diante da bandeira, e eu ficava me perguntando e dizia “isso é só um pedaço de pano”, pra mim não significava nada. Todo mundo fazia silêncio na aula dele, mas quando ele saía, a gente ria tanto da cara dele (Maria Goretti, Entrevista, 2022).

“Ele falava da bandeira como se a bandeira fosse uma entidade”, quais as representações que uma bandeira carrega? Mesmo sendo apenas *“um pedaço de pano”* a bandeira submersa na conjuntura ditatorial acompanha uma reorientação, não simbolizando apenas o país, mas, a nação. Funcionando assim como uma verdadeira entidade, carregada de simbolismos e preceitos que representava e se infiltrava nas consciências e na memória visual dos alunos a partir das aulas de Moral e Cívica.

Ainda dentro das mudanças curriculares, houve uma modificação de nomenclatura na disciplina de Língua Portuguesa, que passou a ser chamada de “Comunicação e Expressão”, funcionava imersa na ideologia da época, para atribuir caráter instrumental a língua portuguesa. Uma disciplina com caráter técnico, cultivando clareza, coesão e objetividade na linguagem.

Os sujeitos mais afetados com essas inúmeras transformações educacionais foram aqueles que fizeram parte da juventude da época. Mas, de qual juventude estamos falando? Quando pesquisado, o significado de juventude no dicionário ³⁴ está relacionado a vigor, força, vida e mocidade, este último adjetivo referindo-se a juventude dos anos 1970. Independente dos significados que sejam outorgados ao conceito de juventude, essa juventude dos anos 1970 marcou a história da sua geração e das posteriores.

Os jovens campinenses receberam as influências dessa época. Ouviam os Beatles, Bee Gees, Roberto Carlos, Raul Seixas, John Lennon, dentre outros destaques da época. Participavam dos chamados "Assustados", que eram pequenas reuniões nas casas dos amigos, para escutarem música e se encontrarem com outros jovens. A mocidade da época colocava nas vitrolas os novos ritmos vindos dos Estados Unidos ou da música contemporânea brasileira que estavam fazendo sucesso com a Tropicália³⁵, um outro movimento cultural presente nessa

³⁴ Juventude no verbete do dicionário Caldas (2008, p.606) está vinculado a “1 Qualidade ou condição de jovem: o vigor da juventude. 2 Fase da vida que começa na adolescência e termina na idade adulta; MOCIDADE; JUVENILIDADE. Os jovens como um todo; MOCIDADE: a juventude dos anos 70”.

³⁵ A Tropicália foi um dos movimentos artísticos mais importantes dos anos 60, segundo Quaresma, et al. (2011, p.3) “A Tropicália, Tropicalismo ou Movimento tropicalista foi um movimento cultural brasileiro que surgiu sob a influência das correntes artísticas de vanguarda e da cultura pop nacional e estrangeira (como o pop-rock e o concretismo); misturou manifestações tradicionais da cultura brasileira a inovações estéticas radicais. Tinha objetivos comportamentais, que encontraram eco em boa parte da sociedade, sob o regime militar, no final da década de 1960. É reflexo das transformações sociais, políticas e científicas que aconteceram no Brasil e no mundo”.

geração, que se inspirava a partir das questões do ciclo nacional e bebiam da água dos movimentos estrangeiros. Se reunir e dançar, se vestir tal qual os astros do cinema norte-americano ou como os *hippies* do movimento libertário compunham os traços culturais dessa época. Existia uma verdadeira rede de sociabilidade³⁶ em Campina Grande. A respeito desse contexto

Não tinha tanto acesso a música, mas aí comecei a escutar Chico Buarque, Beatles, Caetano Veloso e aquela turma da tropicália. Comecei a tomar conhecimento dos festivais, do que era banido, da censura, tomei conhecimento do que era censura. Eu ficava “fula da vida” com a censura, e muita coisa era censurada. Havia os filmes que a gente tava certo de assistir e chegava alguém e dizia “não mulher, foi censurado (Maria Goretti, Entrevista, 2022).

Um contexto de ambivalências, de um lado a efervescência cultural, o teatro, a música e o cinema, do outro lado a censura e a repressão que chegavam com a Ditadura Militar. Uma juventude que foi formada a partir desses lados totalmente opostos e que como narra Maria Goretti *"tomei conhecimento do que era censura"*.

A moda, a música e os filmes eram meios de influência para essa juventude, que viveu os tempos do movimento do Cinema Novo (1950 – 1970)³⁷, mocidade dita revolucionária por uns e revoltada para outros. Os filmes que passavam nas telas do cinema eram importados dos EUA, ou eram nacionais, estes retratando problemas do país.

Os antigos clubes e boates da cidade abraçavam os encontros da juventude, as redes de sociabilidade da juventude campinenses foram sendo formadas em diferentes espaços, a saber: O Clube do Trabalhador, o Ipiranga Clube, a AABB e o Clube Campinense são referências de toda uma geração que vivência os embalos da mocidade dos anos 1970.

No registro fotográfico a seguir, Adoniran Ribeiro marcado em azul, está com seu colega Fernando Gama em uma das gincanas do CAD, entrevistando o presidente do Campinense Futebol Clube Maurício Almeida. Os trajes dos dois alunos representam o discurso

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://turmadod.com/alunos/downloads/6s2011_2/d_g_contemporaneo/tropicalia_trab_escrito.pdf.

³⁶ As redes de sociabilidade compreendem grupos com interesses e gostos em comum, que socializam e compartilham momentos, agregando valor as experiências, com modos de vida, comportamentos e condutas próximas.

³⁷ Segundo Gaudêncio (2008), com relação ao cinema em Campina Grande, a cidade pouco produziu em termos de filmes, entretanto durante as décadas de 1950 e 1970 houve a atuação destacada do jornalista e fotógrafo Jureni Machado Bittencourt, autor de dezenas de filmes, entre eles os documentários ‘A Feira’, ‘O Último Coronel’, ‘Campina Grande da prensa do algodão à prensa de Gutenberg’, as ‘Ficções de Maria Coragem’ (1977) e ‘O caso Carlota’ (1983). Machado Bittencourt Pereira nasceu no Piauí em 1942, mas foi, como costumava dizer, “adotado” por Campina Grande. Para ler mais consulte a pesquisa de Bruno Gaudêncio, disponível em: <https://brgaudencio.wordpress.com/2008/page/2/>. Acesso:09 out. 2022.

da juventude dos cabelos rebeldes e das “bocas de sino”. Na foto os jovens estão realizando uma atividade proposta na gincana, que buscava informações sobre times de futebol destaques na época:

Figura 3: Alunos do CAD nos anos 1960



Fonte: Acervo pessoal de Adoniran Ribeiro.

Calças desbotadas e com aplicações, roupas largas, sandálias de couro, cabelos ao vento, uma tarde ensolarada em Campina Grande, dois colegas de turma que compartilharam os momentos da juventude, ao lado, o presidente do Campinense, Maurício Almeida, com suas vestimentas que contrastam com as dos jovens, sapato social, camisa de botões e calça de alfaiataria. Estavam no mesmo tempo, mas representavam gerações diferentes. Fato curioso; posteriormente os dois alunos se tornaram professores do CAD na década de 1980, Adoniran Ribeiro; professor de História e Fernando Gama; professor de Matemática.

Era a juventude da contracultura. O conceito de contracultura está atrelado ao movimento libertário da juventude dos anos 1960, jovens que buscavam se desvincular dos moldes do sistema capitalista e propagavam a revolução. Escutar *Rock and Roll*, *blues*, vestir calças largas e roupas coloridas³⁸, deixar os cabelos crescerem, ir ao cinema assistir filmes

³⁸ Torna-se nítida a interferência do movimento Hippie na contracultura brasileira nos anos 1960, e sua importância para essa juventude com princípios e referências revolucionárias.

simbólicos da época, participar de grupos estudantis, fazer parte de uma contracultura. Essa mocidade representou mudança e revolução cultural, considerando que

1968 foi o ano símbolo do "Poder Jovem", forma como foi chamada a emergência de uma juventude que passou a ser vista como a força motriz que iria transformar a sociedade. Revolução era, já há algum tempo, o mote daqueles que queriam mudar o mundo, nem que fosse apenas o seu mundo particular. A revolução cultural, a transformação através do cotidiano, estava em pauta. Revolução cultural essa que viria a ser conhecida também como contracultura (KAMINSKI, 2019, p.19).

Mas fazer parte dessa juventude que buscava uma revolução cultural e passar por uma Ditadura Militar empreende coragem, e, por vezes, desobediência. Os anos ditatoriais (1964-1985) representam repressão, silenciamento e tortura, representações que destoam do que a Juventude dos anos 1960 e 1970 costumava significar, uma juventude que precisava ser contida, daí a disciplinarização desses corpos.

Concomitante a essa realidade de repressão e controle, encontrou-se uma juventude com vontade de mudança. No Colégio Alfredo Dantas, observamos pequenos episódios de burlas e formas de resistência, principalmente relacionados à disciplina e às formas de controle. Essa mocidade dos anos 1970 também representava esperança

Acreditava-se que era possível transformar a estrutura através de mudanças culturais. Se cada pessoa mudasse seus hábitos, seu cotidiano, suas formas de se relacionar com os outros e com o mundo, com o passar do tempo a própria sociedade, os meios de produção e as instituições poderiam também se transformar (KAMINSKI, 2019 p.20).

Em nossa pesquisa tivemos o contato com um dos alunos do CAD, que viveu imerso nessa juventude. Anselmo Ronsard, ao ser questionado sobre quais momentos marcaram sua memória afetiva e foram importantes para sua trajetória, apresentou momentos de burla em sua narrativa, e os considerou imprescindíveis para a construção de sua identidade, assim como, em seu relato percebemos rastros de saudade:

Bom, essa parte é fantástica, porque cheguei a *gazetar*³⁹ muita aula pra ir pra cinema, no Capitólio na época, assisti filme de James Bonde, e a gente, era uma categoria que, sabendo que naquele momento você tinha que fazer uma opção, perdia aula pra ir e tal, tinha um certo prejuízo, como eu participei de todos os turnos, o turno da noite na sexta feira era sagrado a gente gazetava aula pra ir para o cinema, fazia do colégio uma extensão do lazer, são coisas

³⁹ Gazeta no verbete do dicionário Caldas se refere “Ação ou resultado de faltar à aula ou ao trabalho por vadiagem” (CALDAS, 2008, p.512).

que ficaram na memória, num tempo bom que não volta mais (Anselmo Ronsard, Entrevista, 2019).

O ato de “gazetar muita aula pra ir pra cinema” fez parte das burlas na sua juventude e da mocidade dos seus colegas do colégio, mesmo conscientes que teriam prejuízos, algum tipo de suspensão ou castigo, seguiam para o Cine Capitólio⁴⁰ e assistiam filmes da época, narrativas que tematizavam contextos estrangeiros, e que passavam pelo crivo da Ditadura antes de serem exibidas. Mesmo sendo entrevistado sobre o CAD, em suas memórias Anselmo deixa registrada a relação estabelecida entre o Colégio e a cidade. Uma outra aluna da época detalha sobre suas experiências dentro do cinema

Na frente do Capitólio, no cinema, tinha soldado também, eu tinha um amigo, ele foi convidado a sair do Capitólio, porque ele deu uma gargalhada muito grande e ficou em pé, os outros colegas pedindo pra ele sentar e ele nem ligando, o soldado mandou ele sair. [...]Gostávamos de assistir romances, mas eu cheguei a assistir Girassóis da Rússia, Beijo da Tarântula, Love História. Todo mundo gostava de ir ao cinema, gostávamos muito de romance, até porque não tinha muita opção, os filmes eram esses mesmos. (Maria Goretti, Entrevista, 2022).

A presença do soldado demarca os olhos atentos da Ditadura Militar, o amigo “convidado a sair do Capitólio” é um exemplo, para que todos se comportem, sejam quietos, disciplinados, senão também iriam ser convidados a se retirar. Na continuação da narrativa de Maria Goretti, há a recordação dos filmes românticos da época e sobre a escassez a respeito de outros gêneros cinematográficos. Uma juventude vigiada, doutrinada, censurada; que não tinha abertura para escolher nem os filmes que gostariam de assistir, os militares vetavam tudo que fosse considerado subversão da ideologia da Ditadura.

Todo esse cenário de mudanças, transformações e intervenções estava mergulhado em um contexto duro da história brasileira, os chamados “Anos de Chumbo”⁴¹, entre os anos 1960 e 1970, período de maior coerção na Ditadura Militar. Tal demarcação temporal representa repressão, mas para além disso, tortura, censura, prisão; violência, investigação, discussões que retomaremos nos próximos capítulos.

Junto às transformações ocorridas no social, no político e cultural, o CAD na década de 1970 passou por uma transformação física que expressa sua permanência na cidade e seu

⁴⁰ O Cine Capitólio ficava localizado na Rua Irineu Joffily, no Centro de Campina Grande, o seu prédio atualmente encontra-se abandonado em meio aos avanços da cidade.

⁴¹ A origem do termo Anos de Chumbo faz referência ao lançamento do filme “Die Bleirne Zeit”, da diretora alemã Margarethe Von Trotta, em 1981.

sucesso ao longo dos anos. É importante pensar que à medida que existia uma demanda maior de alunos, se exigia uma melhor estrutura para comportar esses sujeitos, e atrelado a isso, para ser viável a imposição de disciplinas exigidas pelo contexto da Ditadura.

Ao mesmo tempo, esta também é a década que finda a gestão Loureiro, deixando como legado para a escola a reforma da instituição aos moldes do que se exigiam nacionalmente para a educação, da existência de ambientes arejados e amplos. Desse mesmo modo, ele consegue trazer para o educandário o reflexo de um crescimento que acompanhou a cidade, também no âmbito de sua arquitetura.

Figura 4: Fachada do Colégio Alfredo Dantas antes da Reforma



Fonte: Jornal Diário da Borborema, 1974.

O recorte de jornal acima nos fornece a imagem da fachada do CAD do ano de 1919, como uma forma de anunciar as mudanças instauradas no prédio por meio da reforma ocorrida no ano de 1975. Os tradicionais leões na fachada acabariam sendo os únicos elementos a lembrar o primeiro prédio da instituição, sobre eles, em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá, cita o professor Loureiro: “*Bem. Os leões serviram sempre como adorno para o colégio. Por ser uma tradição, e a pedido da maior parte da população, tive que deixá-los.*”⁴² (Professor Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p. 264). A narrativa do professor ecoa no discurso

⁴² Não constatamos pesquisas feitas na época, para ratificarmos a afirmação do Professor Severino Loureiro sobre a frase “a pedido da maior parte da população”.

de um homem que se importava com as tradições da cidade e com os desejos do povo, todavia, quando observamos as reformas feitas no CAD em 1975 percebemos que ele acabou destruindo parte da memória arquitetônica escolar, tendo em vista a expansão dos espaços, um mal necessário em prol do moderno.

Após a reforma, como podemos ver na imagem abaixo, o colégio recebeu ares de modernidade. Sua fachada atualmente permanece com os mesmos traços que foram modelados em 1975.

Figura 5: Fachada do Colégio Alfredo Dantas após a reforma de 1975



Fonte: Acervo Colégio Alfredo Dantas, 1975.

A entrada da escola ganhou uma cobertura, que possibilitava que os alunos esperassem seus pais na frente da instituição. Além disso, formou um espaço de sociabilidade, em que os colegas antes e após as aulas se reuniam e conversavam sobre as disciplinas, as provas, os eventos que possivelmente iriam participar. Essa calçada em frente ao CAD faz parte da dinâmica da escola e da cidade até os dias de hoje, sendo um espaço também para os transeuntes da cidade.

As janelas foram amplamente utilizadas, o prédio cresceu verticalmente, agregando espaço ao colégio, foram adicionados quatro andares ao corpo físico do CAD, uma reforma impactante para a população urbana campinense, que observou um prédio com características arquitetônicas “antigas”, se transformar em um grande prédio, com vários andares⁴³ e janelões. Apesar de ser o mesmo prédio, após a reforma, ele ganhou identidade, sua arquitetura passou a fazer parte dos monumentos da cidade. O professor Loureiro, em entrevista para DINOÁ (1993, p. 262) recordou sobre como eram as instalações da instituição quando a comprou “*O prédio era uma construção modesta, doado pela Prefeitura ao Tenente Alfredo, e não apresentava características de um colégio e sim de um quartel, pois o tenente dispôs as salas e galpões no estilo militar*” (Professor Severino Loureiro, *apud* DINOÁ, 1993, p. 262).

Em sua fala assumiu que reformou o CAD em busca de feições arquitetônicas que representassem uma instituição educativa, diferente dos traços dados ao prédio pelo Tenente Alfredo. Desse modo, as reformas que foram elaboradas tinham uma mensagem, reforçavam um discurso pedagógico e educacional, pretendiam se distanciar dos moldes do quartel.

A nova arquitetura, após reforma, apresentava traços imponentes, de um prédio grande, com novos espaços de educabilidade que agregavam valor à instituição. O tamanho e a capacidade do novo prédio espelhavam a ideia de impacto e imponência, ares de modernidade para à época. A respeito do poder da arquitetura da escola enquanto simbólica em sua constituição, afirmou-se “A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas” (FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 47).

Refletir sobre esse passado do CAD nos coloca, sem dúvida, em contato direto com a relação simbiótica que existe entre a escola e a cidade, já mencionada ao longo da nossa pesquisa. Em relatório o professor Loureiro faz referência à última reforma efetuada na instituição

Nestes trinta anos da minha direção e administração, modernizei todo o prédio do Colégio “Alfredo Dantas”. Em 1974; destruí o último pavimento do antigo prédio, substituindo-o por um pavimento térreo e quatro andares. Sem dispor de reservas para empreendimento de tão grandes proporções, apelei para os empréstimos bancários, começando pelo Banco do Brasil (Professor Severino Lopez Loureiro, 1975, acervo CAD).⁴⁴

⁴³ Não era com facilidade que se encontrava prédios com essas características e ares de modernidade na década de 1970 no centro de Campina Grande. Um dos primeiros prédios da cidade com esses ares foi o Edifício Prata localizado na Rua Semeão Leal, no centro da cidade. Para ler mais: <https://cgretalhos.blogspot.com/search/label/CONSTRU%C3%87%C3%95ES#.Y2z6FnbMLIU>.

⁴⁴ Relatório das atividades filantrópicas do Colégio Alfredo Dantas, Professor Severino Lopez Loureiro, em 1975.

No discurso anterior, constatamos em um primeiro momento a ciência do professor Loureiro, em modernizar e alargar as capacidades físicas do educandário, contudo, percebemos que para ele modernizar significou destruir a arquitetura antiga, tendência que também acompanhou a cidade, que não mantém a cultura de preservação dos seus patrimônios edificados. Observamos ainda que o Colégio necessitou do auxílio de empréstimos para concluir suas obras, sabendo do tamanho da reforma e dos benefícios que traria para a instituição e para a cidade. Assim, vamos entrando em um processo de remontar uma memória constituída por espaços vivos, que evocam emoções, sentimentos e sentidos, significados que caminham nas ruas da cidade, nos prédios e praças.

Destarte, a reforma de 1975 gerou impactos à escola e aos sujeitos que transitam no espaço, mas também à sociedade, uma vez que esse prédio foi tomado como patrimônio que compõe o centro urbano de Campina Grande, a arquitetura nova ecoa poder.

Isto posto, é a partir dessas percepções, que nos voltamos para a história do CAD, pensando seu cenário de atuação, os lugares que ocupa, os sujeitos que perpassam sua estrutura. O colégio nos transporta para uma Campina Grande que preza por valores, que enaltece o progresso e que busca uma sociedade educada e especializada. Nessa memória sobre o mundo educativo da cidade e o contexto de manifestações políticas e culturais da época, conseguimos entrar em contato com a missão da escola dentro da proposta de educação do cenário citadino. Compreendendo a cidade como

[...] fábrica de sensações, capaz de produzir uma overdose de estímulos, onde o indivíduo será tocado pela experiência urbana até a exaustão, ainda que o fascínio da cidade – bem como seus horrores – não seja suficiente para mata-lo, mas antes, o dilui em novas formas de pertencimento [...] (OLIVEIRA, p.12, 2012, *apud*, ANDRADE, 2014, p.22).

O CAD faz parte dessa fábrica de sensações, em seus registros encontrados no arquivo e nas narrativas, acompanhamos a forte marca deixada por essa instituição na trajetória dos sujeitos que viveram a vida escolar dentro de suas salas, subiram e desceram os degraus de suas escadarias, que correram apressados após escutarem o sino que anunciava o início das aulas, que tiveram seus primeiros contatos com as suas profissões a partir dos cursos ofertados pela instituição.

O colégio se reafirma constituindo sua marca em seu legado deixado na cidade e em sua sociedade. Seja a partir das inovações físicas, seja no campo educacional, ou assumindo a

postura de pioneiro no ensino técnico na cidade, o CAD vai se constituindo enquanto educandário forte e necessário em uma urbe em desenvolvimento.

1.2 Escolas Anexas do CAD e sua formação profissional

O Colégio Alfredo Dantas ao mudar sua locação física, indo para o seu atual endereço, espaço onde já se situou a antiga sede do Grêmio de Instrução Campinense⁴⁵, conseguiu aumentar sua capacidade física e fundou as Escolas Anexas, voltadas à formação profissionalizante dos futuros soldados, normalistas e peritos contadores da cidade de Campina Grande e região. Andrade (2014) compreende que

Pensar nessa educação profissional em um contexto de modernização aponta para a importância dessa instituição de ensino na conjuntura histórica da cidade, tendo em vista que ela partiria de uma educação para a vida de caráter utilitarista, voltada a atender as necessidades do comércio (ANDRADE, 2014, p. 56).

Como já mencionado no tópico anterior, o Colégio Alfredo Dantas inaugurou na cidade de Campina Grande o ensino técnico profissionalizante, fundando os cursos Propedêutico, de Perito Contador e conseguindo equiparar o curso normalista à escola Normal do Estado. Para além das duas escolas anexas mencionadas, o Curso Comercial Propedêutico e Peritos Contadores e a Escola Normal João Pessoa, fundou a Escola de Instrução Militar General Pamplona (243).

O educandário foi referência em ensino técnico no Estado. Oferecia desde o ensino primário aos cursos Comercial e Normal. O CAD assumiu a responsabilidade de preparar os filhos da rainha para as necessidades que surgiam a cada década, conseguindo se manter em funcionamento até os dias de escrita dessa dissertação, completando 103 anos. Afirma Andrade (2014)

Desenhado pelos periódicos como o depositário do futuro educacional da cidade, por suas mãos a escola se constituía como uma referência em educação, tanto pelo pioneirismo dos métodos utilizados quanto pela existência de um Laboratório de Física e Química, pela condução da Escola Normal (já equiparada a do Estado), como também pela luta encampada em torno das demais escolas anexas, a do Comércio (que encantava os olhos campinenses, por munir com mão de obra qualificada suas indústrias e

⁴⁵ Foi a primeira escola com estrutura específica em nossa cidade. Funcionou precariamente durante os anos de 1901 e 1902, vindo a fechar em 1903, devido à falta de professores qualificados. Até 1930, o prédio, então a maior edificação da cidade, foi utilizado para fins diversos: escolas públicas, casa de teatro, depósito de algodão, dentre outros. Em 1930, tornou-se sede do Instituto Pedagógico, hoje Colégio Alfredo Dantas. (Arquivo virtual do CAD).

fábricas recém instaladas) e a General Militar Pamplona (que formava militares para corresponder a segurança da Pátria). (ANDRADE, 2014, p.270).

O pioneirismo do ensino técnico e das Escolas Anexas vinha com a Gestão Dantas, sendo uma iniciativa do Tenente Alfredo Dantas⁴⁶. Em entrevista a Ronaldo Dinoá nos anos 1990, o professor Severino Loureiro falou quem foi o Tenente:

Era um oficial reformado do Exército, mas com grande vocação para o magistério. Fundou o seu colégio, o qual se desenvolveu com muitas dificuldades financeiras, mas o seu pulso forte conseguiu dobrar estas dificuldades. Em 1928, o Tenente Alfredo conseguiu a equiparação do seu colégio (foi o curso pedagógico que foi equiparado) a Escola Normal do Estado, depois, criou o Curso de Perito Contador no mesmo colégio, sendo assim o Colégio Alfredo Dantas o primeiro colégio do interior do Estado a conferir títulos profissionais, de peritos contadores e professoras diplomadas. (Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p.262) – grifo nosso.

Cada uma dessas Escolas⁴⁷ forneciam um tipo próprio de cultura escolar, práticas educativas e um currículo escolar específico de acordo com a profissão que iria formar. Infelizmente, não conseguimos catalogar os documentos que nos desse base para nos aprofundar nessas escolas isoladamente. Abrimos essa discussão para pensarmos o pioneirismo do CAD com os cursos profissionalizantes, em uma época que pedia por profissionais para atender às transformações da urbe.

A Escola Normal era referência em formar jovens moças em professoras, um verdadeiro marco para Campina Grande, já que as meninas tinham que se deslocar, até então, para Areia e Bananeiras⁴⁸, ou para a Capital do Estado para se formarem. Já a Escola do Comércio era responsável por entregar à cidade jovens capacitados para as indústrias e fábricas. Ambas eram

⁴⁶ O Tenente Alfredo Dantas instigava de diferentes formas seus alunos, não formava apenas corpos, mas buscava formar mentes leitoras para atender as demandas da sociedade campinense, dessa forma, observamos a sua participação do jornal Comercio de Campina, a respeito desse impresso: “Já o Jornal Comercio de Campina era um “Órgão de interesses sociais” (Comercio de Campina, 19 de março de 1932), que tinha no próprio nome o seu programa de discussão. Ambos os periódicos são tomados como um “[...] ‘corpus documental’ de inúmeras dimensões, pois consolida-se como testemunho de métodos e concepções pedagógicas de um determinado período” (CARVALHO et al., 2002, p.72). Por eles, podemos ter a compreensão de parte de um processo histórico educacional vivenciado em Campina Grande, que edificou concepções educacionais para além do espaço institucional da escola” (ANDRADE, 2015, p.4).

⁴⁷ Segundo as fontes consultadas, a Escola Militar General Pamplona deixou de existir ainda na gestão do tenente, e a Escola Normal João Pessoa perderia o nome de seu homenageado, passando a compor uma modalidade do Ginásio, sendo chamada apenas como Curso Normal (ANDRADE, 2014, p.201).

⁴⁸ Areia (PB) contava com o Colégio Santa Rita (1907), comandado pela ordem das Franciscanas e posteriormente pela Sagrada Família; Já o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1918), em Bananeiras (PB), era comandado pelas irmãs Dorotéias.

meios de formação de mão de obra especializada, estando a Escola Militar General Pamplona a se encarregar pelo desenvolvimento de jovens hábeis para a segurança nacional. As três escolas apresentavam caminhos que correspondiam às necessidades de uma época (ANDRADE, 2014).

Esse advento da educação profissional é um movimento que se caracteriza por repassar práticas humanas, transferir saberes e conhecimento, conjuntura que perpassa toda a história da humanidade. As noções de uma educação profissionalizante foram “se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da população e de distribuição de riqueza e poder” (MANFREDI, 2002, p. 34).

Os saberes, por muito tempo, foram sendo repassados de geração para geração, esse início remonta à necessidade primitiva dos seres humanos, para sua subsistência e desenvolvimento enquanto ser, práticas que eram transmitidas para uma vida saudável, que não tem relação com a lógica do mercado capitalista e do sistema de acúmulo em que vivemos.

Outrossim, o sistema em que estamos inseridos nos impõe a necessidade de termos um ofício, trabalho ou profissão que exige uma especialização, não com traços ainda primitivos voltamos apenas para sobrevivência, mas que são pensados em função do capital, para prover as necessidades da sociedade, que seja, em prol de progresso e do crescimento vertiginoso das riquezas.

No Brasil, essa necessidade de mão de obra qualificada e especializada, recebeu influência desse contexto que percorremos até aqui, uma movimentação para o mundo do comércio e das fábricas, que teve princípio ainda no ano de 1909⁴⁹. Já em 1937, observamos o surgimento de legislações que abordavam diretamente o ensino profissionalizante, “Em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei n.º 378, transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus” (VIEIRA, SOUZA JUNIOR, 2016, p.157). Nos anos de 1942 surgiu o conhecido Sistema S4 de Educação, o primeiro serviço a ser criado foi o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, nos anos seguintes surgiram os outros S. Em 1946 vieram o SESC- Serviço Social do Comércio, o SESI- Serviço Social da Indústria e o SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Todos esses serviços corroboravam com uma educação para o mundo do trabalho, e o Sistema S4 vigora até a contemporaneidade.

⁴⁹ “Pode-se considerar que, no Brasil, a Educação Profissional e Tecnológica teve seu início oficial com o Decreto n.º 7.566, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo Presidente Nilo Peçanha, que havia assumido o cargo após o falecimento de Afonso Pena, em julho de 1909” (Brasil, 1909).

Nos anos subsequentes, já na década de 1960, observamos o índice de analfabetismo no Brasil e em suas unidades da Federação a partir dos dados ofertados pelo IBGE, focando nossas reflexões nos dados da Paraíba, encontramos a mesma em 9º lugar no *ranking* de maior população de pessoas analfabetas, com 61,8%, uma taxa que ultrapassou e muito a metade populacional do Estado.

Nos idos de 1961 surgiu a primeira LDB brasileira, de nº 4.024/1961, com a “integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos profissionais e propedêuticos, para fins de prosseguimento nos estudos” (KUENZER, 2007, p. 29 *apud* VIEIRA, SOUZA JUNIOR, 2016, p.158). Como já visto anteriormente, após essa LDB, surgiu em 1971 a segunda LDB, que buscou implementar o ensino médio profissionalizante para todos, em detrimento disso, observamos que

[...] destaca-se como aspecto relevante, e, ao mesmo tempo, polêmico, o caráter de profissionalização obrigatória do ensino de 2.º grau, imposto por um governo autoritário com o discurso de atendimento à crescente demanda das classes populares por acesso a níveis mais elevados de escolarização, acarretando, da mesma forma, uma forte pressão pelo aumento de vagas no ensino superior. Associado a esses fatos, reside o interesse do governo militar no desenvolvimento de uma nova fase de industrialização subalterna, conhecido historicamente como o milagre brasileiro. Tal projeto demandava por mão de obra qualificada com técnicos de nível médio, para atender a tal crescimento, possibilitada pela formação técnica profissionalizante em nível de 2.º grau, que “garantiria” a inserção no “mercado de trabalho”, devido ao crescente desenvolvimento industrial, marcado pela intensificação da internacionalização do capital” (Escott e Moraes, 2012, p. 1496 *apud*, VIEIRA, SOUZA JUNIOR, 2016, p.158).

Imerso nesse cenário, o Colégio Alfredo Dantas era responsável por um número significativo de alunos, que frequentava seus cursos profissionalizantes. Nas décadas de 1960 e 1970 os cursos de Ensino Técnico-Profissional⁵⁰ receberam maior valorização, caminhando junto aos interesses do Estado, porém, o CAD desde o princípio de sua existência demarcava seu lugar enquanto pioneiro nessa modalidade de ensino. Em um dos seus relatórios anuais, encontramos um orçamento geral das atividades didáticas do Colégio:

⁵⁰ No decorrer dos anos o Ensino Profissionalizante continuou a ser ofertado pela Rede Federal, entretanto durante os anos houve mudanças de nomenclaturas, de Escolas de Aprendizes e Artífices passaram a ser denominadas Liceus Profissionais, depois Escolas Industriais e Técnicas, Escolas Técnicas, Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) até chegar aos dias atuais, com a Educação Profissional fornecida pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo sempre como objetivo a formação Profissional e nos dias atuais a formação Profissional Científica e Tecnológica. (GARCIA et al, 2018, p.3).

Tabela 8:Orçamento geral das atividades didáticas do CAD

1919 x 1944	1945 x 1969
Diplomados	Diplomados
Curso Normal 8 turmas – 106 alunos	Curso Pedagógico 13 turmas- 208 alunos
Curso Auxiliar Escritório 11 turmas – 171 alunos	Curso Auxiliar Escritório 24 turmas – 959 alunos
Curso Perito Contador e Contador 8 turmas – 92 alunos	Curso de Contador e Técnico em Contabilidade 24 turmas – 801 alunos

Fonte: Acervo do CAD, relatório de desenvolvimento.

As duas colunas tratam de dois ciclos diferentes, na primeira coluna estão os dados referentes aos anos da gestão Dantas, fazendo uma leitura comparativa, é possível constatar que os números de alunos na gestão Loureiro subiram, no Curso Normal, em 100%, no Curso de Auxiliar de escritório, o número quadruplicou e no Curso de Contador, do mesmo modo. Segue um discurso do Professor Loureiro em 1971:

Somos responsáveis, nós professores, pelo abismo existente entre a teorização da escola e a prática da vida; pelo mau emprego e desvio das energias de tantos jovens que fracassam, pelo desperdício de inteligências mal orientadas, pelos desrespeitos à liberdade criativa da alma juvenil. (Severino Lopez Loureiro, 1971, acervo CAD).⁵¹

O trecho anterior demarca a responsabilidade que os professores assumiam em 1971, a de estreitar os laços entre os alunos e a escola, e não permitirem o “desperdício de inteligências mal orientadas”. Nesse cenário, o CAD correspondia a esses anseios proferidos em palestra. Um cenário que reflete constantemente a necessidade de uma educação que atribua valor aos sujeitos, que não deixe a juventude fracassar, e que necessita responder à cidade e suas necessidades. Ser responsável por garantir e fornecer base para que esses que os jovens trilhassem caminhos de sucesso era o dever da escola, que devolvia à sociedade profissionais capacitados, mão de obra qualificada para os projetos do comércio da cidade, estes que estavam em constante crescimento.

Ao analisarmos os dados da tabela anterior, é possível observar ainda, que ao passo que os anos decorrem, o número de turmas e alunos da instituição em cursos técnicos- profissionais aumentou. O professor Loureiro estava ciente da participação dos seus alunos no mundo do trabalho durante os cinquenta anos que o Colégio completava quando cita

⁵¹ Palestra proferida no Curso de Reciclagem Pedagógica, promovida pela Secretária de Educação do Estado da Paraíba, Governo de Ernany Sátiro, 1971.

Onde se verifica que foram distribuídos: 2.337 (dois mil trezentos e trinta e sete) títulos profissionais. A Perito Contadores, Contadores, Técnicos em Contabilidade, Auxiliares de Escritório, Professores Normalistas e de curso Pedagógico, que de certo estão contribuindo, ao longo deste meio século que se passou, para o desenvolvimento desta região do BRASIL.

Campina Grande, 21 de março de 1973.

Severino Lopez Loureiro. =DIRETOR=

(Severino Lopez Loureiro, acervo CAD, 1973).⁵²

O trecho acima nos confessa que o CAD, desde a sua fundação, participou desse projeto formador, sendo a sua cultura escolar formulada para ser ferramenta para transformação social campinense, uma vez que gestou novas maneiras de ser, sentir e viver, dentro de um contexto composto por normas, regras, instituições de valores e comportamentos.

Enveredando na cena do ensino técnico e pensando a partir das lembranças de um dos nossos entrevistados, antigo aluno da instituição, que cursou o Técnico em Contabilidade, o Colégio aparece como fundamental em sua trajetória,

Foi muito importante pra mim, foi onde eu tive a minha instrução todinha foi nela, a educação, o meu aprendizado, a minha profissão, foi toda voltada e incentivada pelo colégio, serviu como base de algumas coisas, principalmente na minha profissão, que segui durante 20 anos na área financeira, foi de onde tirei todo meu aprendizado. Desde a época eu optei por contabilidade, que conclui o segundo grau lá, e tudo isso devido ao curso que eu fiz no CAD. (Joselito Alves, Entrevista, 2019).

“*A minha profissão, foi toda voltada e incentivada pelo colégio*”, o educandário cumpriu sua missão na vida de Joselito, e na de milhares de alunos que tiveram seus primeiros caminhos profissionais desenhados a partir das experiências e vivências dentro do CAD. Além de ser precursor do ensino especializado e profissional, o Colégio Alfredo Dantas, em suas práticas, mantinha o exercício de ofertar bolsas de estudo, dando oportunidade para a formação de crianças e jovens que não tinham condições de pagar suas mensalidades.

Um outro aspecto marcante da história do Colégio Alfredo Dantas foram as subvenções que a instituição recebia do Governo, apesar da instituição ser de cunho privado, essas verbas federais e estaduais por muito tempo foram imprescindíveis para o desenvolvimento da escola na cidade, em relatório do ano de 1973 observamos esse movimento

De 1945 para cá aproveitando as verbas federais do MEC e dos diversos Ministérios, bem como as que os Senhores Senadores e Deputados nos destinaram. Foram substituídos dois terços das suas edificações antigas, foram substituídas por dois pavilhões paralelos, ambos com o primeiro andar e com

⁵² Parte do Relatório do Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande, referente ao exercício de 1972. Acervo CAD.

16 salões de aula, salas para laboratório, biblioteca e arquivos, diretoria, secretária, etc. (Severino Lopez Loureiro, acervo CAD, 1973).⁵³

Em Relatório das atividades filantrópicas do Colégio Alfredo Dantas, Professor Severino Lopez Loureiro, em 1975 nos apresentou algumas justificativas sobre a situação financeira da instituição após a reforma feita em 1974, e discorreu sobre não poder ofertar um maior número de bolsas e a falta de registro da instituição no Conselho Nacional do Serviço Social,

Nossas dificuldades se avolumaram; avalie V. As. Que a primeira laje construída, o saco de cimento foi comprado por dez (10,50), hoje o cimento com que estou construindo está sendo comprado por (20,50).

Outro fato acresce as minhas carências- este fato, tenho certeza surpreenderá ao Snr. Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social- é a modicidade da nossa anuidade- assim veja: no primeiro grau a primeira fase (antigo primário) o aluno para 360,00; na segunda fase (antigo curso ginásial) o aluno paga 612,00 no segundo grau, em qualquer curso de secretário, técnico de Contabilidade etc o aluno paga 696,00.

Eis a razão por que não poço alargar mais a minha assistência aos alunos pobres.

A falta de registro do Colégio “Alfredo Dantas” no Conselho Nacional do Serviço Social, me tem impedido de receber, anualmente, algumas dezenas de 1,000,00 que lhe foram destinados pelo MEC e pelos senhores senadores e deputados federais (Severino Lopez Loureiro, acervo CAD, 1975).

Tais verbas possibilitaram a expansão do corpo físico da instituição, e consequentemente, do corpo discente e docente. Possibilitaram ainda, a continuidade de um trabalho que vinha sendo feito desde a Gestão Dantas, e a expansão do educandário em diferentes âmbitos.

Esse tópico fecha o nosso primeiro capítulo, em que explanamos as diferentes formas de atuação do Colégio Alfredo Dantas em Campina Grande, um movimento sensível e simbiótico. Seja com sua estrutura e presença física no coração da cidade, com a participação ininterrupta nos desfiles de 7 de setembro, seja com a contribuição educacional para a sociedade campinense através do ensino primário e suas Escolas Anexas, sendo um dos mais antigos colégios da cidade que continuam em atuação.

Convidamos, caro leitor, que continue sua leitura pelos caminhos que nos fizeram trilhar a história do CAD, a partir de agora, enveredamos na porta que nos apresentou as contribuições do Professor Severino Loureiro enquanto gestor e intelectual.

⁵³ Parte do Relatório do Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande, referente ao exercício de 1972. Acervo CAD.

CAPÍTULO II

UM PROFESSOR, GESTOR E INTELLECTUAL EM CAMPINA GRANDE: SEVERINO LOUREIRO E O CAD



Registros do professor Severino Loureiro em seu gabinete. Sala da Direção do CAD (foto 1) e em sala de aula com alunos no ano de 1950 (foto 2). (Fonte: Acervo do CAD).

O MESTRE

Vejo através dos claros da memória,
 O filho do Piancó sereno e altivo,
 Levando aos jovens o cenário vivo
 Das suas aulas clássicas de História!

Equilibrado, culto e criativo,
 Cheio de força de vontade e glória,
 Multiplicava os loiros da vitória
 Nas lides do universo educativo!

Todos os dias quando o sol raiava
 Ele, do mar do ensino jangadeiro,
 Ao encontro dos moços navegava...

E para início das tarefas santas,
 Todo de branco, o Professor Loureiro,
 Adentrava os portões do Alfredo Dantas!...

(Jansen Filho)⁵⁴

O soneto acima foi escrito para as comemorações dos 75 anos do CAD, em 1994, pelo poeta Jansen Filho, que detalhou em suas estrofes o cotidiano do Professor Severino Loureiro. Um senhor de cabelos grisalhos, símbolo da experiência advinda dos seus mais de 50 anos na docência. Vestido todo de branco e com uma gravata estampada, apontava seu olhar altivo para a câmera, trazendo conseqüentemente uma fala que hipnotizava meninas e meninos organizados em carteiras enfileiradas, que aguardavam a aula de História Geral.

Os ruídos da escola, as práticas gestadas em sala de aula, a inquietude da juventude; o currículo, as narrativas, os cadernos, livros, por vezes para nós historiadores da educação “são suficientes para entrever que com eles se teciam, na vida escolar, práticas empíricas nas quais se consubstanciava um modo bem definido de educação, que se cristalizou, se decantou e se transmitiu [...]” (BENITO, 2017, p.22). É sobre esse modo bem definido de educação, a qual o professor Severino Loureiro praticava em sua longa caminhada docente, que temos uma educação pautada em moldar bons sujeitos, especialistas, normalistas, peritos contadores, para uma urbe em crescimento, que necessitava de uma referência de ensino, lugar que o CAD se preocupou em ocupar.

⁵⁴ Jansen Filho é um poeta natural de Campina Grande (Paraíba), o seu soneto em homenagem ao professor Severino Loureiro faz parte do acervo do CAD, ele construiu laços com a família Loureiro, considerado um grande amigo.

Neste capítulo trabalhamos em função de entender quem foi o Professor Severino Loureiro em sua jornada enquanto professor/gestor e intelectual, dentro dos espaços de educabilidade que o mesmo frequentou, como foi construída sua identidade profissional e como foram formados seus ideais de educação.

Através “*dos claros da memória*”, mencionados pelo poeta na abertura do capítulo, somos motivados a refletir e problematizar sobre o educador intelectual, investigando seus caminhos de formação, sua trajetória como professor e gestor, seus percursos dentro do universo educacional campinense e paraibano, entendendo sua importância profissional e intelectual em várias instituições na Paraíba. Segue tabela com as principais instituições que o professor Loureiro atuou:

Tabela 9:Instituições escolares⁵⁵

Instituição Escolar	Cidade	Cargo	Ano
Colégio Pe. Rolim	Cajazeiras - PB	Professor/ vice-diretor	1922
Colégio Pio X	João Pessoa - PB	Professor	1924
Escola Normal de Cajazeiras	Cajazeiras - PB	Vice- diretor	1925
Externato São Luiz Gonzaga	Princesa Izabel - PB	Fundador/ diretor/ professor	1927
Grupo Gama e Melo	Princesa Izabel - PB	Fundador/ Professor	1928-1930
Colégio Diocesano Pio XI	Campina Grande - PB	Fundador/ Professor	1931
Grupo Escolar 24 de Janeiro	São João do Cariri - PB	Professor	1933
Grupo Escolar Antonio Pessoa	Umbuzeiro - PB	Diretor	1933
Grupo Escolar Solon de Lucena	Campina Grande - PB	Inspetor Técnico/ Diretor	1936
Instituto Elizabeth Leseur	Campina Grande - PB	Fundador	1941
Ginásio Alfredo Dantas	Campina Grande - PB	Professor	1941
Colégio Imaculada Conceição (CIC- Damas)	Campina Grande - PB	Fundador	1945
Colégio Alfredo Dantas	Campina Grande - PB	Gestor/ professor	1945-1975

Tabela produzida pela autora, 2022.

⁵⁵ Para a produção do quadro acima consultamos o arquivo escolar. Neste espaço mapeamos os anos que demarcam o início do trabalho do professor Severino, mas não foi possível detectar o período em que ele permaneceu em cada lugar.

Treze foram as instituições educativas catalogadas em nossa pesquisa e que estão dispostas na tabela 9. Em cinco delas, o Professor Severino Loureiro atuou fundando instituições e em seis desempenhou função de gestor ou inspetor, lecionando em quase todas elas. Desde seus primeiros anos de formação normalista, o professor se propôs a educar os sujeitos paraibanos atravessando todo o Estado em prol desse ideal.

Loureiro finalizou sua jornada na docência como proprietário do CAD, permanecendo à frente da instituição até os anos de 1975 de forma ativa. Foi neste educandário em que ele permaneceu a maior parte do tempo enquanto diretor e professor, para além de dono da instituição. Sua missão em prol da educação se situava no CAD, sendo passada de geração a geração, entre pai e filhos.

Jansen Filho, autor do poema que abre este capítulo, ainda segue se referindo aos anos de experiências educativas bem sucedidas vivenciadas pelo Professor Severino Loureiro e desenvolvidas ao longo de sua existência docente quando menciona “*Multiplicava os loiros da vitória*”, fazendo referência aos lugares de destaque que ocupou. Sobre isso, destacamos que

Sua missão começa em 1920, na cidade de Cajazeiras, quando termina o curso de professor normalista no Colégio Padre Rolim⁵⁶, e automaticamente passa a lecionar neste mesmo colégio. Logo depois, é nomeado pelo Governo do Estado para instalar, dirigir, e ensinar no 2º Grupo Escolar do interior do Estado o Gama e Melo, na cidade de Princesa Isabel. (DINOÁ, 1993, p. 261).

O professor Loureiro permaneceu em Princesa Isabel até o ano de 1930, quando no ano seguinte se mudou para Campina Grande. A partir de então, iniciou sua missão nessa urbe, história que se confunde com os primeiros passos da educação particular da cidade:

Naquela época, existia em Campina Grande apenas um colégio, chamava-se Instituto Pedagógico que é o atual Colégio Alfredo Dantas. Em fevereiro de 1931, instalou-se aqui o Colégio das Damas Cristãs e, neste mesmo ano, no mês de abril, foi fundado (com externato) o Colégio Pio XI, do qual fui o primeiro professor (Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p. 261).

Em sua narrativa, constata-se a existência apenas do Instituto Pedagógico na cidade, anos depois percebemos que o educandário foi o primeiro colégio de Campina Grande a conferir títulos profissionalizantes (ANDRADE, 2014). Relata ainda, as fundações de outras duas instituições educacionais na cidade no ano de 1931, o Colégio Imaculada Conceição (CIC-

⁵⁶ O Colégio Diocesano Padre Rolim, como estabelecimento de ensino, assenta as suas raízes no ano de 1837.

Damas), que funciona ativamente até a data de conclusão desta pesquisa e o Colégio Pio XI. Sobre tais instituições e as consequências das fundações delas dentro da educação campinense:

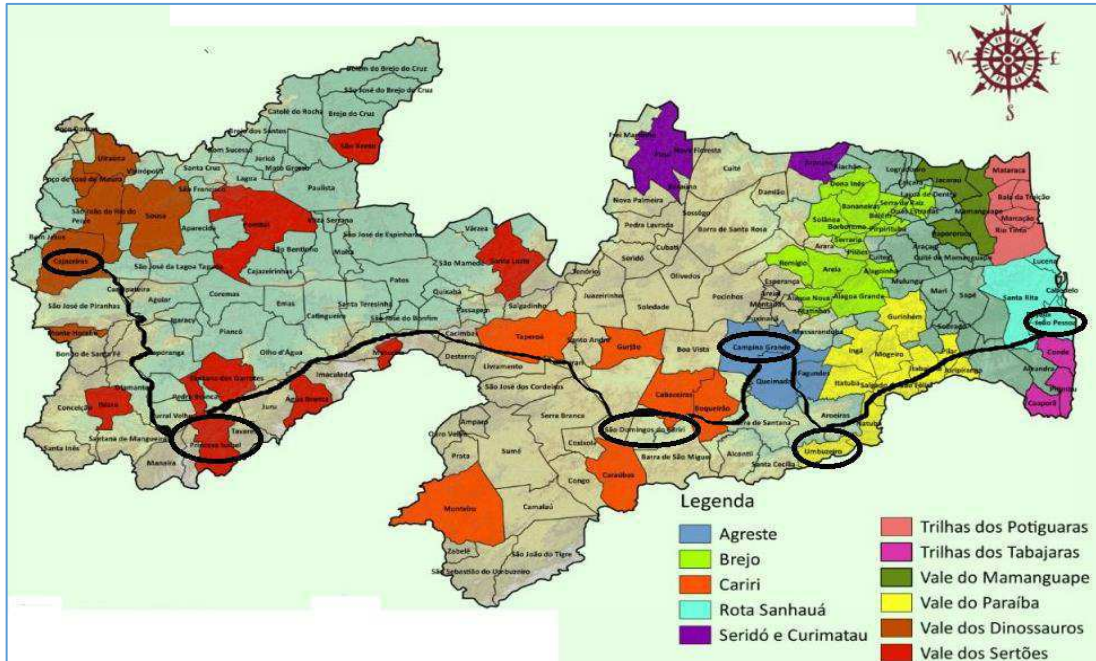
Estes dois colégios (Damas e Pio XI) juntamente com o Alfredo Dantas foram os modelos de educandários para a cidade de Campina Grande no ensino das elites. O crescimento da qualidade de ensino com a incorporação de novas tendências pedagógicas e formas didáticas, acrescido da parceria dos governos estaduais e municipais na construção de cursos técnicos, vão fazer que antigas escolas de ensino primário acabem chegando ao fim quase instantaneamente. Foram os casos dos colégios: São José, do professor Clementino Procópio, e o Instituto Olavo Bilac, de Mauro Luna. Os dois fecharam suas portas no ano de 1932. (GAUDÊNCIO, 2008, p.8).

Apenas em 1941 o professor Loureiro foi convidado para fazer parte do corpo docente do CAD. Destarte, Severino Loureiro assumiu a gestão do Colégio Alfredo Dantas em 1945. Sua gestão abarcou 30 anos, findando em 1975 em decorrência da idade. Antes, nos primeiros anos de sua juventude, com apenas 21 anos de idade, se tornou professor, estava em sua vocação ensinar as crianças e jovens da Paraíba, tendo em vista todos os lugares que foi professor e gestor, até se fixar em Campina Grande.

“O filho do Piancó sereno e ativo” era filho de Nicolau Leite Cezar Loureiro e Ana Lopez da Silva Loureiro, nasceu na cidade de Piancó (PB), no ano de 1901 em 19 de dezembro. Fez seus primeiros anos de estudo em casa, com um professor particular, chamado Manoel Salustino de Sousa, na Fazenda Angicos, localizada em Piancó.

Estudou no Colégio Padre Rolim em Cajazeiras (PB) e se formou normalista. A partir desse momento, saiu por diversas cidades da Paraíba, compartilhando conhecimento e formando sua identidade profissional. Percorreu Cajazeiras, João Pessoa, Princesa Isabel; São João do Cariri, Umbuzeiro, e, por fim; Campina Grande, em todas essas cidades se fez professor, gestor e intelectual da educação.

Figura 6: Mapeamento da rede de sociabilidade educacional do Professor Severino Loureiro na Paraíba



(Fonte: Mapa disponível EMBRAPA e IBGE). Marcação da rede de sociabilidade feita pela autora, 2022).

Acima a cartografia demarca a passagem do professor Severino Loureiro nas cidades paraibanas já mencionadas, constituindo uma verdadeira rede de sociabilidade educacional ao disseminar conhecimento “*nos quatro cantos*” do Estado da Paraíba. Jansen (1994) intitulou seu soneto de “O mestre”, e não nos tornamos mestres sem antes termos sido aprendizes. Em sua jornada enquanto professor, Severino Loureiro percorreu diferentes espaços na educação paraibana, se constituindo como intelectual nos círculos de sociabilidade por onde passou, pensando e produzindo prerrogativas a respeito das questões educacionais. Partimos do conceito de intelectual na educação entendendo que

A identidade social destes está inegavelmente associada ao gosto e à familiaridade com a cultura, mas também ao sentimento de missão ou de dever social. Em outros termos, no enfoque que propomos, não basta ser sábio e erudito para ser identificado como intelectual, pois o intelectual é aquele que mobiliza o seu prestígio como especialista em favor de causas públicas, muitas delas completamente distantes das suas especialidades (VIEIRA, 2015, p.6).

O professor Loureiro se destacou por assumir o processo educacional como missão, se autodenominava missionário do conhecimento, conseguindo atingir diversos espaços sociais através das suas amizades e trocas de favores dentro do campo educacional, como por exemplo, a concessão de bolsas de estudos em troca de maiores verbas governamentais, além da sua identificação natural com as vias da educação. Assumiu assim, as características de um

intelectual, segundo Vieira (2015), por mobilizar suas redes de sociabilidades e sua concepção de educação em favor dos seus alunos e das instituições que fez parte.

Seus pensamentos a respeito da educação o fizeram intelectual, seus atos se encaixavam diretamente com os ideais políticos e educacionais da época, em todas as cenas que passou, era o modelo vivo de coerência com o projeto civilizador e modernizador, como Prado (2000) enfatiza, a classe denominada intelectual faz parte de um grupo de sujeitos interessados ideologicamente, politicamente e economicamente a partir dos seus lugares sociais, no caso do Professor Loureiro, seu lugar social, desde jovem, foi o campo da educação.

Sua influência e participação na cena educacional paraibana, nesse contexto, foi o diferencial em sua trajetória, a rede de pessoas que Severino Loureiro cativou faz parte de um grupo seleto de sujeitos, que buscaram reformar a cidade através da idealização de novas práticas, projetos, trocas e coleguismos. Costa (2018) aponta que:

[...] a classe intelectual da Paraíba foi em grande parte formada por representantes da elite. [...] Esta classe fora a principal receptadora e distribuidora dessas ideias, responsável por gerar e gerir a busca por uma nova identidade civilizada do povo paraibano (COSTA, 2018, p.28).

Dentre esses sujeitos, estava o Professor Loureiro, junto aos seus amigos da juventude que se tornaram representantes políticos do Estado, tais como o Deputado Ruy Carneiro e o Governador Argemiro de Figueiredo, atrelado à cena dos representantes da Igreja Católica como D. José, vigário e amigo de longas datas e, que teve papel preponderante nos caminhos trilhados pelo professor, assim como outros membros diocesanos de Campina Grande. Encaminhou seus projetos e ideias conectando-se a essas duas vertentes e constituindo uma verdadeira rede intelectual que perdurou todo o seu percurso e atravessou sua vida.

2.1 “Multiplicava os loiros da vitória... Nas lides do universo educativo”

Nos idos de 1917, em Cajazeiras, no Colégio Pe. Rolim, o primeiro que surgiu no interior do Nordeste em 1844 - Dom Moisés Coelho, o Anchieta, destes sertões sedentos e calcinados pelo sol inclemente das secas, fundou a primeira escola normal para preparar professores. Nesta escola normal me fiz professor normalista em 1922, ano em que se comemorou o 1º centenário da Independência do Brasil.

Recebendo meu título de professor normalista, não me senti profissional do ensino, mas missionário, para levar a palavra de Deus e da pátria, à infância e à juventude da Paraíba e do Brasil, nossa pátria, a qual eu quero e amo.

E daí parti: Cajazeiras, João Pessoa, Princesa Isabel, São João do Cariri, Umbuzeiro, e, por fim Campina Grande, tão acolhedora e dadivosa há 38 anos eu dedico a sua infância e juventude o meu modesto labor.

(Severino Loureiro/ Acervo CAD - Sessão solene, Teatro Municipal, 1975).

Em uma sessão solene, no Teatro Severino Cabral, o professor Loureiro entra em processo de rememoração. Retorna aos seus primeiros estágios quando desejava ser normalista, no ano de 1922, fazendo referência ao centenário da Independência do Brasil como bom professor de história⁵⁷. E afirma que, ao receber seu título enquanto docente, não era apenas profissional do ensino, mas tomou a missão como um missionário.

“[...]Não me senti profissional do ensino, mas missionário, para levar a palavra de Deus e da pátria, à infância e à juventude da Paraíba e do Brasil, nossa pátria, a qual eu quero e amo”. Tal afirmação confessa não apenas sua vocação para a docência, mas a sua devoção à pátria, às causas religiosas e à juventude do nosso Estado, a qual se dedicou até seus últimos anos de vida. Essa devoção permeia sua identidade e marca toda sua trajetória de profissional como um verdadeiro missionário.

E assim o fez, antes de ser gestor do Colégio Alfredo Dantas, ainda solteiro, foi professor do Colégio Pio X⁵⁸ em João Pessoa, no ano de 1924, instituição de renome que Severino Loureiro perpassou. O Colégio Pio X concebia em sua cultura escolar “a trindade composta pela educação moral, intelectual e física do sujeito estava alicerçada pelos saberes/poderes da medicina e da religião, que aos poucos, foi formulando e colocando em prática um projeto de escola” (SANTOS, 2020, p. 15).

Em sua grande maioria, as instituições que o professor atuou, cultuavam a pátria, a família e a bandeira, além das concepções religiosas que, de forma tão enfática, acompanhavam o olhar missionário do professor. Neste contexto, destacamos a atuação no Colégio Padre Rolim (Cajazeiras), no Externato São Luiz Gonzaga (Princesa Isabel), nos Colégios Pio X, Pio XI e Imaculada Conceição, estes últimos situados em Campina Grande.

O poderio dessas instituições religiosas na educação nesse contexto é consequência dos idos de 1920, com as perspectivas do grupo da Nova Escola, crescendo assim os colégios

⁵⁷ Sua formação era de professor normalista, mas assumiu as disciplinas de Geografia e História Geral em sua trajetória docente, em 1923 fez equiparação ao Curso Superior de Magistério com especialização em Português, História Geral e História do Brasil no Liceu Paraibano em João Pessoa (Paraíba).

⁵⁸ Ler mais em: SANTOS, Alexandro Dos. “A Deus pela sciencia; à sciencia por Deus”: os discursos religiosos e científicos do Colégio Diocesano Pio X - Paraíba (1910 - 1954). Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18349/1/AlexandroDosSantos_Tese.pdf.

secundários oficiais gratuitos, a influência dessas instituições na formação dos sujeitos, ao longo dos anos, foi algo marcante na história da educação brasileira.

Outrossim, assumiu no ano seguinte o cargo de vice-diretor do Colégio em que se formou normalista, o Colégio Pe. Rolim e da Escola Normal de Cajazeiras. A cidade de Cajazeiras se destacou por seu pioneirismo na educação paraibana e recebeu destaque no contexto da história da educação sendo conhecida como a “Cidade que ensinou a Paraíba a Ler”⁵⁹. O professor Loureiro se formou nesses lugares, postos como de excelência na historiografia da educação paraibana.

O Colégio Diocesano Padre Rolim era uma instituição da/para elite de Cajazeiras, por ser particular não abraçava as camadas mais pobres da sociedade, o que por muito foi um problema, tendo em vista que era um dos primeiros colégios da cidade, não existindo uma instituição pública que recebesse as camadas populares.

Trilhou sua vida profissional ao lado da sua futura esposa, a Professora Alcide Dantas Cartaxo. Ela, que quando solteira, assumiu em 1922 as disciplinas de Português e Prática de Ensino no Colégio das Irmãs Dorotéias⁶⁰, instituição de cunho religioso, também situada em Cajazeiras. Ao se casar, foi demitida, por regra da época as senhoras casadas não poderiam exercer a docência em ordens religiosas.

Já casados, Severino e Alcide foram para a cidade de Princesa Isabel na Paraíba, no ano de 1927, onde fundaram o Externato São Luiz de Gonzaga, outra instituição educativa que tinha cunho religioso, traço encontrado em muitas das escolas que o Professor Loureiro fundou, coordenou e lecionou, essa característica possivelmente parte da sua formação que foi realizada em um educandário religioso e conferiu bases para assumir tais funções. Ambos exerceram a função de direção e regente de classe, até o ano seguinte.

Da mesma maneira, o professor Loureiro participou ativamente da fundação do Grupo Escolar de Princesa⁶¹ nos idos de 1928:

⁵⁹ [...]a história oficial de Cajazeiras/PB, sabe-se das contribuições de educadores ligados à religião católica para o seu desenvolvimento, entre eles, o mais conhecido e considerado fundador da cidade: Padre Rolim que, de acordo com Leitão(2000), plantou a semente que fez germinar a educação na região: uma pequena escola com “meia dúzia” de alunos que, com o passar do tempo, foi se tornando conhecida e desenvolveu-se passando a receber alunos de diversas regiões, influenciando também no crescimento local. (NASCIMENTO, 2018, p. 11) Para ler sobre:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/5967/3/ANDR%C3%89A%20PEREIRA%20DO%20NASCIMENTO.%20TCC.%20LICENCIATURA%20EM%20PEDAGOGIA.2018.pdf>.

⁶⁰ Sobre a origem da Congregação das Irmãs Dorotéias, ler: MATOS, Sérgio Campos. A Congregação das irmãs Dorotéias em tempo de Mudança: Tradição e modernidade. Disponível em: <http://revista.esepf.pt/index.php/sabereducar/article/view/238/257>

⁶¹ Ler mais sobre: ADVÍNCULA, Charya Charlotte Bezerra. “O processo de escolarização em Princesa/PB: Política e Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4739/1/arquivototal.pdf>.

O Grupo Escolar de Princesa

Realizou-se no dia 7 do corrente, na cidade de Princesa, a inauguração do Grupo Escolar ali construído e que representa um benefício de vulte a causa da instrução no interior do nosso Estado.

Esse novo edifício iniciado durante o governo do saudoso Dr. Solon de Lucena. E o governo actual continuou e concluiu os serviços de construção relevados pela destacação de qual o município se torrejão dessa sede escolar e vive e lança do interesse o que fica a Parayba devendo outros melhoramentos de igual nota.

O Grupo Princenzesse obedece à directoria do professor Severino Lopes Loureiro, auxiliado por mais duas professoras e quatro adjuntas.

Sua matricula se eleva a 232 alumnos (JORNAL “A UNIÃO”, 1928, p.4).

Acima a nota do jornal *A União* demarca a inauguração do Grupo Escolar de Princesa, nomeado Grupo Gama e Melo, evidenciando a preocupação com a instrução e educação do interior do Estado paraibano. Pontua também, a presença do professor Loureiro enquanto diretor, junto a duas professoras e quatro adjuntas, uma das professoras era sua esposa Alcide Cartaxo, as outras profissionais não conseguimos localizar os nomes, e detalha o número de alunos matriculados na instituição.

Desse modo, foi fundado o Grupo Gama e Melo e foram nomeados professores Dona Alcide e Severino Loureiro, efetivos do referido educandário em maio de 1928. O professor Loureiro fundou também o primeiro curso noturno para adultos de forma gratuita na cidade. O que denota sua preocupação com a educação desde muito cedo em sua carreira profissional, demonstra também a missão do educador em fundar escolas.

O cenário nacional estava passando por fortes intervenções, após a crise de 1929, o Brasil, assim como boa parte dos países enfrentaram a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque:

A intervenção política de 1930 adveio, intensificada, através de uma crise do ano de 1929, após a quebra da bolsa de Nova Iorque. As consequências para o Brasil foram: várias fábricas do Rio e de São Paulo fechadas, baixas na compra do café brasileiro e dificuldades em conseguir empréstimos internacionais (GONÇALVES, 2021, p.26).

Dentro desse contexto, os militares assumiram o governo do Brasil no dia 24 de outubro de 1930 até 3 de novembro do mesmo ano. Após esse período, com os militares no poder, deu-se início a conhecida e controversa “Era Vargas” que perdurou de 1930 a 1945⁶². Vargas chegou

⁶² O período de 1930 a 1945 destacou-se por romper com uma estrutura política construída na Antiga República, dando origem a uma nova forma de fazer política, que na realidade se revelou sendo a mesma - ruim e velha política com uma roupagem nova. Um plano constituído por ideias conservadoras, repleta de desigualdade e enrustido de fascismo (GONÇALVES, 2021, p.29).

ao poder pela primeira vez, contando com o apoio dos oficiais de baixas patentes, e liderado por um grupo de políticos da oposição, e de certo modo, com apoio da população. Olhavam para Getúlio como alguém que poderia ajudar na reestruturação do país, que enfrentava a crise econômica mundial.

Nesses idos de 1930 com as pressões políticas dessa época, o professor Loureiro aderiu ao Partido de Representação Popular (PRP), sem, entretanto, exercer nenhuma militância. Sabe-se que

Com a derrota do PRP, foram vítimas de perseguição política, tendo sido demitidos, a bem do serviço público, pelo então Presidente João Pessoa. Tratou-se, evidentemente, de um ato ilegal, pois não havia nenhuma nota desabonadora em suas fichas profissionais, nem tão pouco foram submetidos a qualquer processo administrativo (Acervo do CAD, Folheto em comemoração aos 100 anos do Professor Loureiro).

Concomitante a isto, o Professor Loureiro foi preso político, enviado para João Pessoa (PB), onde permaneceu em prisão domiciliar no período de 1 de março de 1930 a 20 de janeiro de 1931. Durante esse processo sua esposa Alcide, já mãe de 4 filhos, ficou abrigada na casa do sogro, na fazenda Angicos em Piancó (PB). Em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá no ano de 1993, o professor Loureiro recordou

No governo de Solon de Lucena foram construídos dois grupos escolares no interior do Estado: um era o Solon de Lucena, aqui em Campina Grande e o outro era o Gama e Melo, em Princesa Isabel. Instalei, dirigi, ensinei neste grupo de 1928 a 1930, quando o município se levantou contra o Estado e o Governo, só porque o chefe político, Cel. José Pereira de Lima, rompeu com o Partido Liberal do qual João Pessoa era Presidente do Estado e candidato a vice-Presidência da República, quis ocupar militarmente a cidade de Princesa Isabel, então, mandou que todos os funcionários públicos se retirassem da cidade, inclusive eu. (Professor Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p. 261).

Após esse período turbulento, no dia 3 de abril de 1931, a convite de Dom José de Medeiros Delgado, na época pároco da diocese de Campina Grande, se comprometeram, Professor Loureiro e sua esposa, em vir para a urbe que estava em transformação e desenvolvimento, e se tornaram os professores fundadores do Colégio Diocesano Pio XI. Segue imagem do casal:

Figura 7: Professor Severino Loureiro e Professora Alcide Cartaxo



Fonte: Arquivo CAD.

Na imagem acima temos o casal Severino Loureiro e Alcide Cartaxo já idosos, mas como em todo o percurso de suas vidas profissionais e privadas, de mãos dadas, olhando nos olhos, sendo apoio um para o outro nessa missão que abraçaram juntos; a de educar. Alcide Cartaxo nessa cena é uma personagem importante, construiu uma verdadeira parceria com seu esposo. Uniu vida privada e vida profissional e permaneceram assim até seus últimos dias de vida.

O casal estava imerso em um contexto que enveredava na construção de um pensamento educacional pautado em signos da República, em que surgiu com uma nova cultura escolar, salientando que

Esse modelo, construído de modo a instituir um espaço próprio para a escola, com seus ritos e mitos, na perspectiva de demarcar uma nova identidade escolar, seria caracterizado como um dos pilares da República e, também, local de culto aos símbolos nacionais. Esse momento de reformas na educação coincidiu com os debates de grande parte dos intelectuais brasileiros sobre a identidade nacional. (ADVÍNCULA, 2012, p. 67).

Esse local de culto nacional e de diálogo sobre a identidade nacional, como apontado na citação acima, foi o lugar em que a identidade intelectual e profissional do professor Severino

Loureiro foi constituída, moldada, elaborada e posta em prática. A sua missão estava bem definida: fundar escolas de caráter religioso. O CAD fugiu dessa máxima, ele não fundou a instituição e após assumir a direção não investiu no cunho religioso em suas diretrizes, mas, em sua postura estava fixada as influências de sua formação religiosa. Assim se justifica a sua associação com a Igreja Católica, traço adotado a partir da gestão Loureiro, salientando que o Tenente Alfredo Dantas não admitia a presença de outro poder que não fosse o seu no educandário, era assumidamente protestante.

Nos idos de 1932 por intervenção federal de Tertuliano da Costa Brito, o professor Loureiro foi reintegrado a sua função pública. No ano seguinte nomeado professor do Grupo Escolar 24 de Janeiro, na cidade de São João do Cariri, assumindo também a função de diretor do Grupo Escolar Antônio Pessoa na cidade de Umbuzeiro. Sobre o surgimento dos grupos escolares nesse contexto, Souza (1998) descreveu os grupos escolares “como templos de civilização, que reproduziam os signos que caracterizariam a República como criadora de uma nova cultura escolar” (SOUZA, 1998 *adup* ADVÍNCULA, 2012, p. 67). Essa é a cena que constituiu a personalidade profissional e intelectual do Professor Severino Loureiro, caminhar pelas instituições em que ele perpassou nos ajuda a decodificar sua formação de identidade e traços profissionais.

Em 1936 foi nomeado inspetor técnico e dois anos depois, em 1938 assumiu a direção do grupo escolar Sólon de Lucena em Campina Grande, o primeiro de Campina Grande, fundado em 1924. O cargo de inspetor técnico compreende a função de

Fundamentar-se num quadro de referências onde assumem especial importância, entre outras, a seriedade, o bom senso, a lealdade, a tolerância, a flexibilidade, a habilidade para lidar com os outros, a justiça, a prudência e a boa-fé, no respeito por um código de conduta e por princípios deontológicos, tendo em conta a missão da escola, os projetos de educação local e as especificidades de cada contexto (LUCAS, 2008, p.17).

Tal ocupação dialoga com as finalidades educacionais já exercidas pelo professor Loureiro desde o início da sua vida docente, voltadas à construção de sujeitos patriotas, que amavam a família e exerciam uma função na sociedade. Um homem sério, leal à educação, com habilidades para construir uma rede de sociabilidades seguras, que o auxiliaria a assumir cargos de gestão na maioria dos espaços educativos onde lecionou. Percebe-se ainda que a política nacional de criação de grupos escolares e a ideia de expansão do ensino médio estavam em cena, com a construção de novos ideais e parâmetros educacionais.

Nos idos de 1941 professora Alcide tornou-se professora do Instituto Pedagógico, como já mencionado no capítulo anterior, o atual Colégio Alfredo Dantas. No ano 1945 o professor Loureiro, então professor do Ginásio Alfredo Dantas desde o ano de 1941, adquiriu o colégio tornando-se diretor proprietário. Ambos assumiram a direção da instituição e professora Alcide as disciplinas de História Geral e Geografia Geral, passando a exercer as funções em três expedientes, o que determinou o seu pedido de demissão de professora dos outros colégios, se dedicando exclusivamente ao CAD. A respeito desse processo ainda em entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá

Eu comprei o colégio fortemente auxiliado pelo Vigário de então, porque a senhora do tenente era protestante, muito dinâmica, uma senhora muito boa e importante, mas procurava sempre pregar as suas aulas a prática do protestantismo, isso não se dava oficialmente, pois o colégio tem um regimento interno feito pelo Tenente que proibia qualquer discussão religiosa ou política dentro do colégio. Ele faleceu a 17 de fevereiro de 1944 e eu comprei o colégio em dezembro do mesmo ano, vindo a receber o prédio em abril de 1945. (Professor Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p. 262).

Em sua narrativa ficou preponderante sua relação com a Igreja Católica, quando afirmou que comprou o colégio “*fortemente auxiliado pelo Vigário⁶³ de então*”, se recapitularmos alguns outros processos da vida do professor Loureiro, como sua prisão em 1930, percebemos notadamente o auxílio de um outro representante da Igreja, seu amigo D. José Vigário, da Diocese de Campina Grande. Sua relação com esses representantes demonstra seus vínculos com a religião, esses que ecoam por toda a sua formação e atuação desde o início, e a rede de sociabilidade entre educação e igreja, duas fortes ferramentas de difusão de ideias e intenções.

Como diretores do Colégio Alfredo Dantas escolheram e assumiram a tarefa de fazer com que a escola se desenvolvesse obedecendo ao ritmo dinamizador da cidade que diziam os jornais crescer vertiginosamente, buscando prosseguir com o legado de sucesso deixado pelo antigo gestor e dono, o Tenente Alfredo Dantas. Como pedido especial da esposa e da família do Tenente, a instituição após a venda deveria receber o nome de Alfredo Dantas, nomenclatura que o educandário carrega até a contemporaneidade. Na década seguinte a compra, nos idos de 1950, Campina Grande foi escolhida em um concurso nacional feito pelo IBAM-Instituto Brasileiro de Administração Municipal, como um dos Municípios Brasileiros de Maior Progresso:

Campina Grande, um dos Municípios de Maior Progresso

⁶³ Não consta nos arquivos e nas outras fontes quem seria este vigário.

Administração do Prefeito Elpídio de Almeida, iniciada em novembro de 1955, orientou-se desde o primeiro momento para a solução de dois grandes problemas do município: a ligação da energia elétrica de Paulo Afonso e a ampliação das comunicações telefônicas, serviços indispensáveis para assegurar a Campina Grande condições propícias ao ritmo do progresso que caracteriza o seu importante comércio e indústria. [...]

Outra iniciativa de grande alcance do atual Prefeito é a construção do Teatro municipal de Campina Grande, a que vem dedicando suas melhores atenções, tendo sido a importante obra projetada pelo arquiteto Airton Nóbrega, do Rio de Janeiro, com a cooperação do Serviço Nacional de Teatro, do Ministério de Educação e Cultura.

Em razão aas múltiplas atividades desenvolvidas pelo Govêrno Municipal nos exercícios de 1956 e 1957, foi êste Município escolhido em recente concurso promovido pelo IBAM, um dos Municípios Brasileiros de Maior Progresso. (Fonte: Diário da Borborema. Número 1. Caderno 4. Página 3. 02 de outubro de 1957).

O recorte de jornal acima, retirado do Diário da Borborema no ano de 1957, apresenta em seu letreiro sinais de constante desenvolvimento em Campina Grande. Avançava na cidade a energia elétrica que vinha da Usina Hidrelétrica Paulo Afonso (embora que desde 1920 o serviço era fornecido na cidade), bem como uso de aparelhos de telefonia que proporcionavam maior rede de comunicação na cidade. A construção do Teatro Municipal⁶⁴ tinha sido iniciada e abria margem para o enriquecimento cultural da urbe. O comércio e a indústria estavam em constante crescimento, o que intitulava a cidade como “*Cidade do Progresso*” e, com isso, surgiu a necessidade de um maior investimento na educação, ferramenta de formação profissionalizante, para responder aos anseios por sujeitos qualificados e preparados.

Ainda neste contexto que tematiza o trabalho, tamanha era a seriedade que o Professor Severino carregava junto a sua missão de educar, apontando em uma correspondência traços de seus princípios morais, quando nega a uma discente a certificação de conclusão ginásial:

Dayse:

Saúde.

Ontem, à noite, recebi sua carta datada de 27/01/70; às primeiras horas da manhã estou respondendo-a. Infelizmente, não me é possível atender o seu pedido; você não concluiu no Colégio Alfredo Dantas o curso ginásial. Expedir e assinar o certificado de conclusão que solicitou, seria assinar um documento apócrifo, fato que teria censura formal da minha consciência, o que equivale dizer - a censura formal de Deus, Ser onipresente em todos os tempos e espaços, inclusive no interior de cada um de nós. A esta razão básica da recusa que lhe faço junto esta afirmação: cedendo, o seu velho mestre destruiria toda vida de 49 anos dedicados à infância e à juventude brasileiras.

⁶⁴ O Teatro Municipal Severino Cabral só veio ser inaugurado no ano de 1963, é um dos prédios que representa o processo de modernização pelo qual a cidade passou. Até os dias de conclusão dessa pesquisa o Teatro continua funcionando normalmente, com a apresentação de festivais e movimentos culturais diversos.

Por isto tenho sempre os aplausos da minha consciência; recebo conscientemente intensa consolação expressa na estima e no devotamento de alunos generosos como você e tantos outros. (Professor Severino Loureiro, em carta, 1970- Acervo CAD).

Em suas palavras existe um discurso carregado por religiosidade e por consciência profissional. Em sua resposta, acabou realizando um pronunciamento, utilizando das questões marcadas pela religião e das questões relacionadas a sua consciência e trajetória de *“vida de 49 anos dedicados à infância e à juventude brasileiras”*. Para Albuquerque Jr. (2021) *“também interessa ao historiador o discurso que, uma vez escrito, nunca chegou a ser lido ou que já foi escrito destinado a um público leitor”* (ALBUBERQUE JR, 2021, p. 224), essa carta foi destinada a uma pessoa apenas, mas enquanto documento, captura traços de um gestor que se preocupava e prezava por sua consciência, e que desse modo, não cede ao pedido da aluna.

Para além da sua consciência, é possível identificar que na sua conduta perpassava a ética docente, bem como aos princípios morais que fundam os princípios de uma instituição com valores católicos, com o pleno exercício das suas funções, com atitudes adequadas a uma pessoa honrada e de caráter íntegro na relação com os demais profissionais e sujeitos da instituição, mesmo que o Colégio Alfredo Dantas não tenha em suas atribuições a vertente religiosa em si, na postura e devoção do Professor Loureiro ecoa esses valores, traços que advêm da sua vasta experiência na gestão e na docência em instituições de cunho religioso.

Dentre as memórias que tivemos contato, a nós concebidas através das narrativas orais, observamos um outro traço da personalidade do Professor Loureiro. Na narrativa de uma antiga aluna do “Leão”, como faz alusão ao CAD em sua fala, percebemos as características de um diretor rígido, que regia seu Colégio com rigor e disciplina, e exigia dos seus alunos postura,

Certa vez, isso foi com professor Loureiro, eu ia descendo as escadas lá do Leão, e correndo e gritando “eeh terminou a aula”, ele não chamou mais ninguém, só me chamou, disse “venha cá” e perguntou como era o meu nome, “quem é seu pai? O que é que ele faz?”. Quando falei, ele estranhou, não era ninguém conhecido, “ele é motorista” eu disse. Ele perguntou de onde, no outro dia meu pai foi chamado por um dos diretores da empresa, e minha mãe por um dos diretores do colégio, e explicaram a ela, ameaçaram de tirar a bolsa se eu continuasse com esse tipo de comportamento. Isso me marcou muito, e eu chorei muito por isso. Ainda hoje me dói pensar nisso, eu não fiz nada demais, eu só descí as escadas correndo como todo adolescente corre (Maria Goretti, Entrevista, 2022).

Os ruídos da juventude são muitos, crianças e adolescentes em sua natureza são barulhentos. Regular gritos, brincadeiras e expressões da juventude, fez parte da postura disciplinadora do Professor Loureiro, e por consequência do CAD. O episódio detalhado acima

conta a história de um trauma, algo que afeta Maria Goretti “*Ainda hoje me dói pensar nisso*”, ao silenciar a aluna, ele silenciava o leão em sua força jovem, colocava em prática uma cultura da disciplina, do corpo silencioso, do andar compassado, da voz branda. Fato interessante na narrativa da antiga aluna, que ao mencionar o Professor Loureiro ou ao detalhar sobre a Ditadura Militar, baixou a voz, retraiu o corpo, falou sem precisar falar, através dos gestos e expressões, sobre um momento de controle e censura.

Pensando sobre o Professor Loureiro e analisando suas participações em diferentes instituições, ao ocupar lugares de destaque enquanto gestor, inspetor, coordenador, percebemos que em todos os colégios que passou ele é foi reconhecido como capaz de gerir e organizar os espaços educativos. Parte desse reconhecimento possivelmente advém da sua capacidade, mas, por outro lado, deve-se pensar na base de amigos e fortes aliados que possuía, como seus laços com a Igreja Católica, com os governadores e com os representantes municipais, como já mencionado.

Pensando numa perspectiva biográfica, destacamos o desejo de auto arquivamento feito pelo Professor Loureiro, movimento esse que constatamos a partir dos documentos encontrados nas gavetas e pastas do arquivo. Lá estavam respostas de correspondências, pedidos de favores, convites para festas, tratos feitos entre amigos, registros dos cargos que ocupou, ações bancárias e empréstimos para o CAD, dentre outras fontes de cunho pessoal. Para Artières (1998, p.10) “Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e, às vezes, para os outros”. Essa imagem construída por Severino Loureiro agora é interpretada por nós, sabendo que está carregada intenções. Mas,

[...] não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens (ARTIÈRES, 1998, p.11).

Desse modo, caminhamos aqui pelos detalhes que implicam nas intenções do intelectual, a de deixar registrado seus feitos, suas conversações, formações, meios em que frequentava e tinha influência, escolas que fundou e/ou lecionou. Como também destaca Miranda (2009), a autobiografia não se trata apenas de uma relação inocente entre aquele que (si)escreve e seu passado, mas trabalha com um projeto, uma forma intencional de si inscrever na história, a partir do seu olhar.

Detalhes, gestos, discursos; cartas, mergulhamos na história de um homem conservador, com formação normalista, que tomou para si o título de missionário, e fez da educação uma religião. No próximo tópico enveredamos nas redes de sociabilidades do Professor Severino Loureiro, buscando compreender sua constituição enquanto intelectual da educação.

2.2 “Missionário da Educação”

Para não fugir à regra, perguntamos qual o maior evento do homem, ele não pensou muito para responder que foi, sem dúvida, o alfabeto (DINOÁ, 1993, p. 262).

Em sua entrevista para o jornalista Dinoá, o professor Severino Loureiro não hesitou em afirmar sua paixão pelo alfabeto, pelas letras. Analisamos nesse tópico um homem que dedicou toda a sua vida à educação, e os documentos que consultamos registram parte dessas atividades. Mas que tipo de relações e concepções tornaram Severino Loureiro um intelectual da educação?

A noção de intelectual que adotamos caracteriza um sujeito que se coloca no lugar de agente social, como organizador da cultura, como intérprete das visões de mundo e como alguém que ganhou relevância no cotidiano através das suas linhas de pensamento e postura em sociedade.

[...] a categoria “intelectuais” está sendo entendida como um grupo que produz e transmite ideias, visões de mundo, ensinamentos, etc. e os divulga, utilizando-se de recursos propiciados pelas redes de comunicação existentes em nível da educação, da cultura, da comunicação de massas, dentre outros. Os intelectuais têm compromissos com os interesses ideológicos, políticos e econômicos das classes e grupos sociais (PRADO, 2000, p.2).

Pensando primordialmente em sua concepção de educação, o Professor Loureiro abraçou como missão a construção de sujeitos cultos, que prezassem pela pátria, que fossem profissionais respeitáveis, e que se tornassem “cidadãos de bem”, úteis para uma urbe em constante crescimento. Essa missão parte da sua concepção de educabilidade e dos moldes em que foi formado. Sobre sua vida social afirma “*A minha vida social em Campina foi ajudando a fazer a sociedade, construindo o cidadão brasileiro, sempre dedicado à causa da educação*” (Professor Severino Loureiro, 1993 *apud* DINOÁ, 1993, p. 264). O conceito de educabilidade é definido como aquele que:

[...] orienta a matriz pedagógica da Modernidade. Para pensarmos esse conceito nos apropriamos da definição trazida por Silva e Fabris (2010, p.353), que aponta que “[...] desde Comenius, os processos educativos partem

desse pressuposto, ou seja, mobilizam-se desde a compreensão do ser humano como sendo dotado de razão e, como tal, capaz de compreender e transformar a natureza à sua volta. Na medida em que, desde a argumentação comeniana, os sujeitos são educáveis e todos devem aprender, são inúmeras as táticas modernas de condução desses sujeitos. A maioria, a civilidade, a urbanidade, a emancipação são alguns dos lugares teleologicamente prometidos pelas práticas escolares de governo” (ANDRADE, 2014, p. 111).

Tal matriz orientadora atravessa as práticas educativas e concepções do Professor Loureiro, “*dedicado à causa da educação*”, escolha que ecoava em sua forma de agir dentro e fora do CAD e em seus discursos, gestão e aulas. Na citação acima vemos que é mencionada a “argumentação comeniana”, fazendo referência a um dos principais pais da pedagogia moderna, Comenius, que em sua tese foi o primeiro a olhar para os sentimentos dos alunos e a conceber a ideia de inteligência. Em um dos seus pronunciamentos, se refere a sua “*tarefa precípua*”, a palavra precípua ao ser buscada no dicionário, tem como significado “*característica do que é principal e essencial*”, desse modo, o Professor Loureiro se refere a sua tarefa na educação como essencial, segue discurso:

Conduzir-vos até aqui foi minha tarefa precípua, agora, no papel de paraninfo, tenho que abrir-vos as perspectivas do futuro, mostrar-vos os horizontes longínquos da meta que ides atingir. Sois, meus caros paraninfados parcela constituinte de nobre nação; tendes uma pátria privilegiada que nestes 469 anos, vem sendo estruturada a golpes de audácia, perseverança, devotamento e denodo (Professor Severino Loureiro, 1969, cinquentenário do CAD).

Em sua narrativa, falou sobre abrir as perspectivas dos alunos concluintes para o futuro, se refere a nação brasileira, falando sobre a pátria e sobre a estrutura nacional em geral. Esses princípios se repercutem em seu discurso, endossando um amor e uma admiração pela nação através de um modelo e de uma concepção educacional que se inclinam em apoiar a Ditadura Militar, esta

cavava reconhecimento para os seus propósitos buscando consubstancialidade entre os valores militares e os valores ligados à família, à escola, à pátria, à religião, à ordem, à disciplina, que segundo ele, eram socialmente fundantes da ordem político-cultural brasileira. Em termos gerais, pode –se dizer que a busca de legitimidade do regime militar significava, basicamente que ele se debatia para encontrar meio de obediência, adesão e aceitabilidade para suas formas de atuação e ação (REZENDE, 2001. p. 3- 4).

Destarte, em sua rede de sociabilidade, encontramos nos documentos e pronunciamentos marcas de um homem popular dentro do ciclo de governadores, deputados, párocos, padres e professores paraibanos. Sua profissão não se desvinculava de sua personalidade de intelectual, mesmo que a definição de intelectual independa do seu meio profissional, as atitudes e pensamentos do professor Loureiro o colocam nessa posição em ambos os espaços.

Os intelectuais em sua intenção e finalidade assumem uma forte representação dentro do universo educacional, pois constroem pontes necessárias para a produção dos nossos conhecimentos e práticas educativas. Em um curso para professores em 1971, fala sobre seu desejo,

Esperamos, que este curso, seja o primeiro de uma série, na perspectiva de termos o nosso professor sempre bem informado e atualizado, atingindo assim o fim da educação: educar para a realização pessoal, para que se constituam comunidades visando efetivamente o bem estar social (Professor Severino Loureiro, 1971, acervo CAD).

“Termos nosso professor bem informado e atualizado”, as preocupações do Professor Severino Loureiro com a educação começou com seus professores, e nos apresenta a finalidade da educação em sua concepção *“educar para a realização pessoal, para que se constituam comunidades visando efetivamente o bem estar social”* formar para a cidade, com essa intenção, se constrói intelectual participando dos grupos políticos do Estado e religiosos católicos em prol desse fim educacional.

Constatamos em nossa pesquisa que em vários momentos da vida do Professor Loureiro ele conta com o apoio dos seus amigos e representantes do poder político como o Governador Argemiro de Figueiredo (1935 – 1940) e o Deputado Rui Carneiro (1934 – 1938), e do poder religioso com os padres e vigários da Diocese de Campina Grande, principalmente com o Vigário D. José.

Desde sua formação, com as bênçãos dos padres de Cajazeiras, aos seus cargos enquanto diretor em colégios religiosos, bem como o suporte que teve para reaver seu cargo público depois do episódio de 1930, são alguns dos momentos que apontam uma rede de apoio e sociabilidade para a construção da identidade desse intelectual. Neste intento, nos deparamos com correspondências que nos confessam um jogo entre amizades e interesses, meios para a concretização de sua missão educacional, é nesse sentido caro leitor, que apresentamos o subtópico seguinte.

2.2.1 Redes de sociabilidades: meios para concretizar sua missão educacional

O conceito de rede de sociabilidade se inicia, muitas vezes, a partir de uma relação de amizade. Mas, também lida com jogos de interesses, intrigas, afetos e desafetos, atravessando a vida de intelectuais, políticos e religiosos quando dialogam em prol de algo maior ou rentável. Seria justamente o que menciona Malatian (2011) quando cita que o público e o privado se entrelaçam, é através das correspondências que conseguimos chegar mais próximo desse entrelaçamento:

Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispensa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual público e privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva (MALATIAN, 2011, p. 200).

Ao espiar por essa fresta as trocas de Severino Loureiro e seus amigos políticos e religiosos tivemos acesso as suas dimensões políticas, seus apelos e singularidades. O tema da amizade fornece elementos para pensar as redes de sociabilidades intelectuais do Professor e como ela nos apresenta os responsáveis por gestar sua identidade pessoal e profissional. Tais relações de amizade se apresentam como ferramentas que impulsionaram as ações no universo da educação, as redes que foram construídas por eles, seus trâmites e conversações estavam direcionadas para melhor favorecer a comunidade campinense, oferecendo bolsas de estudo, resolvendo questões políticas no coleguismo e se firmando na cena. Dentro desses diálogos estavam envolvidas múltiplas questões,

Ali se estabelece uma geografia dos lugares ocupados pelos participantes e os afetos entre eles (amizades/hostilidades), as trocas intelectuais, as rivalidades, os conchavos estabelecidos em torno de ideias, obras, cargos e posições, inclusive as institucionais (como academias, revistas, jornais, editoras) (MALATIAN, 2011, p. 209).

Dentro dessa geografia dos lugares chegamos a nos questionar se seriam realmente amizades, ou estavam sendo nutridas pelas prestações de favores e investidas intencionais. Professor Severino se posicionou a partir de três lugares; o educacional, o político e o religioso, por vezes fazendo contato com rivais partidários e se mantendo amigos de ambos. Observamos que existiam amizades desde o colegial, como nas cartas com o Governador Argemiro de Figueiredo, sempre iniciadas em tom de coleguismo e fraternidade, mas, não fugiam do contato para um favor. Isso ocorreu com os outros personagens que encontramos nas correspondências,

espaço de troca e confiança, entendendo que “[...] o espaço se faz presente no interior das cartas para fabricar um imaginário e exprimir relações com pessoas ou grupos numa dada circunstância” (MALATIAN, 2011, p. 207).

Nas correspondências os contatos feitos com os políticos se referem a mudanças na educação e na cidade, a atividades de apoio político e narrativas em prol de ajuda para o campo educacional, ofertando bolsas de estudo e dando assistência aos alunos com baixo poder aquisitivo. Nos arquivos do Colégio Alfredo Dantas, encontramos uma carta- resposta do então governador Argemiro de Figueiredo,

João Pessoa, 16 de Outubro de 1936.

Presado amigo Loureiro:

Está em meu poder sua carta de 7 do corrente que muito me desvaneceu.

Não esperava de V., creia-me sinceramente, outra attitude em face da campanha movida contra mim, em Campina, por certos elementos tidos como catholicos que tiveram interesses individuaes contrariados pelo meu Governo. Agradecendo as suas expressões de apoio e confiança na minha acção governamental, sou

Seu correligionário e amigo certo

Argemiro de Figueiredo (Assinatura a punho).

(Correspondência do então Governador Argemiro de Figueiredo, datada de 1936, encontrada no Acervo do CAD).

Argemiro de Figueiredo era advogado por formação, foi governador da Paraíba entre os anos de 1935 a 1940, nos anos seguintes ocupou os cargos de Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual representando o Estado da Paraíba em ambos. Essa carta nos conta sobre a relação de amizade do Professor Loureiro e o então governador, mas, acaba nos levando à cena em que o professor possivelmente tenha se declarado a favor do amigo Argemiro, mesmo com membros da Igreja Católica indo em oposição ao Governo, tal detalhe merece destaque, levando em consideração a forte relação do professor com as vertentes católicas em toda sua trajetória, firmando o que aponta Oliveira e Vieira (2021, p. 5) “Compreende-se que as redes de sociabilidades se fazem enquanto teia que ao mesmo tempo que se molda pelo meio também interfere na formação das identidades desses sujeitos”. A relação de troca de favores a partir das correspondências tona-se evidente, como veremos

Loureiro

Abraços

A portadora da presente é minha afilhada Joselita Rodrigues, cuja família é pobre e a quem muito desejo ser útil. Permita que lhe solicite, para ela, o ensino gratuito.

Asseguro-lhe, professor, que no próximo orçamento, aumentarei visivelmente a ajuda a seu Colégio, de modo que essas assistências a estudantes pobres que venho pedindo não lhe pesem muito.

Argemiro de Figueiredo 22-2-55 (Correspondência do então Governador Argemiro de Figueiredo, datada de 1955, encontrada no Acervo do CAD).

Em tal correspondência, Argemiro de Figueiredo expressa o pedido de uma bolsa de estudos para sua afilhada que, como ressalta, vem de família pobre, e solicita ao professor Loureiro, em nome da relação que existe entre eles, que essa vaga lhe seja ofertada. Na escrita da carta, o discurso do remetente transparece que esse tipo de favor é comum, tendo em vista que garante um aumento no orçamento financeiro do CAD, nas possíveis subvenções ofertadas pelo governo a quem não poderia custear. As cartas nos norteiam para “sobretudo, tentar destrinchar a questão das relações entre as ideologias produzidas ou veiculadas pelos intelectuais e a cultura política de sua época” (SIRINELLI, 2003, p. 261).

O ato de manter contato a partir de correspondências é um detalhe que marca a vida de muitos intelectuais na história, pois elas comportam diferentes trocas de favores, rupturas, coleguismos, como afirma “Pode-se detectar por meio dela as intrincadas redes de relações sociais que reúnem os seus autores” (MALATIAN, 2011, p. 208).

O privado, o íntimo, os traços na escrita à mão⁶⁵, as solicitações, são perspectivas que ficam registradas nas cartas, nos recados, nos bilhetes, “O sentido nunca se recupera, o sentido se libera, se produz, se constrói, se atribui” (ALBUQUERQUE Jr., 2013, p. 20), dando visibilidade às relações entre os intelectuais e sua rede de sociabilidade, além de nos levar a compreender que

[...] todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (OLIVEIRA et al., 2017, p.89).

A vontade e o gosto de conviver do Professor Loureiro e Argemiro de Figueiredo estava atrelada a uma cena em comum discussão, a cena educacional. Existem vários registros epistolares que comprovam que o professor e o governador estabeleceram por longos anos um acordo para que o CAD aceitasse discentes com baixo poder aquisitivo e em troca, o colégio recebia maior orçamento do governo. Novamente encontramos Argemiro solicitando educação gratuita

⁶⁵ Veja anexo no II, página 142.

Meu caro Loureiro

Abraços

Permita ao velho e caro amigo solicitar sua generosa atenção para mais um pedido que lhe trarei, ao certo, alguns aborrecimentos.

Desejava que você admitisse, gratuitamente, no seu Colégio, o filho da prestadora, D. Ester, minha distinta amiga, a quem estimaria ser útil nesta oportunidade.

Agradecerei, sensibilizado, a atenção que me despuser.

Velho amigo

Argemiro de Figueiredo 29-1-56 (Correspondência do então Governador Argemiro de Figueiredo, datada de 1956, encontrada no Acervo do CAD).

Dentro do arquivo do Colégio Alfredo Dantas, observando os papéis antigos, as pastas e cadernos de fotografias e correspondências, notamos a recorrente troca epistolar que existia entre o Governador e o Professor, e que pode representar para além de amizade, como já elucidado, um acordo político, uma forma de ambos saírem em vantagem. Argemiro conseguindo bolsas de estudo e o professor conseguindo maior financiamento do governo para o educandário. Entendendo que

A carta é uma partilha não somente porque ela pertence a dois sujeitos, mas porque envolve sempre vários correspondentes indiretos, no momento mesmo de sua escrita. Esses correspondentes são nomeados diretamente, outros são insinuados, porém todos configuram uma rede de sociabilidade em que a carta é, muitas vezes, o único registro. Assim, a carta pertence também aos que partilham dela como fonte de pesquisa (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 101-102).

A partilha, como Oliveira (*et al.*, 2017) afirma na citação anterior, envolve correspondentes indiretos que acabam auxiliando no movimento de decodificação e descoberta sobre para quem são os pedidos de favor que na carta estão inscritos. Outrossim, o correspondente direto do professor Severino Loureiro era um forte representante político da época. Sua amizade com o Professor Loureiro foi cultivada ainda na juventude, e suas cartas nos remontam uma forte rede de sociabilidade entre os dois.

Ainda das vias do poder político, em carta, escritos saídos das gavetas que reportam detalhes preponderantes para a historiografia, nessa correspondência em particular encontramos uma resposta a uma solicitação que o Professor Severino Loureiro teria feito ao então Deputado Ruy Carneiro, que em seus escritos transparece respeito pelo professor e consideração, rememorando a juventude

Rio de Janeiro, 24 de março de 937. -
Meu caro Severino:

Abraços.

Tive grande prazer ao receber o seu cartão de 11 do corrente. Sempre que sou procurado por um dos meus collegas daquela epocha, tenho grande alegria.

Gostei muito que V. Dirigir-se diretamente a mim e não por intermédio de terceiros como costumam fazer certos amigos de infância que tenho ahi no Estado.

[...] Há dias recebi uma carta do nosso ilustre amigo cônego Delgado, pedindo-me para falar ao Dr. José Américo, no sentido dele amparar a sua nomeação para o cargo proferido no seu cartão. Confesso-lhe que estranhei V. não ter tratado diretamente commigo o assumpto. Afinal o seu cartão chegou.

(Deputado Rui Carneiro, correspondência datada do ano de 1937. Acervo do CAD).

Esse início da correspondência transporta afetos, nos apresenta alegria, respeito, consideração; coleguismo e recordação de infância. O desenvolvimento do documento apresenta outros personagens importantes na cena, demonstra sobretudo o apoio que o Professor Severino tinha tanto no aspecto político, quanto no religioso, uma rede de sociabilidade sólida que ecoa traços de como a política acontecia na época, Correa (2016, p. 270) salienta que “O engajamento e a função social parecem ser critérios definidores das possibilidades do estabelecimento de tipologias dos intelectuais enquanto grupo social”, desse modo, através dos favores entre esses sujeitos eles assumem uma função social, movimentam a cena, perpetuando suas posições sociais e profissionais. Percebemos ainda que os amigos de infância não tratavam o Deputado Ruy Carneiro da mesma forma que antes, mas, o professor Loureiro se dirige diretamente a ele, continua:

[...] Procurei o Dr. José Américo que se promptificou a ajudar-me. Succede, entretanto, que o actual Ministro da Educação, muito político, so atende às solicitações dos governadores dos Estados e o seu amigo Argemiro já indicou um condidato para fiscal do Collegio da Immaculada Conceição.

Deante do pedido do governador nada é possível fazer, salvo se o Dr. José Américo resolvesse falar pessoalmente ao Presidente da República o que não acredito, queira ele fazer.

Infelizmente você appellou para mim num caso que depende da influencia do governador do Estado. Quero apenas que V. não veja no insucesso da sua pretensão descaso meu. Todos os casos que dependem do Sr. Argemiro, a minha intervenção será profundamente prejudicial. [...] Espero que noutra ocasião tenha eu o prazer de lhe ser útil. Do seu am^o Ruy (assinatura a punho). (Correspondência do então Deputado Rui Carneiro, datada de 1937, encontrada no Acervo do CAD).

O representante político paraibano ocupou as cadeiras de deputado, interventor e senador, exercia forte influência política por todo Estado entre os anos de 1935 a 1977. No

trecho da carta acima, em seus escritos são confessados desafetos políticos entre ele e o Governador Argemiro de Figueiredo, ambos amigos declarados do Professor Loureiro. Entendemos que esses círculos sociais compostos por intelectuais participaram ativamente das mudanças educacionais com engajamentos e compromissos com a causa, e dos contextos políticos do mesmo modo:

[...] aquilo que distingue um do outro é precisamente a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos politicamente relevantes, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar no contexto político. (BOBBIO, 1997, p. 72 *apud* CORREA, 2016, p.271).

Desse modo, nos faz questionar os motivos que levaram o professor a solicitar tal cargo ao Deputado, e não a Argemiro, já que mantinha uma assídua troca de favores com ele. Finaliza a carta se dispondo a ajudar em outros momentos e pede que o professor Severino Loureiro não interprete insucesso como falta de boa vontade. Costa (*et al.*, 2013) constata que “As cartas trocadas por intelectuais desse período revelam os grupos sociais em que esses sujeitos transitavam e nos auxiliam a pensar que suas trajetórias não estavam condicionadas apenas pelas relações estabelecidas nos espaços públicos” (COSTA *et al.* 2013, p. 58), a correspondência que analisamos aqui ratifica essa ideia, existia para além dos contextos públicos, uma rede de coleguismos e afinidades, permeada pelos desafetos e rupturas, negativas e insucessos.

Uma outra forte aliança na trajetória intelectual e profissional do professor Loureiro é seu vínculo com membros religiosos, como já mencionado. Em correspondência, lemos sua colaboração com D. José, membro da Diocese de Campina Grande, o mesmo padre que o ajudou quando foi exonerado do seu cargo público em 1930 em Princesa Isabel. Em seus escritos está marcada sua gratidão e reconhecimento a D. José, seu amigo de longas datas,

Caríssimo D. José

Hoje estou lhe mandando, um cheque visado pelo Banco do Brasil de onze mil cruzeiros, que resultou da Campanha que fiz para comprar os seus livros. Supôs que fosse pesada esta Nova tarefa como, dizia a carta que a poucos dias escrevi, o êxito foi pleno. O que eu percebi com contentamento muitas fisionomias transparentes porque sentiram-se bem ajudando-o a divulgar a santa doutrina da IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA, que sendo, como é Mistério de Deus, porque sendo como somos pertencendo a esta mesma igreja que é Corpo Místico de Jesus e tem de certo o seu lugar na unidade da humanidade com Deus que é o tema principal do seu trabalho. Receio que fosse pesada tarefa última que me deu, mas tudo que eu faça por D. José é pouco pelo Tudo que me deu na hora “H”, da minha situação de demitido a bem do serviço público embora a demissão fosse ilegal, só um

amigo se apresentou, D. José jovem Vigário de 27 anos já não temia qualquer tempestade que os fanáticos de João Pessoa desencadeassem sobre mim. (Professor Severino Loureiro, em carta no ano de 1978- Acervo CAD).

Primeiro confessa que achava difícil a tarefa que tinha sido confiada a ele, depois, assim como em muitos dos seus discursos e pronunciamentos, se refere a Deus e a Igreja Católica, já fixado como um traço de sua forma de expressão e identidade. Segue falando sobre sua amizade e o motivo de sua gratidão, recordando do apoio que recebeu de D. José, que não temeu as forças políticas em 1930 e o ajudou.

A ação de fazer uma campanha para arrecadar dinheiro em prol da Igreja Católica, em função da compra de livros que ajudassem “*a divulgar a santa doutrina*” revela traços de um cristão missionário, que devolve a Igreja em ações os diversos investimentos que ela fez na sua formação e na conquista dos seus passos profissionais, continua

A Vitória foi nossa; D. José prega espontaneamente a palavra do senhor em todo canto do Brasil; eu vivo do contentamento da manifestação do bem querer que recebo de professores que trabalharam nestes 57 anos de ensino e a estima de inumeráveis alunos em toda essa Paraíba; tudo fiz para como leigo participante do apostolado da Igreja pela felicidade daqueles a quem servi enfim tudo feito pelo Brasil, executando a legenda que consta do lábaro que nossos alunos seguem. (Professor Severino Loureiro, em carta no ano de 1978- Acervo CAD).

Na vitória a que se refere, parte é relacionada ao contexto político conturbado que atravessaram durante a Era Vargas, e por outra vertente, se alude ao sucesso que adquiriram nas funções que desempenhavam socialmente, um pregando a palavra de Deus, e o outro disseminando conhecimento por meio da escola. Existe nas cartas o registro de momentos e contextos históricos e de uma amizade que se fortaleceu com o passar dos anos, o que nos faz compreender que

[...] os paradoxos das cartas são correlatos dos modos de produção de subjetividade do indivíduo moderno. Nesse sentido, elas são fontes fecundas para problematizarmos a produção de subjetividades nas sociedades intimistas e para apontarmos a fragilidade do eu moderno dotado de coerência e unidade. Além disso, a gramática da escrita epistolar e sua peculiaridade permitem capturar instantes fugidos, processos de metamorfose pessoal, momentos em que é possível visualizar vetores que conjugam simultaneamente momentos de desprendimentos de si e autoelaboração, que são realizados no espaço intersubjetivo da escrita epistolar e da amizade (IONTA, 2011, p.94).

Como menciona Ionta (2011, p. 94) “*a gramática da escrita epistolar e sua peculiaridade permitem capturar instantes fugidos, processos de metamorfose pessoal*”, nas

cartas que encontramos entre o professor e D. José, conseguimos capturar o amadurecimento de ambos, tanto profissionalmente, quanto nos favores e trocas em prol da amizade, da Igreja e da educação, salientamos ainda que “O arquivo e os documentos se fabricam, tanto quanto às narrativas que deles se utilizam” (ALBUQUERQUE Jr. 2013, p. 25). A respeito de atitudes relacionadas a questões sociais, o Professor Loureiro recordou dos tempos em que comprou o CAD, o jornalista Roberto Dinoá em seu livro afirma:

Ele fez questão de frisar que ao comprar o colégio, manteve o mesmo quadro de professores e funcionários, não demitindo ninguém. O prédio era uma construção modesta doado pela prefeitura ao Tenente Alfredo e não apresentava características de um colégio [...], foi o professor Loureiro que reformou o prédio, dando-lhe uma unidade arquitetônica de estabelecimento de ensino. Isto se passou no ano de 1950. (DINOÁ, 1993, p. 262).

Como mencionado, cinco anos após comprar o CAD, houve a primeira reforma no prédio, na tentativa de modelar o espaço do educandário aos moldes de um estabelecimento de ensino. A preocupação do Professor Severino Loureiro em manter o mesmo quadro de funcionários e professores merece ser pensada, a atitude dele demonstra compromisso com esses sujeitos. Para a referida reforma, encontramos novamente traços de sua relação com os membros da Igreja Católica

Documento Declaratório

Por este instrumento declaratório por mim e por minha mulher assinado, confesso que o Colégio “Alfrêdo Dantas” para satisfazer compromissos imediatos assumidos para promover a sua reforma, é devedor à Paróquia de N. Senhora da Conceição de Campina Grande a importância de CR\$ 109.000,00 (cento e nove mil cruzeiros), sendo que CR\$ 88.000,00 são do patrimônio da Paróquia e CR\$ 21.000,00 pertencem ao Senhor Vigário Monsenhor Severino Mariano de Aguiar.

Dou como garantia deste empréstimo, todas as benfeitorias realizadas no Colégio; e, enquanto não satisfizer o débito contraído, proponho-me, voluntariamente, pagar 15% de juros ao ano, como contribuição para constituir o patrimônio da Paróquia.

Campina Grande, 21 de agosto de 1950;

Severino Lopez Loureiro.

Alcide Cartaxo Loureiro. (Acervo CAD).

O documento acima declara o auxílio da Paróquia de N. Senhora da Conceição de Campina Grande e do Vigário Monsenhor Severino Mariano em prol das reformas do CAD em 1950. O Professor firma o compromisso de pagar anualmente 15% de juros para a Paróquia, e destaca que tal atitude é voluntária. Não é a primeira vez que a Igreja Católica aparece nos documentos fazendo empréstimos para os avanços do Colégio Alfredo Dantas ou para vida profissional do dono da instituição. Na compra da instituição, a Paróquia também auxiliou o

Professor Loureiro emprestando dinheiro, fato mencionado em conversa com o atual gestor da instituição, o Professor Paulo Loureiro. Esses intelectuais abarcavam causas, tomavam o lugar de atores dentro da sociedade, aponta Sirinelli (2003):

As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.” (SIRINELLI, 2003, p. 252-253 apud CORREA, 2016, p.275).

Sendo assim, seja pela via política ou pela via religiosa, tivemos contato com a história e trajetória de um homem que utilizou das suas amizades e dos seus contatos para se construir intelectual e profissionalmente, um “microcosmo intelectual particular” como caracteriza Sirinelli (2003) na citação acima, ajudando e sendo ajudado, compondo alianças que o tornaram referencial na educação e colocaram o CAD em lugar de destaque na sociedade campinense.

Quando entramos no arquivo, nos deparamos com um móvel de madeira, na mesma sala em que o Professor Loureiro foi diretor desde que assumiu o colégio, a sala que ele estava quando tiraram a fotografia que inaugura este capítulo, o móvel composto por muitas gavetas, nomeadas pelas descrições das gestões e anos respectivos. Na gaveta do Professor Loureiro, tinha uma pasta com suas correspondências, contratos, promissórias; declarações, organizadas e conservadas, como se ele tivesse se arquivado, datando e guardando cada contato feito durante toda a sua vida dentro daquela sala, sentado naquela cadeira, e essa história tivesse ficado esperando para ser contada.

Seja nas correspondências com seus amigos padres ou com os políticos, uma ajuda mútua coexistia. Mas não podemos passar despercebidos, quanto ao caráter das amizades que foram construídas nestas cenas, amizades por interesse foram formadas e funcionaram como artifício para o melhor desempenho da Gestão de Severino Loureiro e para o crescimento do Colégio Alfredo Dantas.

No nosso último capítulo, adentramos nos percalços da Ditadura Militar (1964) para entendermos como ela foi sendo agenciada dentro e fora dos muros do Colégio Alfredo Dantas. Perpassando as memórias docentes e discentes, os discursos e atos ditatoriais, com toques de sensibilidades e representações.

CAPÍTULO III

A DITADURA MILITAR, A CULTURA ESCOLAR E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CAD



(Fonte: Acervo do CAD, s/d).

O documento imagético carrega o poder de nos transportar para uma determinada ocasião, é o que faz a imagem que abre nosso terceiro capítulo, que como uma fenda no passado nos leva a imaginar o que se passou naquele dia. Duas jovens, em um desfile de 7 de setembro, segurando um cartaz “*Se os homens se unirem, seremos o amanhã*”, um dos princípios da Ditadura Militar estampado e carregado pela juventude. O desfile acontecia na principal avenida da cidade de Campina Grande, a Avenida Marechal Floriano Peixoto⁶⁶, e era um dia ensolarado onde homens, mulheres e crianças olhavam atentamente para as jovens desfilando, marchando tal qual soldados, representando a nação e seus respectivos educandários.

Vestidas com a bandeira do Brasil, cabelos curtos e presos, rostos com feições sérias, rodeadas por outros colegas e professores, seus familiares nas calçadas laterais, os sons das bandas marciais, uma sinfonia, a mescla entre o som dos pés em marcha e os trompetes, o suor descendo no rosto, e, sobretudo, o sentimento de orgulho e pertencimento, estavam a serviço da pátria e consequentemente, dos militares.

A Ditadura Militar atravessa nossa temporalidade (1945- 1975), afetando a vida dos alunos e professores do Colégio Alfredo Dantas, assim como fez em todo o Brasil. Desse modo, propomos nesse terceiro capítulo a compreensão do cenário nacional militar e as experiências escolares que ele gestou no cotidiano de docentes e discentes do CAD.

A frase ostentada pelas duas meninas, alunas do CAD, não é simples, “*se os homens se unirem*”, mas se fazia a condição para que a juventude cresça e tenha futuro. O período da Ditadura Militar colocou muita esperança na juventude, apostava nela como o futuro de uma grande nação em desenvolvimento. Essa frase que penetra na memória coletiva, nos leva a assimilar que “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 2).

Esta memória rodeia as narrativas por ter afetado toda uma geração de jovens e adultos, que foram atingidos pelos discursos de controle e poder. Corpos fabricados, disciplinados, quietos, em silêncio, penetrados por uma atmosfera ditatorial que estava a serviço da pátria. Na cidade em dias comuns os militares se faziam presente nas praças, cinema, esquinas, uma constante vigilância. Não se podia falar sobre tudo, nem expressar grandes gestos,

Havia soldados na frente do correio, sempre tinha, na rua Maciel Pinheiro também tinham soldados indo e vindo, a rua Maciel Pinheiro era ponto de encontro de jovens e os soldados fazendo ronda nas calçadas. E a gente

⁶⁶ Recebe essa nomenclatura em homenagem a Floriano Vieira Peixoto (1839- 1895), militar e político brasileiro, o segundo Presidente do Brasil.

começou a comentar sobre isso, e no colégio a gente começa a perguntar também, e a gente perguntava aos professores que a gente tinha mais confiança, por exemplo, o professor de geografia (Entrevista - Maria Goretti, 2022).

Maria Goretti mencionou em sua narrativa que ela e seus colegas perguntavam sobre os acontecimentos políticos a alguns professores, citando o professor de Geografia como um desses, de confiança, pois ele se apresentava aberto para essas discussões, em um momento em que era censurado o diálogo aberto sobre as atitudes dos militares no Governo. A aluna não conseguiu recordar o nome do professor.

Campina Grande estava repleta de soldados em suas esquinas, era a nova ordem. Viver dentro dessa realidade era a única saída, esses jovens foram naturalizando essas presenças em seus pontos de encontro, como menciona Maria Goretti, ex-aluna do CAD que viveu sua juventude dentro desse contexto. Nos governos de prefeitos que atuaram durante o nosso recorte existiu uma série de oscilações como mostra a tabela 10, principalmente no ano de 1969, após a instauração do Ato-Institucional n° 5⁶⁷ (AI-5), no dia 13 de dezembro de 1968:

Tabela 10:Quadro de prefeitos em Campina Grande entre os anos de 1964 e 1977

PREFEITO	PARTIDO	INÍCIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO	FORMA DE MANDATO
João Jerônimo da Costa	UDN	15 de junho de 1964	30 de novembro de 1964	Presidente da Câmara
Williams de Souza Arruda	ARENA	30 de novembro de 1964	31 de janeiro de 1969	Vice-prefeito eleito no cargo de titular
Ronaldo Cunha Lima	MDB	31 de janeiro de 1969	14 de março de 1969	Prefeito eleito
Orlando Almeida	ARENA	14 de março de 1969	14 de maio de 1969	Prefeito nomeado
Manoel Paz de Lima	ARENA	14 de maio de 1969	15 de julho de 1970	Prefeito nomeado
Luiz Motta Filho	ARENA	15 de julho de 1970	31 de janeiro de 1973	Prefeito nomeado
Evaldo Cavalcanti da Cruz	ARENA	31 de janeiro de 1973	31 de janeiro de 1977	Prefeito eleito em sufrágio universal

Fonte: https://www.wikifox.org/pt/wiki/Jo%C3%A3o_Louren%C3%A7o_Porto

⁶⁷ BRASIL. Ato Complementar n° 5, 1968. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/destaques/ato-institucional-no-5>.

“O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância” (SCHWARCZ, 2015, p.455), nesse sentido, três prefeitos foram nomeados entre 1969 e 1973, todos pertencentes ao partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), uma das criações decorrentes de outros Atos Institucionais.

Observamos na Tabela 8 não só os efeitos do Ato-Institucional nº 5, mais também os desdobramentos dos Atos institucionais 2⁶⁸ e 4⁶⁹ e a criação do bipartidarismo. No contexto da Ditadura Militar cerca de treze partidos foram extintos por decreto do AI-2 e foram criados apenas dois partidos o ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por decreto do AI-4.

Em sua constituição o ARENA ia de encontro com os traços conservadores do militarismo, foi um partido pensado com a finalidade de dar apoio político à Ditadura e tinha maior representação nas cadeiras dos governos. Em contrapartida, o MDB era um partido que abrigava os opositores a Ditadura, e é perceptível sua quase nula participação nos governos para prefeito em Campina Grande, dentro do nosso recorte, como mostra a tabela.

Mas, não foi apenas nas gestões de prefeito que isso ocorreu, quando pesquisamos sobre os governadores do estado da Paraíba identificamos que durante todos os anos da Ditadura Militar os governos eram provenientes da Aliança Renovadora Nacional, como mostra a Tabela 11:

Tabela 11: Quadro de governadores da Paraíba entre os anos de 1961 e 1978

GOVERNADOR	PARTIDO	ÍNICIO DO MANDATO	FIM DO MANDATO	FORMA DE MANDATO
Pedro Gondim	Partido Democrata Cristão PDC	31 de janeiro de 1961	31 de janeiro de 1966	Governador eleito
João Agripino Maia	Aliança Renovadora Nacional ARENA	31 de janeiro de 1966	15 de março de 1971	Governador eleito
Ernâni Sátiro	Aliança Renovadora Nacional	15 de março de 1971	15 de março de 1975	Governador eleito pela Assembleia Legislativa

⁶⁸ BRASIL. Ato Complementar nº 4. Planalto, Brasília, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-004-65.htm>

⁶⁹ BRASIL. Ato Institucional nº 2. Planalto, Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm>

	ARENA			
Ivan Bichara	Aliança Renovadora Nacional ARENA	15 de março de 1975	14 de agosto de 1978	Governador eleito pela Assembleia Legislativa

Fonte: https://www.wikizero.com/pt/Governador_da_Para%C3%ADba. Acesso: 9 out. 2022.

Inferimos que o ARENA tinha uma forte influência política no Nordeste, e consequentemente os governadores paraibanos foram em sua totalidade eleitos por meio desse partido político. Desse modo, desde as instâncias locais até as nacionais existia a presença de representantes conservadores e/ou militares. Para Shwarcz (2015),

A área sensível do novo sistema político estava localizada no controle, pelas Forças Armadas, da Presidência da República. Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e cinco generais do Exército se alternaram no comando do Executivo – Castello Branco (1964-67, Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85) (SCHWARCZ, 2015, p.449).

Os presidentes que governavam o Brasil em nosso recorte são os três primeiros, Castello Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69) e Garrastazu Médici (1969-74). Cada um deles sendo responsáveis por aprofundar e enraizar em diferentes âmbitos e linguagens os ideais militares. Castello Branco moldou o AI-5,

[...] que suspendeu, definitivamente, todos os direitos civis e políticos, como, por exemplo, o hábeas corpus deixando as pessoas completamente desprotegidas de eventuais agressões físicas, como as torturas e prisões, tudo em nome da Segurança Nacional como justificavam os militares (MENDES, 2009, p. 7).

O AI-5, como mencionado acima, foi responsável por deixar as pessoas à mercê das agressões e torturas físicas dos militares. Castello Branco foi o responsável por desenhar como a Ditadura Militar violaria os corpos das pessoas que se colocavam contra sua ideologia. A máquina de reprimir dos militares só ganhava mais força e sofisticação.

O seu sucessor, Artur Costa e Silva, o segundo presidente do contexto ditatorial, apresentou medidas desenvolvimentistas, dentre estas o incentivo à indústria nacional que foi subsidiado por benefícios fiscais, assim acarretando o chamado “milagre econômico” entre

1968 e 1973, além disso, nos anos finais do seu governo a repressão, as torturas e agressões foram intensificadas, a historiografia afirma que no seu governo se iniciou os “Anos de Chumbo”.

Os Anos de Chumbo correspondem ao alargamento das práticas de repressão dos militares com a população que se posicionava contra a Ditadura Militar, as práticas de tortura se instauraram nos quartéis; abusos, violências e sequestros se intensificaram e com o governo seguinte a ferocidade da Ditadura veio a aumentar.

Nos idos de 1969, a saúde de Costa e Silva dava sinais de que ele precisava se afastar do cargo da presidência. No seu lugar foi posto Emílio Garrastazu Médici, o auge das atrocidades do governo militar é em seu comando. Os militares ganharam o aval de Médice para executar torturas e assassinatos nos meios de controle social, como delegacias e presídios, muitos representantes da luta contra a Ditadura Militar sumiram, morreram, foram sequestrados; torturados e enfim, silenciados.

Médici foi o responsável por reprimir órgãos da imprensa, o que censurava as denúncias e queixas a respeito das atrocidades promovidas pelos militares que se espalhavam por todo o país. Assim como utilizaram a educação como ferramenta de difusão das ideologias militaristas, com a imprensa não foi diferente, houve uma massiva difusão de propagandas positivas a respeito do governo, e uma famosa campanha publicitária entrava em vigor, “Brasil, ame ou deixe-o”, uma frase tão pequena e que carregava tanto poder no discurso. Era uma ordem de expulsão para aqueles que não estavam satisfeitos com o que estava em vigor.

A partir de tal contexto, inferimos em nossa pesquisa que a educação era uma das portas de entrada no mundo social, a partir das redes de sociabilidade e experiências escolares, local onde se lapida a identidade e se fabrica modos de representação. O contexto educacional brasileiro em 1963, um ano antes da instauração da Ditadura Militar, se encontrava precário, e mais da metade da densidade populacional era analfabeta, como constatamos nas tabelas trazidas anteriormente⁷⁰.

Uma série de políticas públicas foram implementadas, a implementação da LDB de 1961 e 1971, as investidas na educação, novas práticas e disciplinas curriculares, em busca de melhorar esse contexto, tendo em vista a necessidade de uma boa educação para o progresso da nação. Era essa a premissa, mas a decadência na educação veio a partir das interferências dos militares nas salas de aula, no currículo e nas formas de disciplinarização. O motivo estava evidente:

⁷⁰ Consulte a Tabela 6, da página 48.

Os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cuja forma de veiculá-los é tida como mais relevantes que os próprios conteúdos, e a hierarquização e o parcelamento do processo pedagógico constituem-se em formas de controle da produção e divulgação do saber que se processa na escola e, enquanto tais, de controle social mais amplo. Sob esta ótica, o aumento do acesso à escola, ou até mesmo dos anos de escolaridade [...] torna-se amplamente funcional e produtivo para a estabilidade do sistema social em geral (FRIGOTTO, 1989, p. 170).

Os jovens dentro da escola eram mais úteis no empreendimento da Ditadura Militar, como menciona Frigotto (1989). Desse modo, com a emergência da Ditadura nos idos de 1964, os âmbitos escolares sofreram forte influência dos moldes militares em suas diretrizes. Por ditadura interpretamos, assim, de forma pontual que é:

[...] uma forma de governo. Como tal, é sempre um conceito relacionado à própria ideia de Estado. Além disso, a noção mais comum de ditadura no Ocidente está, paradoxalmente, bastante relacionada à ideia de democracia. Nessa perspectiva, a ditadura existe por oposição à democracia (SILVA e SILVA, 2009, p. 105)

Desse modo, a Ditadura por vir em oposição à democracia, surgiu com propósitos que fogem das concepções de liberdade de expressão, individualidade e participação popular de forma aberta e direta. Ela governa a partir de regras em prol de uma unidade nacional, cercando a sociedade com discursos que a aprisionam, como Foucault (2014) afirma

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 8-9).

Esses discursos são procedimentos de dominação. Na educação, através do Colégio Alfredo Dantas, das documentações encaixotadas em seu arquivo, conseguimos identificar esses discursos da Ditadura e seus mecanismos de controle nas fotografias, nas narrativas dos seus alunos e professores, nos signos que se fixaram na memória desses sujeitos. Afinal, houve um processo de hegemonia ideológica muito forte, que concretizou uma conscientização alienante nos sujeitos.

Na formação educacional brasileira, a educação básica foi profundamente afetada pelas diretrizes do governo militar, como ratifica Boutin e Camargo (2015, p. 5854) “Foi através da educação que o governo difundiu seus ideais e valores, reafirmando o capitalismo como um

modelo ideal, capaz de levar o país ao progresso e a prosperidade econômica”. Dentro da cultura escolar do Colégio Alfredo Dantas inferimos tais princípios nos fardamentos, nos currículos, no autogoverno dos professores, na fabricação de corpos disciplinados, na vigilância dentro e no entorno do educandário, nas discussões e debates que fortaleciam a ideologia militarista dentro do Grêmio Estudantil, criado em homenagem ao primeiro presidente da Ditadura, Castello Branco.

Mas, não para nesse ponto, esse contexto transformou a vida desses alunos, não momentaneamente, ao contrário disso, são interferências que acompanharam a construção de suas identidades, práticas educativas que se naturalizaram no modo de ensinar da professora Cleonice, por exemplo, que conheceremos melhor ao longo desse capítulo. Uma ex-aluna da instituição, que retornou em meio ao contexto ditatorial e em sua narrativa conseguimos interpretar o autogoverno, a constante vigilância do ser professor em uma época de censura.

A partir de sua influência, as escolas foram concebendo culturas escolares que afirmavam as concepções militares. Duas medidas principais foram implementadas dentro das escolas no contexto da Ditadura Militar, a saber: a primeira foi a formação de jovens para mão de obra, com políticas educacionais que incentivavam os alunos a cursarem cursos técnicos, característica que encontramos e analisamos no CAD; e a difusão de discursos que favoreciam e enalteciam a ditadura, bem como a imposição de padrões e comportamentos regradados e obedientes, um outro aspecto também encontrado nos documentos da instituição. Torna-se necessário que observemos que:

A educação, nesse sentido, foi inserida como uma artimanha utilizada pelo governo militar, que serviu, tanto para manter as mentes disciplinadas conforme preconizava a ideologia da classe dominante, quanto para a formação de uma grande massa de mão de obra qualificada que contribuíram para a ascensão econômica e prosperidade do sistema capitalista (BOUTIN e CAMARGO, 2015, p. 5855).

A partir de tal discussão, alcançamos as intenções do Estado Ditatorial, a saber: o cultivo de mentes disciplinadas, corpos dóceis e mão de obra qualificada. Compreendemos a importância dos estudos que trabalham com a memória através da oralidade, para assim, conceber como essas intenções foram recepcionadas e interpretadas pelos sujeitos, e como as mudanças nos currículos e nas práticas educativas da época reverberam na identidade da sociedade brasileira, e em nosso caso, na identidade dos campinenses.

A disciplina na Ditadura Militar era uma de suas marcas, dentro da CAD constatamos a forma com que os alunos eram ensinados a se comportar, vestir, falar. Seja nas disciplinas

curriculares, que exaltavam a bandeira e os moldes de uma família feliz e conservadora em prol da pátria, seja a partir do medo de perder a bolsa de estudos, dos pais serem chamados na instituição, no receio de debater tendências políticas divergentes da que estava em ordem. Afinal, era uma Ditadura, e nesse tipo de governo, a liberdade de expressão, o livre-arbítrio, os direitos humanos, as subjetividades, o direito de pensar diferente, foram/são engolidos junto com a democracia.

Sob a égide da doutrina da segurança o estado militar baseava-se no desenvolvimento econômico do país, para isso houve a necessidade em investir na Escola, essa seria uma das instituições responsáveis por doutrinar os cidadãos de acordo com os objetivos do governo. Durante o final da década de 1960, início da década de 1970 os governos militares realizaram reformas educacionais visando de uma forma geral “combater o comunismo” (PAVIANI, 2014, p. 2).

“Combater o comunismo”, essa intenção ditatorial contribuiu para a repressão de vidas inocentes, doutrinou a juventude, recriminou atitudes como correr e falar alto, instituiu a pedagogia do medo. O comunismo no Brasil, nesse contexto, não era uma ameaça para o sistema, foi apenas utilizado como justificava para as atrocidades dos militares. A corrente ideológica comunista se caracteriza por ser de cunha esquerdista, preza por valores comunitários, apoia as lutas das minorias e seus principais representantes são os proletários que lutam por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. É uma concepção que vem contra o capitalismo e suas formas de controle e desigualdade social.

Destarte, a escola atuava ideologicamente através do currículo recheado por disciplinas e interações para a naturalização da presença militar inserida na educação. Dentro do arquivo escolar do CAD o fardamento dos anos 1960 nos chamou atenção, por sua cor, tecido, símbolos e composição:

Figura 8: Fardamento do CAD

Fonte: Arquivo escolar CAD.

Por meio dessa imagem é possível exercitar a imaginação, ver alunos enfileirados, cantando o hino nacional, vestidos com esse traje com rigor militar. Não é possível negar a semelhança entre o fardamento do Colégio Alfredo Dantas e as vestimentas do exército. A cor, os botões, vários bolsos, o tecido grosso. O que tudo isso representa? Crescer dentro do contexto ditatorial? É uma cena envolta por modos e gestos controlados, corpos amedrontados e úteis para o trabalho, possivelmente moldados numa identidade subordinada. Formas de ser e sentir silenciadas, com isso, partimos para a importância das narrativas dos alunos e de uma professora desse contexto em nossa pesquisa:

A memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 5).

A memória é a inscrição do passado, ela nos lança em contextos históricos, Le Goff (1994) ratifica que “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477). Nesse sentido, as próximas páginas irão ser constituídas pelas memórias dos ex-alunos e alunas, e de uma professora do educandário, através das sensibilidades, dos afetos, dos gestos e dos silenciamentos, que agora surgem nas narrativas e compõem a história que propomos contar.

Os traços que pretendemos analisar são uma mistura de sensibilidade e recordação. As memórias que nossos colaboradores narraram, acabam nos transportando para dentro dos muros da escola, para os corredores e salas de aula. Não podemos perder de vista que “é preciso pensar a concepção material das escolas como produto de seu tempo, e também como intersecção de discursos arquitetônicos, pedagógicos e históricos” (GRIMALDI e ALMEIDA, 2020, p. 4).

Estudar as narrativas de memórias desses discentes e dessa docente durante suas trajetórias no Colégio Alfredo Dantas, nos permite entender os percursos da Ditadura, e como essa foi sendo introduzida, como também, o que esse movimento representa para a sociedade de Campina Grande-Paraíba, “a história está se transformando em *histórias*, histórias parciais e plurais, até mesmo sob o aspecto da cronologia” (POLLAK, 1992, p. 10).

Período que movimenta toda a sociedade. Maltrata, cala, esconde; interrompe, sequestra, deturpa, censura. E dentro dos espaços educativos as formas de disseminar estavam atreladas ao cotidiano escolar, dentro das salas de aula, nos olhares vigilantes nos corredores, nas indumentárias, nas disciplinas com cunho ideológico, na cultura escolar, salientando que

Para entender as escolas, para compreender e interpretar o que ocorreu e ocorre entre seus muros, bem como a cultura que nela se inventou e recriou, é necessário inserir-se, obrigatoriamente, na vida cotidiana das instituições, mergulhar na observação sistemática do que se passa realmente dentro dos espaços que denominamos salas de aula e elementos que estruturam o cenário no qual se pratica a educação formal e não formal (BENITO, 2017, p. 35).

Para tanto, mergulhamos na memória, junto aos registros da época, aos afetos e às sensibilidades, na tentativa de apreender como o CAD foi submerso na Ditadura Militar, como sua cultura escolar foi atingida e quais as marcas que esse período deixou na trajetória de vida dos seus antigos alunos e professores.

Bem como, o processo de recepção das mudanças curriculares, dos fardamentos, as mesclas das disciplinas de humanas com Moral e Cívica, e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) fazem parte do repertório que permeia nosso estudo. Os moldes da sociedade

vão sendo interpostos por uma conjuntura repressora, que marcou a construção e o desenvolvimento dos sujeitos e que motivam nossa pesquisa.

Quais os sentidos que tais influências expressam nos sujeitos e como esses se moldam e acompanham essas mudanças nas práticas educativas? São questões que propomos discutir a partir da oralidade em nosso estudo, compreendendo que:

Escrever sobre memória é ter em mente que ela é uma capacidade humana que permite ter consciência da passagem do tempo, retendo e evocando fatos, experiências, propiciando um meio para a busca de respostas sobre a origem de um indivíduo ou de uma coletividade. Pela memória, fatos, eventos e lembranças são adquiridos, esquecidos, celebrados e deturpados. Assim, a defesa ao direito à memória seria, antes de tudo, a defesa ao direito à identidade e à História, ao passado constituinte de cada povo, região, de cada pessoa (SALES, 2015, p. 158).

Sendo assim, as memórias nos dão esse inserir-se no cotidiano escolar, em episódios sensíveis, em momentos marcados pelos ares da Ditadura, e nos ajudam a remontar as práticas educativas e a cultura escolar do CAD. Essas memórias, que aparecem sutilmente ao longo dos capítulos anteriores, ganham folego e espaço neste capítulo.

3.1 Memórias estudantis: “Ela tinha tentáculos na educação”⁷¹

A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” (Verena Alberti, 2021, p. 155).

Alberti (2021), na epígrafe acima, descreve em apenas duas linhas o que a história oral nos permite ter acesso quando abrimos as portas das memórias. Nesse momento da nossa pesquisa, entramos em contato com as histórias dos alunos do Colégio Alfredo Dantas que estudaram no educandário em nosso recorte temporal (1945- 1975), memórias guardadas em suas histórias de vida, privadas, particulares.

Essas vozes carregadas de particularidades nos localizam dentro de uma rede de detalhes, histórias que se encaixam como se montássemos um quebra-cabeças. “Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos; elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária” (PORTELLI, 1997, p. 31).

⁷¹ O título deste tópico “Ela tinha tentáculos na educação” é parte da fala de um dos ex-alunos que foram entrevistados em nossa pesquisa, tal frase se refere a presença da Ditadura Militar dentro da educação, pertinente com o que pretendemos discutir nesse momento no que toca as intenções desse contexto a partir do universo educacional.

A vida diária e sua pertença também ao cotidiano na escola, ela tem muito a nos dizer, significados que se entrelaçam com a vida dos personagens e fazem o colégio ser mais que um lugar para aprender sobre disciplinas curriculares, torna-se extensão de casa, lugar de partilha, de afetos, construção de laços.

Em uma de nossas entrevistas conversamos a respeito de como eram as construções de relações e redes de sociabilidades com o ambiente escolar, tentando entender como se dava a educação do CAD e a sua cultura escola. A ex-aluna Geruza Ferreira, estudante nos anos 1960, nos respondeu com um sorriso tímido no canto da boca: *“Era uma relação muito boa, muito boa mesmo, era como se fosse assim, o colégio um prolongamento de minha casa”* (Entrevista - Geruza Ferreira, 2019).

A forma como Geruza se referiu ao colégio, como um prolongamento de sua casa, permite refletir sobre a importância dessa instituição em sua vida e na construção de sua identidade. Mesmo depois de mais de cinquenta anos longe do educandário, ela se recorda dessa sensação. Sabemos que *“a sensibilidade consegue, pela evocação ou pelo rememorar de uma sensação, reproduzir a experiência do vivido, reconfigurado pela presença do sentimento”* (PESAVENTO, 2007, p. 13). Nas entrevistas fazemos esse processo de evocação de memórias e rememoração de detalhes, sensações. Trabalhar com essas memórias lança luz às sensibilidades desses sujeitos, fazendo ressurgir junto com elas, os sentidos, os cheiros, os sons, os gostos e as cores.

Essa é a nossa proposta, atravessar o período da Ditadura Militar através de toques de sensibilidade, historicizar a vida dessas pessoas a partir de um contexto que dominou e controlou suas formas de existência. Mesmo os detalhes que parecem não ter importância, ganham novos significados, *“por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder”* (FOULCAULT, 2014, p. 9), em nosso caso, os discursos da Ditadura adentraram a vida desses estudantes, por isso tão caro é o movimento de desencaixotar tais lembranças.

Falar sobre um contexto tão duro, se torna mais leve quando utilizamos narrativas que transitam por diferentes sentidos e significações, *“o realmente importante é não ser a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”* (PORTELLI, 1997, p. 33). Para quantas pessoas o Colégio Alfredo Dantas foi base no campo profissional? Cleonice Agra do Ó foi aluna e professora do CAD, e nos confessou

Eu acho que posso dizer assim, foi a base da minha formação profissional. Lá eu aprendi a ser uma profissional. Os princípios éticos, morais, disciplinares,

humanos, que eu aprendi naquela escola, eu acho que até hoje norteiam a minha vida. (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

Ensinos que reverberaram na vida tanto profissional, quanto na vida privada, que nortearam a vida da ex-aluna. Narra com orgulho “*Ainda hoje eu me aproveito, eu lanço mão das coisas que aprendi naquele curso pedagógico, coisas muito práticas, muito uteis para vida. Às vezes eu me pego fazendo alguma coisa que eu aprendi lá.*” (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

Nas narrativas dos alunos, em sua maioria, recordam do CAD como um espaço que foi fundamental na construção de amizades, assim como na vida profissional, como vimos nos trechos acima, lugar que moldou a trajetória de vida dos seus discentes. “*O Colégio Alfredo Dantas foi o meu alicerce, que me deu a instrução básica, onde construí relacionamentos de amizades e até profissionais*” (Entrevista - Paulo Loureiro, 2022). O ex-aluno Paulo Loureiro até o presente momento de escrita dessa pesquisa é o atual diretor do Colégio Alfredo Dantas, mas, antes de ser membro da instituição enquanto profissional, ele estudou cerca de 10 anos no educandário. Recorda ele:

Efetivamente, o meu período escolar na educação básica e também na primeira graduação em Engenharia, na UFPB, ele foi desenvolvido na Ditadura Militar. Existiam vários aspectos que denotavam a ingerência do regime autoritário, notadamente, na minha lembrança, veio a reforma de 1971 que foi promovida nesse contexto. Eu cursava o equivalente ao 6º ano do fundamental, no contexto da Ditadura Militar, a presença seja ela institucional, quer seja ela operacional se materializou muito forte, com a criação da disciplina de Moral e Cívica, com o professor que foi indicado diretamente através de sugestão, pelo que me relatou minha Tia, uma sugestão impositiva, por parte do regime militar através do Comandante da 5ª Engenharia. (Entrevista - Paulo Loureiro, 2022).

Ingerência, autoritarismo, imposições. Em apenas um trecho da fala de Paulo Loureiro, identificamos três características evidentes da Ditadura Militar. Na sua narrativa observamos o conhecimento sobre as reformas educacionais de 1971, com a promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para a educação de todo o país, que se refere a presença de uma nova disciplina nos currículos, ‘Moral e Cívica’, que teve um professor⁷² indicado pelos órgãos militares para ministrá-la. A implementação curricular dessa disciplina, além das suas diretrizes, tinha como bases filosóficas

⁷² As memórias são lacunares, embora tenhamos buscado informações sobre o corpo docente da época, não tivemos êxito.

[...] a) a ação nas respectivas disciplinas de todos os titulares do magistério nacional, público ou privado, tendo em vista a formação da consciência cívica do aluno; b) a prática educativa da moral e do civismo nos estabelecimentos de ensino, através de todas as atividades escolares, inclusive quanto ao desenvolvimento de hábitos democráticos, movimentos de juventude, estudos de problemas brasileiros, atos cívicos, promoções extraclasse e orientação dos pais (PRADO, 2015, p. 92).

Existiam imposições dentro e fora do Colégio para a concretização das filosofias ideológicas do governo ditatorial, como constatamos na citação acima, a implementação de disciplinas como Moral e Cívica tinha como objetivo se entranhar no cotidiano da juventude dentro da escola. Continua Prado (2015)

A disciplina colocava em prática as instruções da Lei nº 5.700, de 1/9/1971, que aponta os símbolos nacionais e as ocasiões em que deveriam ser utilizados, além de tornar obrigatório, nas escolas públicas ou particulares, o hasteamento solene da Bandeira Nacional, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana, e o ensino do desenho e do significado da Bandeira Nacional, bem como do canto e da interpretação da letra do Hino Nacional (PRADO, 2015, p. 93).

Ainda sobre as imposições do governo ditatorial, Maria Goretti, uma outra estudante do CAD recorda sobre as formas de disciplinarização e controle dos corpos dos alunos em espaços públicos da cidade, como se refere *“aquilo não estava certo, de cercear nossos direitos”* e continua:

No segundo, terceiro ano ginásial, a gente começou a sentir (a atmosfera da Ditadura Militar), no meu grupo, os meninos e as meninas, sim, a gente já tinha uma ideia do que fosse, aquilo não era normal, aquilo não estava certo, de cercear nossos direitos. A gente não tinha o direito de ir e sair de determinados locais, a praça é pública, mas se quiséssemos ficar lá com a farda do colégio, não podia falar alto, não podia gritar, não podia empurrar, e até pra comer tinha que ser com disciplina. (Entrevista – Maria Goretti, 2022) – Grifo nosso.

Os sentimentos de imposição e opressão ecoam da fala de Goretti, a juventude não podia viver com liberdade e euforia, no lugar, foram sendo criados adolescentes com passos controlados, voz branda, amedrontados. Em nossa pesquisa, existe uma mistura de sentimentos e sensações. Ora adentramos em sentimentos que foram silenciados, construindo assim, afetos negativos a respeito do contexto, como no caso de Maria Goretti. Ora tivemos contato com sentimentos afetivos e de reconhecimento a respeito do CAD,

Eu acho que o Alfredo Dantas tem essa importância especial com relação a toda a minha trajetória, enquanto aluno e professor, exatamente pelo fato de eu ter sido aluno nos 60, nos anos 70 e ter voltado ao colégio nos anos 80 como professor. Então eu me senti como uma semente, eu fui colocado lá e eu fui evoluindo e fui crescendo e aquela semente foi virando um arbusto, uma árvore, eu retorno devolvendo através dos meus frutos aquilo que o colégio fez por mim, porque eu dei aula em outros colégios de Campina Grande, na época eu tinha o Colégio das Damas, o Colégio Pio XI, o Nesa, o CEPUC, [...], e o Alfredo Dantas foi o que teve essa importância especial, pelo fato de eu ter retornado, então eu acho que, para o próprio colégio é uma sensação de dever cumprido, ter colaborado na formação de uma pessoa que depois retorna para devolver um pouco daquilo que foi feito por ele lá. (Entrevista – Adoniran Ribeiro, 2019).

Em apenas um recorte, sentimos gratidão, reconhecimento e o desejo do retorno, para colaborar com a formação de outros alunos do Colégio Alfredo Dantas, como ele mesmo um dia havia ocupado este lugar. Constatamos traços de sensibilidade, como compreende Pesavento (2007, p.13-14) “A sensibilidade revela a presença do eu como agente e matriz das sensações e sentimentos. Ela começa no indivíduo que, pela reação do sentir, expõe o seu íntimo”. Para Adoniran o desejo de ser docente se concretizou, principalmente quando retorna ao Colégio Alfredo Dantas como docente da instituição. Como endossa Pesavento (2007, p. 14) “nesta medida, a leitura das sensibilidades é uma espécie de leitura da alma”.

Adentramos então, nas memórias desses sujeitos buscando os traços da ditadura dentro das práticas escolares, em sua cultura própria da escola, que foi absorvendo traços da cultura do contexto político, como explica Benito (2017), os movimentos ao redor da escola participam da construção de sua cultura:

Essa cultura escolar sedimenta práticas e discursos que se objetivam em tradições, gera hábitos de conduta nos sujeitos intervenientes, se estrutura em rituais estereotipados de curso prescrito e se simboliza em objetos materiais e em imagens com semântica que lhe conferem identidade. Tudo isso permite compreender essa cultura real da escola como uma construção social sobre a qual intervêm as outras esperas culturais: a acadêmica e a política (BENITO, 2017, p. 42).

Em nosso caso, a política foi a esfera cultural que se infiltrou dentro da educação, ora nas disciplinas com cunho militar, ora nos eventos e marcos de representação escolar, gerando hábitos de conduta nos sujeitos e tradições que atingem a construção identitária dos sujeitos. Destarte, voltamo-nos, então, para a participação juvenil em desfiles (em anexo fotografias), festividades e grêmios, e foi possível constatar que existia uma participação assídua dos alunos

nesses símbolos da comunidade escolar ativa, seja por vontade própria, seja por imposição da família ou da escola.

Os grêmios estudantis eram uma forma de organização colegiada, “O desejo por civilizar os jovens já dava seus primeiros passos, delimitando para a mocidade o exercício de atividades “nobres”, ligadas à arte e à leitura” (ANDRADE, 2014, p.153). Desde o início da história do Colégio Alfredo Dantas conseguimos identificar grêmios escolares, grupos compostos por discentes e docentes, promovendo o debate sobre temas diversos e defendendo os interesses dos alunos. Atribuindo ao grêmio as atividades de leitura e práticas culturais na comunidade escolar.

A composição de um grêmio estudantil pressupõe uma maior democratização na escola, dando oportunidade para os discentes se expressarem e se sentirem representados. Todavia, o aluno Paulo Loureiro, em entrevista, recorda do episódio de extinção do Grêmio Estudantil do CAD nos idos de 1974:

E posteriormente, a gente teve um episódio, um momento traumático, isso aproximadamente no ano de 1974, que eu fazia parte da diretoria do Grêmio Estudantil, eu fazia a 8^o série do primeiro grau, houve uma intervenção efetiva dos militares no Grêmio Estudantil que foi extinto, os colegas que faziam a presidência nessa época faziam intervenções culturais, e o Grêmio foi extinto por ordem dos militares, por conta de um suposto envolvimento de nós que fazíamos a diretoria do Grêmio com atividades digamos, como se chamava na época, subversivas. Isso denotava um período de muitos tentáculos da Ditadura Militar, ela tinha tentáculos na educação. (Entrevista - Paulo Loureiro, 2022).

Os tentáculos da Ditadura Militar na educação foram transformados em momentos traumáticos para os alunos do CAD, em especial, para Paulo Loureiro, que acompanhou a extinção do Grêmio Estudantil do qual fazia parte. Os não ditos de Paulo ficaram transparentes em suas feições, quando compreendida sua relação com a instituição. Neto do professor Severino Loureiro, reconhece a adesão do avô nos meandros da Ditadura Militar. Ao buscar registros dos grêmios estudantis, encontramos nos arquivos do Colégio Alfredo Dantas um que nos chamou atenção, que se intitulava “Grêmio Escolar Umberto Castello Branco”,

O general Castello Branco foi o primeiro de uma longa lista; todos entrando e saindo do poder em meio a fortes crises. O governo de Castello não tinha nada de moderado, serviu para institucionalizar as soluções discricionárias que limitaram as competências dos demais poderes e lançou as bases da estrutura de repressão que garantiu longevidade à ditadura (SCHWARCZ, 2015, p. 449).

Não conseguimos identificar qual a datação exata da fundação e permanência do Grêmio Escolar Umberto Castello Branco no Colégio Alfredo Dantas, mas está entre os anos 1970 e 1980. Na foto que segue, observamos a presença do Professor Severino Loureiro, cabelos grisalhos, roupas formais e o microfone em suas mãos, provavelmente em mais um dos seus discursos.

De 11 de abril de 1964 até 1967 Castello foi o presidente do nosso país, como menciona Schwarcz (2015), seus principais feitos foi a limitação dos outros poderes e as bases para a estrutura repressora que estendeu a ditadura por 19 anos. Na fotografia (figura 6), a seguir, há o registro de uma das reuniões cívicas que eram realizadas no grêmio escolar já mencionado.

Figura 9:Grêmio Escolar Umberto Castello Branco



Fonte: Arquivo CAD.

A existência desse grêmio certifica que de algum modo as correntes de pensamento e ideologia do Professor Loureiro se alinhavam com os da Ditadura Militar, vigente no Brasil na época. Os grêmios dentro do CAD sempre tiveram seus altos e baixos, como a extinção do antigo grêmio em 1974 outro precisaria ser criado, e desta vez dialogando com os princípios ditatoriais, que suponhamos, não dava abertura para todos os tipos de discussões, andava na linha das reuniões cívicas, sendo mais um meio de ferramenta disseminadora e controladora de corpos.

Um outro traço marcante nesse contexto, eram os desfiles cívicos-estudantis. Em uma abertura do Jornal da Borborema do ano de 1964, constatamos a participação de 600 alunos do CAD no desfile, segue a manchete de jornal:

Campina vibrou com grande parada estudantil militar

OS DESFILES

O desfile teve início precisamente às 8,45 horas após haver o prefeito João Jeronimo da Costa, em companhia do coronel Otávio Ferreira Queiroz, comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, passado em revista as tropas formadas. O escoamento dos colégios e corpos de tropas ocorreu pela rua presidente João Pessoa e avenida Marquês do Herval, onde estava instalado o palanque oficial. Por ordem de apresentação desfilaram os seguintes colégios: Instituto Jeronimo Gueiros (com 180 alunos), Ginásio Municipal “Anita Cabral” (com 400 alunos), Ginásio Moderno “11 de Outubro”, Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand (com 140 alunos), Ginásio Redentorista (60 alunos), Escola Normal de Campina Grande (180 alunas), SENAI (200 alunos), Ginásio Alfredo Dantas (600 alunos), Colégio da Imaculada Conceição (340 alunas), Colégio Comercial e Municipal de Campina Grande (1.000 alunos), 20 Batalhão de Polícia Militar da Paraíba (100 homens) e Batalhão de Serviços de Engenharia que encerrou o desfile. (CAMPINA GRANDE, PARAIBA – Quarta-Feira, 9 de setembro de 1964 – Diário da Borborema) - Grifo nosso.

No trecho da manchete do Jornal da Borborema, em 9 de setembro dos idos de 1964, temos acesso à quantidade de escolas participantes e números de alunos que desfilaram representado as mesmas. Chama atenção que o Colégio Alfredo Dantas (Ginásio, na grafia do jornal) teve 600 alunos desfilando, perdendo apenas em números para o Colégio Comercial e Municipal de Campina Grande com 1000 alunos em marcha. Essa informação, nos apresenta sinais de dedicação e compromisso do CAD com os desfiles, incentivando seus alunos a participarem desse evento. Compreendo que

A participação da imprensa na divulgação da programação e no registro dos desfiles pode ser entendida como um profundo envolvimento na construção de mitos de nacionalidade”, ou seja, “os meios de comunicação estavam atentos ao fato de que as festividades cívicas eram importantes para fomentar sentimentos nacionalistas (UNGLAUB, 2009, p.112 apud, SILVA, 2011, p.23).

Desse modo, a imprensa fez questão de registrar o número de alunos participantes do desfile com essa intenção de fomentar sentimentos nacionalistas. Jovens meninos e meninas, tais como as que estão na imagem de abertura do capítulo, em filas, carregando bandeiras,

faixas, vestindo os fardamentos e indumentárias em cor verde oliva, soldados mirins, envergando os uniformes, marchando com a cadência de um bravo guerreiro brasileiro, em defesa da nação. Seus pais assistindo ao espetáculo acompanhavam o ruflar dos tambores se misturando com o som dos clarins, todos em continência aos militares, à bandeira nacional, e sobretudo, à Ditadura Militar.

Figura 10:07 de setembro de 1952



Fonte: Arquivo do CAD.

Dentre todas as datas comemorativas do calendário, a única comemorada era o dia da Independência do Brasil, “*No 7 de Setembro eu sempre desfilava, agora no São João não havia, naquela época não havia nenhuma assim, era só o 7 de setembro*” (Entrevista – Geruza Ferreira). Em outras de nossas entrevistas, ao perguntarmos sobre os eventos que estavam presentes no cotidiano e na cultura escolar do CAD, o único que se repete em todas as falas, sem exceções,

Havia os desfiles militares que eram obrigatórios, assim digamos, desfiles militares não, desfiles colegiais que reproduziam marchas militares em datas comemorativas como o 7 de Setembro, e eu me lembro que não era só o 7 de Setembro, durante toda a semana havia uma orientação dos militares, no sentido de que, os colégios colocassem os alunos para cantar o hino nacional, e hastear a bandeira, então a chamada “Semana da Pátria” era vivida intensamente em função principalmente da ideologia positivista, militarista, que predominava na época. (Entrevista – Adoniran Ribeiro, 2019).

Esses desfiles são formas de discursos, eles marcaram a vida dos alunos de toda uma época. Como se refere o aluno Adoniran Ribeiro os colégios *“reproduziam marchas militares em datas comemorativas”*. A ditadura militar carrega em suas ações discursos, que são formas de violência, de coerção, de silenciamento, tudo em busca dos seus objetivos, do controle, “[...] é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce. Escuta de um discurso que é investido pelo desejo, e que se crê – para sua maior exaltação ou maior angústia – carregado de terríveis poderes” (FOUCAULT, 2014, p. 13).

Essa escuta que se refere Foucault (2014), pode ser tomada também como obediência, *“No meu tempo era a coisa mais rigorosa, eles não permitiam que a gente ficasse em grupo, conversando, falando de política, isso aí já é uma repressão, mas não nos abordavam diretamente”* (Entrevista – Homero Loureiro, 2022). Nas falas de outros alunos é recorrente essa marca da disciplina,

Enquanto aluna, a gente tinha muita ordem, naquela época ainda se fazia fila pra entrar pra sala de aula. Tinha aquele cuidado na hora do intervalo, as meninas ficavam dentro do Colégio, os meninos ficavam na calçada. Havia uma rigidez muito grande na Educação, na formação. (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

“Uma rigidez muito grande na Educação, na formação”, tratamos aqui com memórias de silenciamentos, uma verdadeira pedagogia do medo foi implementada nos meios educacionais, a Ditadura transformou os espaços de formação em espaços de ordem, silêncio e controle.

As reflexões propostas em nosso capítulo, contemplam múltiplas formas de enxergar a educação e os sujeitos, assim como, as práticas educativas e o processo de recepção. Considerando a importância de revisitar os espaços através das narrativas de memória e percorrer as peculiaridades e individualidades que atravessam as mesmas.

O contexto histórico exposto nas páginas acima, assim como as interferências que o mesmo exerceu na educação brasileira, e como consequência paraibana e campinense, respalda a importância da educação e o seu papel social, o de construir e transformar uma sociedade, mas o de regular e conter também. A educação é uma verdadeira ferramenta de condução, complexa e singular. Ao nos ampararmos nas histórias orais entendemos que

A história oral muda a forma de escrever da história da mesma maneira que a novela moderna transformou a forma de escrever da ficção literária: a mais importante mudança é que o narrador é agora empurrado para dentro da narrativa e se torna parte da história (PORTELLI, 1997, p.38).

Portanto, a oralidade apresentada na presente discussão, nos certifica do quanto as pesquisas com narrativas de memórias nos oferecem estudos que tratam de assuntos caros, de forma sensível e detalhada, que nos ampara no movimento de interpretar o espaço escolar e seus discursos, refletindo ainda, que:

Não vivemos em um espaço neutro e branco; não vivemos, não morremos e não amamos no retângulo de uma folha de papel. Vivemos, morremos e amamos em um espaço esquadrado, recortado, multicolor, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus, cavidades, protuberâncias, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas (FOUCAULT, 2009, p.23-4).

Assim dizendo, vivemos em um espaço repleto de intenções, em que a neutralidade é sobreposta por diferentes discursos, representações e materialidades. As percepções acerca da Ditadura Militar, das suas interferências no mundo educacional e de forma particular, no Colégio Alfredo Dantas, nos fazem repensar a forma como lidamos com nossas estruturas e formas de ensinar.

As marcas desse contexto perduram nossa realidade ainda na contemporaneidade, assim como permanecem registradas nas memórias recolhidas e acolhidas em nossa pesquisa, pressupondo que “*a memória é a síntese fundamental do tempo que constitui o ser do passado, o que faz passar o presente*” (DELEUZE, 1988, p. 142).

Sendo assim, através das memórias dos ex-alunos do Colégio Alfredo Dantas, que foram sendo desencaixotadas em nossa pesquisa, criamos novas formas de ressignificar as sensibilidades e os contextos históricos, partimos agora, para as memórias docentes.

3.1.1 Lembranças discentes sobre os docentes

Nas lembranças mais próximas, aquelas de que guardamos recordações pessoais, os pontos de referência geralmente apresentados nas discussões são, como mostrou Dominique Veillon, de ordem sensorial: o barulho, os cheiros, as cores. (POLLAK, 1989, p.9).

O colégio apresenta esses barulhos, cheiros, cores, citados acima por Pollak (1989). O cheiro do cachorro-quente na cantina, o sabor do suco de acerola da merendeira, as cicatrizes nos joelhos depois de cair nas escadarias da escola, os ruídos das portas e janelas, e, os

professores, suas formas de lecionar e de interagir, são parte do nosso sensorial e ficam registrados em nossas lembranças.

A maioria de nós, enquanto aluno, encontramos um ou mais professores e professoras que se inscreveram enquanto referências, que de alguma forma afetaram a nossa maneira de pensar e até mesmo de existir. Nas narrativas que nos foram concedidas, os ex-professores do Colégio Alfredo Dantas pertencem a um lugar especial nas memórias dos seus alunos, e foi por isso que decidimos abrir espaço para as lembranças sobre esses professores, que apesar de não termos contato direto com eles, conseguimos homenageá-los nas páginas que seguem e capturar traços da história da educação em tempos de Ditadura.

Não esquecendo que esses professores lecionaram em um contexto de silenciamentos, constatamos tentativas de gerar pensamentos críticos acerca do que estava acontecendo a partir da Ditadura Militar,

Alguns professores abriram um espaço para que eu pudesse aprender a pensar e ter minhas próprias opiniões. Esses professores faziam isso, como se fosse em sigilo, de forma sigilosa, eles davam um jeito para a gente ter nossas opiniões, decorasse menos e pensasse mais, e isso já foi o primeiro passo. (Entrevista – Maria Goretti Aquino, 2022).

“*Já foi o primeiro passo*” para Goretti Aquino entender sobre o sistema que dominava os corpos e as mentes dos seus colegas e professores. O “*decorasse mesmo e pensasse mais*”, expressão dita pela ex-aluna, nos faz pensar sobre um tipo de ensino positivista que estava presente nesse recorte temporal. Ao tentarem instigar o pensamento dos discentes os professores, mesmo que de forma contida e sigilosa, como narra Goretti, demonstravam algum tipo de preocupação com o nível de conhecimento dos seus alunos.

Essas memórias falam sobre os tempos de escola, em suas entrelinhas percebemos traços de sociabilidades. Apesar do contexto ditatorial e todas as suas formas de infiltração dentro do sistema educacional, apreendemos a criação de laços entre os alunos e professores:

Era uma educação muito boa, me lembro demais dos meus professores, me lembro de professora Eurides, que era minha professora de Português, uma baixinha de cabelo branco. Me lembro de professor Edjalma, meu professor de Contabilidade Industrial, me lembro muito bem de professor Zé Agra, que ele foi meu professor de Contabilidade, tinha professora Glória, professor Iran, que foi meu professor de Matemática. Naquele tempo era uma educação bem diferente, porque a gente tinha aquele respeito aos professores, os professores ainda tinham aquele respeito com a gente, e além de professores, eram nossos amigos, quando a gente precisava de alguma informação que não era sobre a aula, eles ajudavam. (Entrevista – Homero Loureiro, 2022).

Eurides, Edjalma, Zé Agra, Glória, Iran... quantos sujeitos de Campina Grande e cidades vizinhas fizeram parte das salas de aula desses professores? Quantas vidas foram tocadas pelas suas lições? Ao longo das entrevistas essas representações foram sendo ressaltadas e em cada ex-aluno entrevistado algum professor surgiu como marco de seus tempos de colegial.

No ensino de História eu tive, tenho muito claro na minha cabeça, a lembrança de uma professora de História, que era filha do diretor, do professor Loureiro, que era Rosa Loureiro, e eu sempre fui um aluno irreverente. E me colocava assim, digamos, numa posição em rejeição as disciplinas da área de tecnologia, e valorizava muito a área de humanas. E eu me lembro que ela fazia referência ao fato de que embora eu fosse um aluno muito irreverente, eu era um bom aluno de História, e eu devo a ela e a uma irmã dela, de história também, chamada professora Lora, então eu acho pra o que eu me tornei depois, um professor de História, a importância do Colégio Alfredo Dantas foi bastante significativa. (Entrevista – Adoniran Ribeiro, 2019).

A existência nítida dos docentes nas memórias discentes, por vezes traziam professores que ofereciam coleguismo na relação entre aluno e professor, ou ainda rigidez, em eventos pontuais de suas funções pedagógicas. A irreverência não cabia dentro dessa cena, um bom aluno deveria ser modelado pelos moldes da obediência, construindo feições sérias e sisudas, que carregavam os modelos dos sujeitos que caminhavam junto à Ditadura. De todo modo, o lugar que esses profissionais ocuparam na vida dos seus alunos nos confessam traços daquilo que marcou, já que “na memória fica o que significa, na história se ressignifica o que fica, esta é a violência do historiador que com seus conceitos atribuem novos significados ao que ficou guardado nas memórias; recortando-as, reconstruindo-as, desmanchando suas telas (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2006, p.10).

A violência do historiador está relacionada com as novas interpretações sobre os contextos históricos a partir das memórias. Fomos chamados a esse tipo de violação, que reverbera na quebra de silenciamentos. Dentro da narrativa abaixo, é possível notar tais silenciamentos:

Os professores eram só a disciplina que eles ensinavam, por exemplo, Português, a professora só falava de literatura e gramática; matemática, só falava de números. Mas havia comentários, mesmo aquelas meninas e meninos que frequentavam colunas sociais⁷³, e alguns professores, tenho

⁷³ Coluna Social Graziela, segundo a entrevistada, era uma das principais colunas sociais da sua época de juventude escrita pela jornalista Graziela Emerenciano.

muita lembrança de um professor de Geografia, esse professor não ensinava apenas a geografia, o território, o estado tal, a capital, ele também entrava também, por exemplo, “tal região” e começava a falar da cultura de tal região, nos aconselhava a ler livros. Geralmente encontrávamos nos livros que indicava, coisas que fizessem a gente pensar sobre a cultura, os costumes, e queríamos ler mais livros sobre aqueles assuntos. (Entrevista – Goretti, 2022).

Focar apenas ao conteúdo das disciplinas programadas é uma forma de resguardo. Um traço que encontramos nas memórias de professora Cleonice no tópico anterior e aqui firmado pela memória de uma ex-aluna. Os professores estavam vigilantes, ensinavam e falavam apenas o que era necessário, sem entrar em outras vias.

Recordações sobre o professor Loureiro também foram registradas em nossas entrevistas. Ressalvas sobre sua postura, vestimentas e na intensa preocupação em não deixar alunos sem aulas, quando na ausência de algum professor recorria aos conhecimentos religiosos e preenchia aquela aula vaga lecionando sobre a Bíblia:

Tem uma passagem muito boa, que eu me lembro quando a gente tava sem aula, faltava um professor, e Severino costumava ir pra sala de aula, pra preencher o tempo da aula vaga e ele muito vistoso, com aquele terno branco, que era a marca registrada dele. Ele chegava na sala de aula, e eu me lembro bem, ele ia dar aula de religião pra gente, imagina né, aí preenchia, e ele ia falando da vida dele, e a gente foi se acostumando. E quando a gente olhava, “eita, lá vem professor Loureiro”, todo mundo corria. (Entrevista – Homero Loureiro, 2022).

“Todo mundo corria”. E quem não correria? O professor Loureiro era a representação da disciplina, sempre alinhado, vistoso, com passos firmes, um gestor que buscava a ordem e o compromisso dos seus alunos. São narrativas de tempos sombrios, mas que carregam tons de cor, momentos de descontração envoltos pelo medo. A reunião dessas memórias nos leva a entender como as lembranças partem do individual, mas compartilham uma realidade coletiva, já que

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes – exatamente iguais (PORTELLI, 1997, p.16).

Encontramos narrativas muito parecidas sobre os docentes e os momentos de aula, como os eventos cívicos, os detalhes do prédio da escola e a organização nas salas de aula, mas como

certifica Portelli (1997), na citação acima, não são recordações iguais, as lembranças são singulares, compostas por traços deixados pelo passado, são o resultado de um processo social dinâmico, e sobretudo, são peculiaridades do sensível.

No nosso último tópico, refletimos sobre as memórias de uma ex-professora do Colégio Alfredo Dantas e suas inferências sobre o contexto da Ditadura Militar, na busca por entender como seria o ‘ser professora’ imersa nessa tensão causada por tantas restrições e modelações.

3.2 Memória docente: “*Eu estava lá, eu estava lá...*”

Como professora, aí completou, porque eu namorei, noivei, casei, tive meus dois filhos, ensinando no Colégio Alfredo Dantas, não é pouco, isso dá uma história de vida (Entrevista - Cleonice Agra do Ó, 2022).

A professora Cleonice Agra do Ó, hoje com 82 anos, recordou a primeira vez que entrou no Colégio Alfredo Dantas, aos 24 anos de idade, depois de ser aluna da instituição no Curso de Função Pedagógica, um curso similar ao da Escola Normal, de instrução para jovens moças poderem exercer a função de professora, segundo a entrevistada. O ano era 1963,

[...] tem um dia, eu já era professora do município e então, estava passando ali pela Marquês do Herval, no período de férias, no ano de 1963. E eu vou passando pela porta do Colégio, agora fecho os olhos e vejo aquele dia. E penso, “eu vou entrar aqui e vou pedir um emprego”, então eu entrei, fui na sala do professor Loureiro, me identifiquei, disse pra ele quem era, fui aluna do colégio, “sou aluna do curso de economia, sou professora na Escola Anísio Teixeira, mas eu tinha um sonho tão grande de ensinar aqui, professor”, ele olha pra mim e diz “amanhã a senhora venha aqui e fale com a professora Maria Ligia”, era assim que ele falava, “a senhora chegou na hora certa, porque estamos querendo dividir uma turmas com um professor que está sobrecarregado, são turmas de primeiro ano ginásio, e acho que vão servir pra senhora, a senhora aceita vir falar com a Professora Ligia?”. Eu me emocionei muito nesse dia, na hora marcada, eu já estava lá e estava empregada (Entrevista - Cleonice Agra do Ó, 2022).

Os seus olhos marejados ajudaram a contar essa história. O quanto um lugar pode nos afetar? É recorrente depoimentos sobre o Colégio Alfredo Dantas em que seus alunos retornam ao colégio como professores e se sentem gratos pela oportunidade de retornar ao educandário, agora na missão de educar. A professora Cleonice, em sua fala relata que era professora em outra instituição, na Escola Anísio Teixeira, uma escola pública, pertencente a Campina Grande, detalhe que nos leva a pensar que o Professor Loureiro poderia ver essa instituição como concorrente e não aceitar as intenções de Cleonice em trabalhar no CAD, o que não

ocorreu. Conseguiu o cargo de professora e lecionou entre os anos de 1963 e 1976 no educandário. A professora Maria Ligia era filha do Professor Severino, mas dentro da instituição esses lugares não se misturavam, como recorda Cleonice. Na imagem abaixo, a ex-professora ainda não estava presente, por ter sido contratada na instituição um ano depois do registro.

Figura 11:Corpo Docente Feminino 1962



Fonte: Arquivo CAD, 1962.

A fotografia em questão, do ano de 1962, nos apresenta onze professoras, infelizmente não conseguimos identificar quem são, mas nos chama atenção a quantidade de mulheres no corpo docente do Colégio Alfredo Dantas. Dois anos depois, é a instauração da Ditadura Militar no Brasil. Sobre isso, Cleonice Agra do Ó recorda:

Eu estava lá, eu estava lá. Olhe, naquela época, infelizmente, eu ensinava Matemática e Geografia. Você vai me perguntar por que infelizmente, porque eu ensinava Geografia Geral, e na geografia geral as vezes tinha por descambar por uma conversa que naquela época não era compatível. E a gente tinha que tá cerceando o que tava falando, por que a Geografia Geral não é aquela geografia que fala em acidentes geográficos que existe hoje (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

As interrupções nas formas de exercer a sua profissão, como na docência em Geografia Geral, a fazia “*Descambar por uma conversa que naquela época não era compatível*”, não tinha compatibilidade com os trâmites e moldes da ditadura. Mas, por qual motivo não era compatível? Por ser uma disciplina que poderia instigar o pensamento crítico dos alunos, assim como as outras disciplinas da área das humanidades, continua:

Era uma Geografia que era mais humana. Eu ensinava justamente essa Geografia, porque nessa época eu já estava fazendo o curso de Economia, e lá no meu curso nós tínhamos a Geografia econômica e a Geografia humana. Eu ensinava Matemática pela manhã e à noite eu ensinava Geografia Geral (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

A Geografia Humana, citada pela depoente, era concebida como uma ameaça, por sugerir uma reflexão maior não sobre climas, acidentes geográficos e regiões no mapa, mas sobre a sociedade, sua cultura, suas formas de sobrevivência, o que levantava questões não só geográficas e sociais, mas também políticas. Essa ‘humanização’ da Geografia era perigosa para a Ditadura Militar, ela compilava valores, técnicas, comportamentos e ações que, construídas dentro de seus princípios, propiciam a construção de seres humanos mais atentos as subjetividades e as relações ao seu redor, produzindo sujeitos pensantes e conscientes do seu lugar social, características que não precisavam (poderiam) ser desenvolvidas dentro da ideologia ditatorial.

Existia um controle velado, um auto policiamento nas salas de aulas, nas formas como os conteúdos deveriam ser lecionados, o medo da repressão fazia os professores não entrarem em assuntos delicados para o contexto. Sendo professora do CAD e aluna do Curso de Economia na UFPB à noite, Cleonice sentia os tons cinzas da ditadura dentro e fora dos dois espaços,

Naquela época a escola de economia, onde fazia curso, eu não sei se por ter um curso de Sociologia, mas era muito visada. Nós mesmos nos policiávamos, não participava de movimento, me limitava as minhas aulas, aos meus conceitos e nunca sofri nenhuma repressão por parte da direção ou por parte de família de alunos. Não tínhamos aulas vigiadas, mesmo as aulas que poderíamos nos comprometer por algum assunto. (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

“*Nós mesmos nos policiávamos*”, quando se refere no plural, está se referindo a ela e aos seus colegas, um autogoverno foi produzido nesses corpos, os próprios professores se policiavam, na sua narrativa ecoa o receio de ser repreendida, exposta de alguma forma. Se privar, não participar de movimentos políticos, se limitar às aulas, conteúdos e conceitos. Os

professores perfeitos, já que prezavam pela neutralidade, temendo o que a Ditadura Militar poderia fazer se fossem contra ela e suas regras. Professores amedrontados:

[...] como o medo surge em situações em que o indivíduo está relativamente dominado, a idéia do medo supõe incompetência. Quanto maior for esta, maiores as probabilidades e a severidade do medo. [...] tal como ocorre com a cólera, a expressão manifesta de medo se torna menor com a idade. [...] isso pode obrigar o indivíduo a evitar situações que provoquem medo e, assim, privá-lo de oportunidades para aprender a lidar com o problema (OLIVEIRA, 2004, p. 170).

Ser (auto) vigilante corresponde ao medo de falar sobre assuntos que eram proibidos, tais como correntes ideológicas e partidos políticos, participar de movimentos contrários à ditadura e aos militares, não respeitar à nação e à família tradicional, no caso da professora Cleonice, descambar por linhas tênues entre a Geografia e a política.

Sobre o ambiente dentro do Colégio Alfredo Dantas, seu cotidiano escolar e a relação dos professores com o corpo de profissionais da instituição, encontramos na fala da professora Cleonice referências à atmosfera familiar dentro da escola, segundo ela: “Era uma verdadeira família, eles cuidavam dos professores, a administração era quase que totalmente Loureiro, por parte da administração, eles eram conselheiros e amigos, era com quem a gente contava em todas as horas”. (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

Conselheiros e amigos... uma relação amigável foi nutrida dentro do sistema educacional do CAD, entre alunos e professores, professores e gestão, e como enfatizou Cleonice, quase que totalmente a administração era feita pela Família Loureiro, aspecto que constatamos quando fomos pesquisar e remontar o quadro de gestores do educandário, uma instituição educacional e geracional.

Fomos levados a questionar sobre como lecionar em meio à ditadura, e descobrimos que, mesmo sendo limitada pelos instrumentos repressores do Estado, a professora Cleonice colocava em prática suas habilidades e ressaltou “*Eu acredito que só se aprende praticando*”,

As minhas aulas estavam ligadas ao livro didático, é claro, tinha como base. Mas, as aulas mesmo, o movimento dentro da sala de aula era baseado na vivência dos alunos, no dia a dia dos alunos, era a prática. Eu acredito que só se aprende praticando. Eu dizia sempre nas minhas aulas que o único lugar que se faz conta de somar é na escola, porque na vida a gente não faz conta de somar não (Entrevista – Cleonice Agra do Ó, 2022).

Por outro lado, a cidade de Campina Grande estava cercada de militares, uns fardados, outros disfarçados, mas, sem exceção, todos vigilantes, esperando qualquer sinal da ideologia

contrária. Em uma das passagens da nossa entrevista, Cleonice recorda dos idos de 1968, no auge da repressão e da censura, os chamados Anos de Chumbo. Em alguns recortes historiográficos esses anos se referem à promulgação do AI-5 e o Governo Médici, aqui consideramos toda a Ditadura Militar, enquanto momento de opressão e silenciamento, com recortes mais fortes de repressão e outros mais velados:

O ano de 1968, talvez não tenha sido um ano muito fácil, foi mais apertado do que outros anos, por causa da Ditadura. Eu sentia a ditadura na cidade, a gente sentia tanto, que, uma vez, eu tava no Alfredo Dantas e eu fui assistir aula depois, e eu estava com um vestido branco, que na gola tinha um pompom vermelho, que não tinha nada com corrente partidária, era só um pompom que eu tinha colocado no meu vestido e eu voltei da porta da universidade de Economia para tirar o pompom. É por isso que eu digo, o ano de 1968 foi um dos anos mais pesados, pra cidade toda foi um ano mais incomodo (Entrevista – Cleonice Agra do Ô, 2022).

O ano de 1968 foi marcado por uma série de violências, dentre elas, a forte repressão aos alunos nas universidades, nos jornais da época ficaram estampadas as prisões contra universitários e os protestos contra esses atos de repressão e censura. Voltar da porta da universidade de Economia para retirar os “pompons” vermelhos da gola do vestido, mas, o que usar esses “pompons” representavam? Para Cleonice apenas um detalhe em sua roupa, mas para os militares um ato de declaração política à suposta atmosfera comunista que adentrava no Brasil.

A cor vermelha representava naquele momento uma ameaça, era a cor do Partido Comunista, simbolizava o sangue e a luta de classe do proletariado. Usar um pompom vermelho nesse contexto emitia um discurso, uma declaração de apoio ao comunismo na leitura dos militares. Para Cleonice era apenas um adereço em seu vestido.

Em uma das manchetes do Jornal da Borborema identificamos uma manifestação por parte dos estudantes, que solicitavam a soltura dos colegas que foram presos por policiais, em setembro de 1968

Estudantes vão manifestar-se contra repressões policiais

Os estudantes universitários estarão, hoje, reunidos em assembleias gerais de faculdades para decidirem a continuação da luta reivindicatória e de protesto contra as repressões policiais e exigindo a libertação dos estudantes presos, ocasião em que marcarão uma nova manifestação de rua.

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA, - Terça-Feira, 3 de setembro de 1968. (Jornal Diário da Borborema).

O contexto era desfavorável para qualquer sujeito que interferisse ou fosse contra os planos e movimentações do Governo, que desde 1964 vinha articulando formas de silenciar e privar a liberdade de forma constitucional. No ano dessas prisões de estudantes, foi implementado o famoso Ato Institucional nº5:

O AI-5 fez parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias, mas dotadas de valor legal, adaptadas ou autoconferidas pelos militares. Eles despenderam grande esforço para enquadrar seus atos num arcabouço jurídico e construir um tipo de legalidade plantada no arbítrio – uma legalidade de exceção-, capaz de impor graves limites à autonomia dos demais poderes da União, punir dissidentes, desmobilizar a sociedade e limitar qualquer forma de participação política (SCHWARCZ, 2015, p.455/456).

São recortes de jornais como este que nos ajudam a remontar essa história, junto às narrativas da professora Cleonice Agra do Ó. A Ditadura Militar existiu, não há dúvidas das suas atrocidades e mecanismos de controle. A história que contamos a partir das memórias que a professora Cleonice nos concedeu agora pôde ser eternizada.

É aqui que este capítulo se encerra, mas, como dito desde o princípio, outras portas podem e devem ser abertas. Nossa intenção ao mostrar como a Ditadura Militar utilizou a educação como ferramenta nos levou a caminhos que apresentam outras formas de ler o mundo, a exaltar vozes que foram silenciadas e inferir como os sujeitos foram afetados por um contexto de censuras e repressões.

Essa pesquisa não se encerra aqui, ela abre novas possibilidades para olhar o Colégio Alfredo Dantas a partir de outros prismas e recortes, enfatizando sua importância para o movimento de construção da identidade social daqueles que foram seus alunos e agentes formadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo buscamos investigar a história do Colégio Alfredo Dantas (CAD) dentro da conjuntura política que perpassa os anos 1945 a 1975, gestão do proprietário e professor Severino Loureiro, apoiador do regime militar. São memórias institucionais, de sujeitos escolares que percorreram suas escadarias, entraram em suas salas de aula, andaram em seus corredores, mas também viveram períodos tensos de disciplinamento e modelação.

Compreendemos que tanto na gestão do Tenente Alfredo Dantas (1919-1944) quanto na gestão Severino Loureiro, era o CAD uma referência educacional em Campina Grande, uma escola que atendia a um chamado social, assumindo para si a missão de educar e profissionalizar os sujeitos da cidade.

Foi partindo das memórias de ex-alunos e de uma ex-professora que tentamos mapear o cotidiano escolar e as interferências nele sofridas pelas imposições da ditadura militar. O arquivo do educandário, os recortes de jornais, as fotografias e as vozes dos sujeitos escolares nos auxiliaram nesse fazer historiográfico, nos dando subsídios de pensar partes de uma cultura escolar que foi recepcionada em meio ao período pré-ditatorial e ditatorial, em diferentes circunstâncias de interferências e privações.

Em nosso primeiro capítulo nos aprofundamos no processo de simbiose existente entre a cidade de Campina Grande e o Colégio Alfredo Dantas, onde constatamos a missão do educandário desde sua fundação, que se propunha em desenvolver na urbe condições para formar cidadãos que respondessem as necessidades que vinham em consequência do seu ideal de crescimento comercial. Educar os filhos da Rainha, higienizá-los, torná-los profissionais técnicos foi a missão que o CAD assumiu por muito tempo em Campina Grande. Arelado a isso, buscamos fazer o movimento entre História e a Educação, refletindo sobre as transformações nas diretrizes educacionais a partir do contexto político que envolve, em especial, a instauração da Ditadura Militar. Fizemos o apanhado das leis que cercaram essas décadas, a criação do sistema S, os incentivos em prol da educação profissionalizante, as LDB's de 1961 e 1971 e suas inferências diretas e indiretas na educação.

Ao longo da nossa pesquisa, o arquivo ainda nos apresentou a possibilidade de fazermos um mergulho na vida profissional e intelectual do Professor Severino Loureiro, discussão que norteou o segundo capítulo. Neste intento, nos propormos a pensar a história do educandário e a trajetória do Professor Loureiro, proprietário da instituição durante nosso recorte, exímio intelectual, agente constituinte de várias redes de sociabilidade importantes para o desenvolvimento do CAD e da educação campinense.

A história do professor Loureiro foi sendo recontada a partir das passagens dele em várias cidades e instituições educativas no interior paraibano. Atentamos que sua trajetória reverbera na missão de educar uma cidade para o crescimento, imbrincada nas marcas e vestígios da Ditadura Militar e nos mecanismos de repressão e silenciamento.

Por constarmos que a cultura escolar do CAD possui intensas conexões com o período ditatorial, findamos nossa pesquisa pensando na Ditadura Militar a partir das memórias de uma docente e de antigos discentes da instituição. Pesquisamos, escutamos, inferimos sobre as marcas desse contexto neles deixadas, a exemplo de traços de inibição para falar do contexto da juventude, memórias que causam mal estar e medo, um profundo silenciamento e corpos retraídos.

No que se refere ao percurso político desse período, catalogamos prefeitos campinenses, governadores paraibanos e presidentes que estavam a frente desse contexto conturbado, quais suas intervenções e seus partidos políticos. O intuito era entendermos quais as interferências da Ditadura Militar nesses governos e em que isso reverberou na cidade e no país como um todo.

Podemos dizer que foi pelas vias da educação que muitos corpos foram atingidos pelos tentáculos da Ditadura Militar, problematizar esses efeitos fez parte dos nossos objetivos, entendendo como foi ser professor e aluno num contexto de repressões, tensões, divergências, violências e silenciamentos. Constatamos as atrocidades do Estado ditatorial e o valor da democracia.

Mas, as memórias carregam outras finalidades em nossa pesquisa, elas nos concederam voz, sentimos nas interlocuções os afetos deixados pelo Estado de repressão, as narrativas de autogoverno, prudência e medo. Percebemos e refletimos a fabricação de corpos úteis, mentes disciplinadas e gestos moderados de uma juventude que andava nas rédeas, controladas e manipuladas a serviço da pátria.

Nossa pesquisa percorreu aproximadamente três décadas, o que não foi tarefa fácil, uma vez que precisávamos nos ater à metodologia da análise do discurso, por meio de falas que estampavam inscritas nos documentos, constatando o exercício de poder nos jornais, nas fotografias, nas interferências e ideologias autoritárias, bem como nas memórias de quem foi aluno ou professor no Colégio Alfredo Dantas. Os discursos tratavam sobre uma educação para a construção de uma nação unida, com jovens que servissem à comunidade, corpos disciplinados, obedientes e construídos para o processo.

Nos apropriamos desses discursos que narravam representações de um momento duro, recheado por violências de todos os modos existentes, e tentamos ressignificar colocando luz

nos afetos, sensibilidades, constatações que por muito estavam escondidas, reivindicando espaço para encaixar no quebra-cabeça da história educacional de Campina Grande.

Destacamos a importância de pesquisas que tratem sobre o período militar e suas ramificações, especialmente na História da Educação, essa que foi moldada e utilizada em prol de ditadores e de seus representantes. Não existem temas esgotados, essa é mais uma porta aberta dentro do universo de possibilidades e linhas de estudo sobre a Ditadura Militar e a Educação.

Do exposto que compreende as intensas e tênues relações existentes entre o Colégio Alfredo Dantas e a cidade de Campina Grande, esta dissertação nos leva a concluir que a instituição é um importante monumento da cidade, mas também foi uma ferramenta para os meandros que a Ditadura Militar planejou e arquitetou desenvolver no contexto educacional do país.

REFERÊNCIAS

ADVÍNCULA, Charya Charlotte Bezerra. **O processo de escolarização em Princesa/PB: política e educação (1920-1939)**. Dissertação de mestrado em Educação – UFPB. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4739/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 11 de abr. 2022.

ALBERTI, Verena. **Ouvir e Contar: Textos em História Oral**. –Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Violar memórias e gestar a história: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil**. Natal: 2006.

_____. **A dimensão retórica da historiografia**. In. PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. Editora Contexto. 2021.

_____. **Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico**. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 7-28, jan- jun, 2013b. p. 8-28.

ALBURQUERQUE, Thaisy Lanny de. **Memória e cotidiano escolar: o Colégio Estadual de Campina Grande (1968-1978)**. Campina Grande, 2011. (Dissertação).

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os filhos da rainha para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande-PB (1919-1942)**. 302 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, 2014.

_____. **Distribuindo O “Pão Da Sciencia”: O Papel Civilizador Dos/As Professores/As Na Cidade De Campina Grande (1919-1942)**. 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2015/TRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID6063_08092015101608.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. **Tenente Alfredo Dantas: “Porte Altivo De Patriarca” E Precursor Da Educação Profissional Em Campina Grande**. 2015. Disponível em: https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Feditorarealize.com.br%2Feditora%2Fanais%2Fconedu%2F2015%2FTRABALHO_EV045_MD1_SA1_ID6063_07092015102941.pdf&clen=193671&chunk=true. Acesso em: 18 abr. 2022.

ARTIÈRES, Philippe. **Arquivar a Própria Vida**. Escrita de si/Escrita da História. Revista Estudos Históricos, 1998.

ASSIS, Ailton Alexandre De. **Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Leal Pacheco - memória e autobiografia**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei. São João del-Rei, 2009.

BAZAGA, R.G.; ROMANO, C. C. **O Jornal Como Fonte Da História Política: O Papel Da Imprensa na Construção das Representações Políticas Do Movimento Das “Diretas Já”**. Anais do III Congresso Internacional de História da UFG/Jataí: História e Diversidade Cultural. Realização Curso de História. 2012.

BENITO, Agustín Escolano. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia.** Editora Alínea- Campinas, SP. 2017.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória:** Ensaio de Psicologia Social. Ateliê Editorial. São Paulo- SP, 2003.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona. CAMARGO, Carla Roseane Sales. **A Educação na Ditadura Militar e as Estratégias Reformistas em favor do Capital.** 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18721_8156.pdf. Acesso em: 18 maio de 2022.

BRAGHINI, Katya Zuquim. BONTEMPI JR, Bruno. **As Reformas Necessárias Ao Ensino Secundário Brasileiro Nos Anos 1950, Segundo A Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos.** Educação em Revista-Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 241-261, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/R9pLJcWzqqbdvXrJWRZWhQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de fev. de 2022.

BRASIL (1909). **Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro.** Crêa nas capitães dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito.. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 27 de nov, 2021.

BRITO, Vanderley de., STEINMULLER, Ida. **História de Campina Grande: De aldeia a metrópole.** Campina Grande- PB. 2021.

BURKE, Peter. “História como memória social”.In: **Variedades de história cultural.**

CALDAS, Aulete. **Dicionário Caldas Aulete da Língua portuguesa:** edição de bolso. 2º Ed.- Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

CAPELATO, M.H. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estudos Avançados, Revista das revistas. 1991.

CORREA, Rubens Arantes. **Os Intelectuais E A Escrita Da História – As Contribuições Metodológicas De Jean-François Sirinelli.** ESCRITAS Vol. 8 n. 2, 2016.

COSTA, Hadassa Araújo. **A modernidade no corpo e nos espaços: práticas de subjetivação, higiene moderna e Arquitetura escolar.** Revista Ágora• Vitória • n. 27 • 2018 • p. 24-40. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/17023/14093>. Acesso em: 12 de maio 2022.

COSTA, Hadassa Araújo. **Uma urbanidade em construção: pedagogias de Campina Grande nos tempos da primeira república.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. Et al. **Redes De Sociabilidade Intelectual E Educação: Atuação De Castro Pinto E Carlos Dias Fernandes Na Primeira República.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 53, p. 56-77, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O legado da ditadura para a educação brasileira.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acesso em: 03 ago. 2021.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** vol.1,1993.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo.** Editora da Universidade de São Paulo- EDUSP. São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Escolarização e Cultura Escolar no Brasil: Reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios.** In. *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.* São Paulo: Cortez, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1998.

_____. **1926-1984- Vigiar e punir- Nascimento da Prisão** – Tradução de Raquel Ramallete.Ed. 42. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **Microfísica do Poder.** Org. Roberto Bélgica. França, 1973 e 1980.

_____. **O cuidado com a verdade.** In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V. Ética, sexualidade e política.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 240-251.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Tradução de: VEIGA NETO, Alfredo. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 1989 (coleção educação contemporânea).

GARCIA, Adilson de Campos. Et al. **Educação Profissional No Brasil: Origem E Trajetória.** Revista Vozes dos Vales – UFVJM – MG – Brasil – Nº 13 – Ano VII – 05/2018 Reg.: 120.2.095–2011 – UFVJM – QUALIS/CAPES – LATINDEX – ISSN: 2238-6424 – www.ufvjm.edu.br/vozes.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque **Memórias Escolares Em Campina Grande (1907-1957),** 2008. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/http://anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2011%20Bruno%20Rafael%20de%20Albuquerque%20Gaud%C3%Aancio%20TB.PDF. Acesso em: 18 maio de 2022.

GAUDÊNCIO, Bruno. **Um Panorama Das Atividades Artístico-Culturais Em Campina Grande (1960-1980).** 2008. Disponível em: <https://brgaudencio.wordpress.com/2008/page/2/>. Acesso em: 22 out. 2022.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil- 1964/1985: Um estudo sobre a Política Educacional.** 1990. 416f. Tese (Doutorado- Faculdade de Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1990.

GONÇALVES, Leticia. **Golpe ou Revolução? Momentos de crise do Brasil república: uma análise sobre a “Era Vargas” (1930-1945)**. Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto, 2021. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3748/6/MONOGRAFIA_GolpeRevolu%c3%a7%c3%a3oMomentos.pdf. Acesso em: 17 de fev. 2022.

GRIMALDI, Lucas Costa. ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Narrativas do Espaço Habitado: Sensibilidades No Estudo Dos Prédios Escolares De Porto Alegre/Rs (1940/1980)**. Revista História da Educação (Online), v. 24, 2020.

IONTA, Marilda (2011). **A escrita de si como prática de uma literatura menor: cartas de Anita Malfatti a Mário de Andrade**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 19 (1): 312, jan/abril. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a07v19n1.pdf>.

KAMINSKI, Leon. **Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidades / organização LeonFrederico Kaminski - 1. ed. - Curitiba [PR] : CRV, 2019.**

LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **História e memória**. Campinas, Editora da Unicamp. (Reunião dos artigos do autor publicados na Enciclopédia Einaudi), 1990b.

LEITE, Carlos Henrique Ferreira. **Teoria, Metodologia E Possibilidades: Os Jornais Como Fonte E Objeto De Pesquisa Histórica**. ESCRITAS Vol. 7 n.1.2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1629/8314>. Acesso em 29 nov. 2021.

LOURENÇO, Elaine. **Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista -1970-1990**. 2011. 316f. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social) - Universidade de São Paulo (USP), 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12062012-142415/pt-br.php>. Acesso em: 30 jul. 2021.

LUCAS, C. **A intervenção da Inspeção na educação**. Revista portuguesa de pedagogia, 42 (1), 5-26. Braga: Universidade do Minho, 2008.

MALATIAN, Teresa (2011). **“Cartas: Narrador, Registro e Arquivo”**. In: O Historiador e suas Fontes. Carla B. PINSKY e Tania Regina de Luca (org.). São Paulo: Contexto, pp. 195-221.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEDEIROS NETA, de Olivia Morais. **É Possível Uma Pedagogia Da Cidade?** Revista

HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 212-221, dez.2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar.** - 2. ed., 4a reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2015.

_____. RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias.** São Paulo: Contexto, 2011.

MENDES, Tiago Henrique Klengel Biasotto. **A reestruturação do ensino durante a ditadura militar: interlocução entre o discurso e a prática.** 2009. Disponível em: histedbrantigo.fe.unicamp.br. Acesso em: 22 out. 2022.

MIRANDA, W. M. **Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago.** 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

MOGARRO, Maria João. **Arquivos e Educação: a Construção da memória Educativa.** Revista de Ciências da Educação, n.1, 2006.

NASCIMENTO, Andréa Pereira do. **“Cajazeiras, a cidade que ensinou a Paraíba a ler”: as contribuições da história de vida de professoras católicas.** Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, Cajazeiras, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/5967/3/ANDR%C3%89A%20PEREIRA%20DO%20NASCIMENTO.%20TCC.%20LICENCIATURA%20EM%20PEDAGOGIA.2018.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2022.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares.** Projeto História, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://fundamentos1.wordpress.com/2009/09/23/memoria-historia-e-lugares-de-memoria/>.

OLIVEIRA, Alexandre Teles de. **A História da Cidade e a Casa: A arquitetura moderna em Campina Grande de 1950 a 1960.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História)- Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. et al (2017). **“Entre os artistas amigos o momento bom de ternura é o aparecimento de obra nova”:** O exercício da crítica literária na correspondência de Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade (1924-1928). Revista Maracanan, v. 0, pp. 88-102. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/maracanan/article/download/28475/21176>.

OLIVEIRA, Giuseppe Roncalli Ponce Leon de. VIEIRA, Maria Letícia Costa. **“Aí vai meu coração para você”:** redes de sociabilidades intelectuais modernistas na correspondência de Mário de Andrade e Tarsila do Amaral. Oficina do historiador, Porto Alegre, v.14, n.1. 2011.

PAVIANI, Bruno. **Educação Moral E Cívica Na Ditadura Militar Brasileira: Uma Tentativa De Legitimar O Poder. (1969-1971).** Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. UFSC, Florianópolis, 2014.

PENA, Camila de Araújo. Et al. **Avanços e retrocessos da LDB N° 9.394/1996: uma abordagem a partir das LDB's de 1961 e 1971.** Revista Saúde e Educação, Coromandel, v.4, n.1-15,jan/jun. 2019. Disponível em: <https://ojs.fccvirtual.com.br/index.php/REVISTA-SAUDE/article/view/29>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique. (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. P. 7-21.

_____. **História e sensibilidades**. In Revista Tempos Acadêmicos nº 3. Santa Catarina: UNESC, 2005. pp. 127-134.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo. 1997.

PRADO, Adonia Antunes **Intelectuais E Educação No Estado Novo (1937/1945): O Debate Sobre A Formação Do Professor Primário Rural**. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23824/16805>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PRADO, Eliane Mimesse. **A disciplina História nos anos da ditadura militar**. -1. Ed- eBook- Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

QUARESMA, Jacqueline. Et al. **A tropicália**. São Paulo, 2011. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://turmadod.com/alunos/downloads/6s2011_2/d_g_contemporaneo/tropicalia_trab_escrito.pdf. Acesso em: 22 maio 2022.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade**. 1964-1984. Londrina: UEL, 2001. p.p .2- 15.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000, p. 67-89.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/ 1973)**. 40. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

SÁ, Patrícia Teixeira de. **A socialização de professores de história de duas gerações: os anos de 1970 e de 2000**. Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Educação, 2006.

SALES, Eric de. **Cronos, Mnemosine, Clio E A Defesa Do Patrimônio**. Revista Historiæ, Rio Grande, 6 (2): 153-166, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/viewFile/5589/3500>.

SANTOS, Alexandre dos. **“A Deus pela ciência; à ciência por Deus”: os discursos religiosos e científicos do Colégio Diocesano Pio X - Paraíba (1910 - 1954)**. Tese (Doutorado) – UFPB/ CE- PPGE. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/4739/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 12 de maio 2022.

SANTOS, Alexandre dos. **Cultura física para a família campinense: higiene e educação física no Instituto Pedagógico - Campina Grande-PB (19331-1942)**. – Campina Grande, 2017. (Dissertação).

SAVIANI, Dermeval. **INSTITUIÇÕES ESCOLARES: CONCEITO, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E PRÁTICAS**. Cadernos de História da Educação - n.º. 4, 2005.

_____. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. In.: **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica.**/ organizadores: SILVA, João Carlos da. [ET. AL]. Campinas, SP, Editora Alínea, 2013.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. 1ºed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. **Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa**. Editora UFPR. Educar, Curitiba, n. 28, p. 201- 216, 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos/**. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó pátria amada, idolatrada, salve! Salve!: festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)**. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SIRINELLI, Jean-François. **“Os Intelectuais”**. In. Por uma História Política. René Remond (org.), trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos; ANDRADE, Vivian Galdino de. (org.) **Escritas do sensível. Experienciais, História cultural e práticas educativas**. João Pessoa: ideia, 2018. p. 9-16.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n.º 46, pp. 61-92 – 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A RENOVAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL: as últimas batalhas pelo humanismo (1920–1960)**. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, pp.72-90, Jan/Jun 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/4-souza.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

TABORNA DE OLIVEIRA. **Sentidos e sensibilidades: sua educação na história**. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

VEIGA, C. G. Projetos urbanos e projetos escolares. Aproximação na produção de representações da educação em fins do século XIX. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 26, p. 90-103, dez. 1997.

VENANCIO, Giselle Martins Venancio. **Os Historiadores: Clássicos da História -Roger Chartier (1945-)**. Editora Vozes, 2014.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. SOUZA JUNIOR, de Antonio. **A Educação Profissional No Brasil**. NO. 40, PP. 152-169 (2016). Disponível em: <http://www.eses.pt/interaccoes>. Acesso em 27 de nov, 2021.

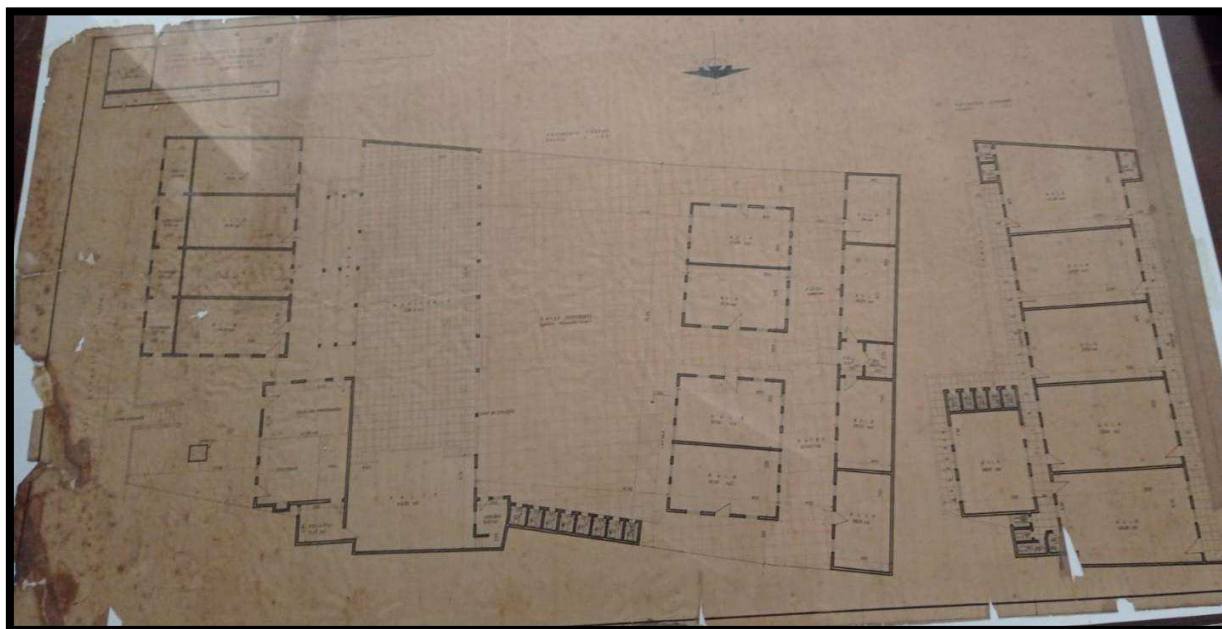
VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais e Educação.** *Pensar a Educação em Revista*, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-21, abr-jun/2015.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, Espaço e Subjetividade: a arquitetura como programa.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação Profissional No Brasil: Histórico.** SENAIsc-Jaraguá do Sul, *Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.

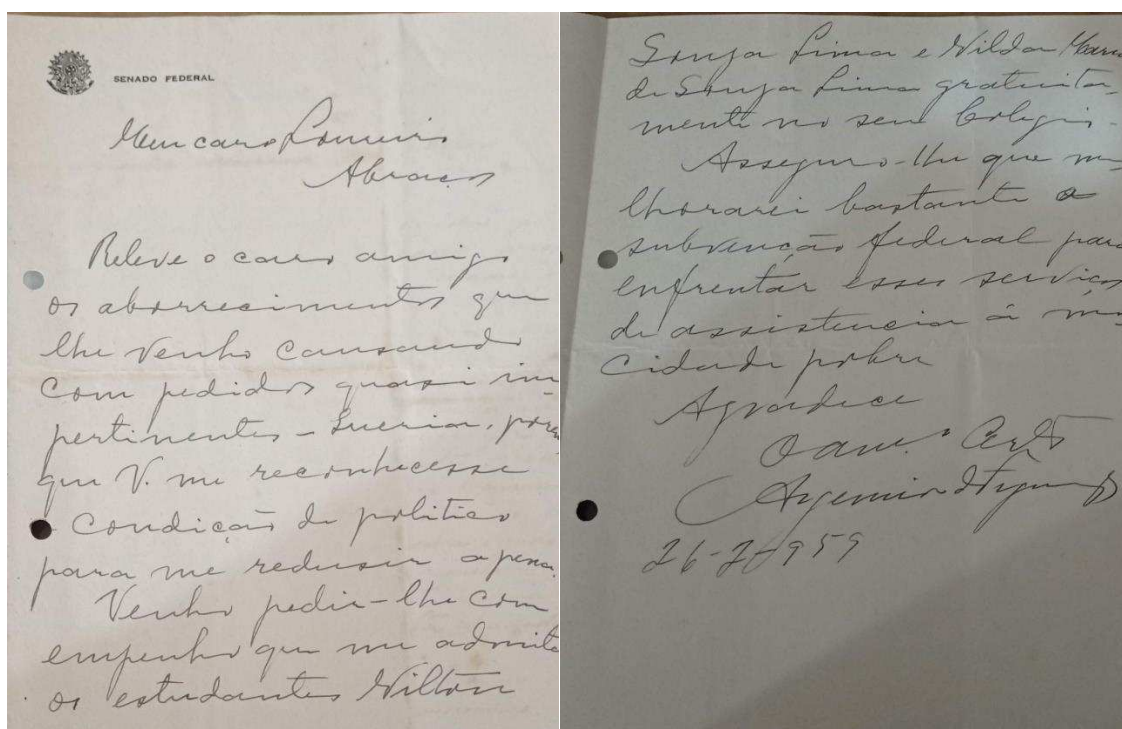
ANEXOS

Anexo I: Planta baixa do Colégio Alfredo Dantas em 1968




Fonte: Acervo do CAD.

Anexo II: Correspondência de Argemiro de Figueiredo -1955



Fonte: Acervo do CAD.

Anexo III: Parecer Consubstanciado – Comitê de Ética

<p>UFCG - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE / HUAC - UFCG</p>	
---	---

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CULTURA ESCOLAR, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NO COLÉGIO ALFREDO DANTAS (1964- 1987)

Pesquisador: Maria Leticia Costa Vieira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46773621.2.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.974.325

Apresentação do Projeto:

O pesquisador descreve no estudo que: A escola, como instituição social, somente se torna possível em suas vivências e contingências em uma rede de sociabilidade que produz uma cultura escolar, com seus currículos, conceitos, valores e práticas. Deste modo, a um pesquisador/a interessado/a em estudar as práticas educativas pensadas em sua pluralidade e multiplicidade, coloca-se o desafio de estudar as práticas e representações que dão forma às diversas fabricações do cotidiano. A partir dessa percepção, escolhemos o Colégio Alfredo Dantas em Campina Grande (Paraíba) para discutirmos memórias que permitem compreender as representações desenvolvidas no espaço da cultura escolar no recorte temporal de 1964 – 1987. Destacamos a temporalidade escolhida como fundamental nesse processo investigativo, uma vez que pretendemos compreender a trajetória desta instituição no período da Ditadura Militar (1964-1985) e no processo de redemocratização. Investigar como estas memórias foram se constituindo abre caminhos para novas formas de produção de conhecimento e interpretação históricas. Compreendendo o Colégio Alfredo Dantas como parte da identidade campinense, pensando o mesmo como lugar que produz e perpassa pela construção da individualidade da sociedade, interpretando, os modos como a disciplinarização dos corpos se agregam a individualidade dos antigos alunos e professores, como o ensino de história se articula nesse processo, tendo as

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n	CEP: 58.107-670
Bairro: São José	
UF: PB	Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545	Fax: (83)2101-5523
	E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 4.974.325

sensibilidades como ponto de partida, tomando o Colégio Alfredo Dantas como parte da produção da identidade campinense. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa que articula a história oral à pesquisa bibliográfica e documental. Pretendemos, a partir de entrevistas temáticas realizadas com ex-professores/as de história, mapear os modos como o ensino de história junto a mescla com disciplinas de cunho militar participou da construção daquela cultura escolar, o que pressupõe estudar e caracterizar os sentidos sobre história, assim como os repertórios mobilizados para constituir esse saber no espaço escolar, tomando a concepção de que a Cultura Escolar é a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas, pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares. Àqueles que são inseridos socialmente no processo de socialização mediado pela escola, pode-se dizer que esta é uma instituição relevante para produzir condutas, formas de convivência, repertórios intelectuais e valores socialmente dispostos. Trata-se efetivamente de uma rede na qual a escola se situa e é atravessada a todo o tempo por dinâmicas e contingências diversas que interfere em seu cotidiano e na produção e transformação de suas práticas. Tais aspectos constituem objeto de um diálogo entre a História Cultural e a História da Educação que nos permite discutir as práticas diversas que foram constituídas ao longo da história da instituição escolar, sejam elas culturais, como as festividades e participação em olimpíadas, ou do âmbito institucional, como a funcionalidade do currículo e as normas e regras. Assim, levando em consideração o pensamento de Certeau sobre o fazer histórico, consideramos que "se refere à combinação de um lugar social, de práticas 'científicas' e de uma escrita" e é a partir dessa concepção que a historiografia que pretendemos construir ganha direção. Cabe pensar como a relação entre memória e história se dá sempre em uma tensão.

Objetivo da Pesquisa:

O pesquisador elenca como objetivos:

Objetivo Primário:

Problematizar a cultura escolar do Colégio Alfredo Dantas (CAD), instituição educativa situada em Campina Grande/PB, durante o contexto da ditadura militar e do processo de redemocratização do Brasil (1964-1987).

Objetivo Secundário:

- Analisar, a partir das narrativas orais de antigos alunos e professores, a cultura escolar do

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 4.974.325

Colégio Alfredo Dantas no contexto da ditadura militar

- Compreender o contexto das reformas educacionais e seus efeitos na dinâmica escolar (sensibilidades escolares) de Campina Grande, a partir do CAD.
- Investigar a gestão de Severino Lopes Loureiro, proprietário e diretor da escola durante o período estudado, visando entender como sua atuação no campo da educação influenciou os projetos educacionais da instituição.
- Analisar o arquivo escolar e suas materialidades, articulando-o às memórias e sensibilidades dos sujeitos pesquisados

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador descreve como riscos e benefícios:

Riscos:

Os riscos envolvidos com sua participação são: cansaço e fadiga durante o procedimento e a exposição de seus depoimentos. O cansaço e a fadiga serão minimizados por pausas, ambiente arejado e horário que o participante julgue mais conveniente para a realização da entrevista. Já em relação a exposição dos depoimentos, esse risco será amenizado com a devida permissão concedida com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo em vista que em suas narrativas buscamos traços de suas vidas no contexto escolar e que não apresentam riscos para a integridade dos mesmos, pretendemos deixar o nome dos nossos colaboradores na pesquisa, sujeitos a utilização e divulgação dos dados pessoais desses participantes, se eles aceitarem.

Benefícios:

Esta pesquisa apresenta muitas contribuições para a história da educação campinense e paraibana, mas sobretudo, da instituição escolar a qual vou estudar. O pesquisador não elenca quais os riscos e/ou desconfortos que os participantes estão expostos e nem as estratégias para minimizar os mesmos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa denota relevância científica e social por propor contribuir com reflexões a respeito da história da educação paraibana e campinense.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram incluídos no sistema pela pesquisadora:

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

**UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG**



Continuação do Parecer: 4.974.325

- Projeto completo
- Termo de uso de dados em arquivos
- Termo de compromisso dos pesquisadores
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- Termo de Anuência Institucional
- Cronograma
- Orçamento
- Folha de Rosto

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem inadequações éticas para o início da pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1737528.pdf	09/08/2021 10:50:24		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMITEEDEETICAleticiatclenovo.pdf	09/08/2021 10:47:50	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_4879473.pdf	09/08/2021 10:47:17	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMODECONSENTIMENTLIVREEESCLARECIDOnovo.pdf	09/08/2021 10:46:29	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
Outros	INSTRUMENTODECOLETA.pdf	10/05/2021 17:06:02	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termoanuenciaCADok.pdf	10/05/2021 17:05:08	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSOpesquisadorok.pdf	10/05/2021 17:02:38	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostocomdatapdf.pdf	10/05/2021 17:02:10	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termodeanuEncialeticiaok.pdf	20/04/2021 14:52:58	Maria Letícia Costa Vieira	Aceito

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 4.974.325

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 14 de Setembro de 2021

Assinado por:
Andréia Oliveira Barros Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n
Bairro: São José **CEP:** 58.107-670
UF: PB **Município:** CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 **Fax:** (83)2101-5523 **E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

Anexo IV – Desfiles cívicos



Fonte: Arquivo CAD.



Fonte: Arquivo CAD.

APÊNDICES

Apêndice I- Instrumento de Coleta de Dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa intitulada “ **CULTURA ESCOLAR, MEMÓRIA E SENSIBILIDADES NO COLÉGIO ALFREDO DANTAS (1964-1987)** ”, aprovada no Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, edital 10/2020 terá como objetivo geral problematizar a cultura escolar do Colégio Alfredo Dantas (CAD), instituição educativa situada em Campina Grande/PB, durante o contexto da ditadura militar e do processo de redemocratização do Brasil (1964-1987), com as quais pretendemos historicizar esse processo e inserir no campo da História da Educação.

ESTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

A entrevista apresentará questões norteadora. No entanto, o entrevistado ficará livre para falar das experiências que julgar ser necessária e decidir se responde ou não as perguntas realizadas durante a entrevista.

Pretendemos manter os nomes dos colaboradores em nossa pesquisa, com a devida permissão concedida com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), tendo em vista que em suas narrativas buscamos traços de suas vidas no contexto escolar e que não apresentam riscos para a integridade dos mesmos.

1. Nome:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Profissão (curso):
5. Local onde nasceu:
6. Local onde reside:
7. Período que frequentou a educação básica:
8. Curso de graduação concluído/ano de conclusão:
9. Instituição onde fez a graduação:

10. Quantos anos atuou como docente no Colégio Alfredo Dantas?
11. Quantos anos estudou no Colégio Alfredo Dantas?
12. Em que período você atuou/ estudou no Colégio Alfredo Dantas?
13. Qual a importância desse colégio para a sua trajetória de vida como docente/ aluno?
14. Como era a educação neste colégio no período que você atuou/ estudou?
15. Na sua opinião qual a importância desse colégio na educação campinense?
16. Fale do cotidiano do/no colégio. Como eram as aulas? As atividades? Os intervalos?
17. Quais eram as atividades que eram desenvolvidas no colégio na época em que você atuou/ estudou? (Gincanas, feiras de ciências).
18. Sobre o currículo, o fardamento, os gestores e professores, qual sua maior recordação?
19. Em relação as festividades (7 de setembro, São João) como eram organizadas e como era a sua participação?
20. Em suas memórias do colégio, recorde daquelas que são importantes na sua trajetória.
21. O que significou ser professor/ aluno dessa instituição?

Maria Letícia Costa Vieira
Pesquisador responsável